



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVI - Nº 73

QUINTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 1991

BRASÍLIA _ DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 44, DE 1991-CN

Da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 23, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo abrir ao Orçamento da União, crédito suplementar no valor de Cr\$2.458.217.000,00 para os fins que especifica.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado Hélio Rosas

I — Relatório

O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos termos do que dispõe o art. 61, § 1º, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, com a Mensagem nº 79, de 1991-CN (nº 428/91, na origem), submete à apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 23, de 1991-CN que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.458.217.000,00 (dois bilhões, quatrocentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e dezessete mil cruzeiros), para os fins que especifica.”

Explicita a Exposição de Motivos nº 312/91, que o crédito acima deverá ser consignado em favor da Secretária-Geral da Marinha, cuja solicitação encontra respaldo no art. 6º, inciso III, alínea a, da Lei nº 8.175, de 31 de Janeiro de 1991. Tais recursos serão destinados a reforço de dotação do projeto “Reaparelhamento da Marinha”, para viabilizar a aquisição de material bélico necessário a modernização e eficiência da força naval brasileira.

Os recursos que farão face às despesas constantes da programação de trabalho indicada no Anexo I deste projeto de lei, terão como fonte as operações de crédito interna e externas realizadas no final de 1990, mas não previstas quando da elaboração da proposta orçamentária deste exercício, conforme estabelece o art. 43, § 1º, inciso IV da Lei nº 4.320/64, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição Federal.

Os recursos provenientes da operação de crédito externa, firmada entre a União e o Banco Paribas, destinam-se a aquisição de mísseis para as Fragatas, Corvetas e Helicópteros.

Vai esclarecer também que o valor relativo ao crédito solicitado corresponde à diferença entre o valor total da opera-

ção de crédito e o valor da parcela liberada para o Ministério da Marinha, por força do disposto no Decreto de 12-07-91, conforme encontra-se abaixo explicitado:

Valor da Op. Crédito — Cr\$ 7.727.826.000,00

Parcela Liberada — Cr\$ 5.269.609.000,00

Diferença — Cr\$ 2.458.217.000,00

Ao Projeto de Lei nº 23/91-CN, não foram apresentadas emendas.

II — Voto do Relator

As informações contidas na Exposição de Motivos nº 312/91 do Exmº Sr. Ministro da Marinha, bem como os dados complementares fornecidos pela Assessoria Parlamentar daquele órgão possibilitaram a análise e a apresentação deste parecer.

A proposição que ora se vota não fere a dispositivo legal ou constitucional pertinentes.

Diante do exposto, somos favoráveis a aprovação do Projeto de Lei nº 23 de 1991-CN, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, setembro de 1991. Deputado Hélio Rosas, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização em Reunião Extraordinária, realizada em 21 de setembro de 1991, aprovou o Parecer do Relator, Deputado Hélio Rosas favorável ao Projeto de Lei nº 23/91-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo, contra os votos dos Deputados Antonio Bárbara, Sérgio Guerra, Irma Passoni, Eduardo Jorge, Luiz Piauhyllino e Senador Eduardo Suplicy. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Compareceram os Senhores Senadores: Ronaldo Aragão, Presidente, Teotônio Vilela Filho, Segundo Vice-Presidente, Almir Gabriel, Amir Lando, Carlos Patrocínio, César Dias, Chagas Rodrigues, Coutinho Jorge, Dario Pereira, Eduardo Suplicy, Gerson Camata, Hugo Napoleão, João Calmon, João Rocha, Jonas Pinheiro, José Richa, Lavoisier Maia, Louremberg Nunes Rocha, Lourival Baptista, Lucídio Portela, Magno Bacelar, Mansueto de Lavor, Marluce Pinto, Telmo Vieira e Valmir Campelo, e os Senhores Deputados Sérgio Gaudenzi, Primeiro Vice-Presidente; Osvaldo Melo, Terceiro Vice-Presidente; Adroaldo Streck, Aécio Neves, Alacid Nunes, Alci-

EXPEDIENTE**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL****PASSOS PORTO**

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS DE BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 3.519,65

Tiragem 2.200 exemplares.

des Modesto, Aluizio Alves, Annibal Teixeira, Antonio Bar-
bara, Antonio dos Santos, Arno Magarinos, Aroldo Cedraz,
Carlos Azambuja, Carlos Camurça, Carlos Cardinal, Cid Car-
valho, Cleonânio Fonseca, Clovis Assis, Delcio Tavares, Do-
mingos Juvenil, Eduardo Jorge, Eduardo Moreira, Elio Dalla-
Vecchia, Eraldo Tinoco, Etevalda Grassi de Menezes, Evaldo
Gonçalves, Ézio Ferreira, Fábio Raunheitti, Felipe Mendes,
Felix Mendonça, Fernando Diniz, Flavio Derzi, Flavio Pal-
mier, Francisco Rodrigues, Gedel Vieira Lima, George Taki-
moto, Geraldo Alckmin Filho, Hagus Araujo, Hélio Rosas,
Humberto Souto, Iberê Ferreira, Irma Passoni, Israel Pinhei-
ro, Ivandro Cunha Lima, Jabes Ribeiro, João Alves, Jonas
Pinheiro, Jorge Khoury, Jorge Tadeu Mudalen, José Burnett,
José Carlos Aleluia, José Carlos Vasconcellos, José Dutra,
José Elias, José Geraldo, José Luiz Maia, José Maranhão,
José Ulisses de Oliveira, Luiz Dantas, Luiz Moreira, Luiz
Piauhylino, Luiz Viana Neto, Maluly Neto, Manoel Castro,
Maria Valadão, Mauri Sérgio, Maurício Campos, Mauro Mi-
randa, Messias Góis, Nelson Morro, Nilson Gibson, Osvaldo
Coelho, Paes Landim, Paulo Mandarino, Pedro Abrão, Pedro
Irujo, Pedro Novais, Pinheiro Landim, Renato Vianna, Rita
Camata, Rivaldo Medeiros, Rose de Freitas, Roseana Sarney,
Sérgio Guerra, Sérgio Machado, Sérgio Naya, Sigmaringa Sei-
xas, Valdemar Costa, Werner Wanderer e Wilson Moreira.

Sala de Reuniões, 24 de setembro de 1991. — Senador
Ronaldo Aragão, Presidente — Deputado **Hélio Rosas**, Re-
lator.

PARECER Nº 45, DE 1991-CN

Da Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização sobre o Projeto de Lei nº 25, de 1991-CN, que autoriza o Poder Executivo abrir ao Orçamento da União, crédito especial no valor de Cr\$100.000.000,00 para a Escola Técnica Federal da Bahia.

Relator: Deputado Eraldo Tinoco.

I — Relatório

Nos termos do art. 61 da Constituição Federal, o Senhor Presidente da República através de Mensagem nº 81/91, sub-
mete á apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Lei
nº 25/91, que “autoriza o Poder Executivo a abrir em favor
da Escola Técnica Federal da Bahia, crédito suplementar no

valor de Cr\$100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) desti-
nados à obra de construção da Escola Agrotécnica de Santa
Inêz.

Por designação do Senhor Presidente da Comissão Mista
de Orçamento, na forma regimental, coube-nos relatar o pre-
sente projeto.

O referido recurso já se encontra na Escola Técnica Fede-
ral da Bahia desde dezembro de 1990. Foi repassado com
esta finalidade específica. O presente crédito é para permitir
a utilização do recurso.

II — Das Emendas

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

III — Voto do Relator

Tendo em vista os fatos e considerando que o citado
crédito atende ao que determina o art. 41, inciso II, da Lei
nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições
do art. 167, inciso V, da Constituição Federal, manifesta-
mo-nos favoravelmente a aprovação do Projeto de Lei nº
25/91, na forma originalmente proposta.

Sala da Comissão, de setembro de 1991. Deputado
Eraldo Tinoco, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e
Fiscalização, em Reunião Extraordinária realizada em 19 de
setembro de 1991, aprovou unanimemente, o Parecer do Rela-
tor, Deputado Eraldo Tinoco, favorável ao Projeto de Lei
nº 25/91-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo.
Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Compareceram os Senhores Senadores: Ronaldo Aragão,
Presidente, Albano Franco, Almir Gabriel, Aureo Mello, Car-
los Patrocínio, César Dias, Chagas Rodrigues, Coutinho Jor-
ge, Dario Pereira, Eduardo Suplicy, Gerson Camata, Gui-
lherme Palmeira, João Calmon, José Richa, Lavoisier Maia,
Louremberg Nunes Rocha, Lourival Baptista, Lucídio Portela,
Magno Bacelar, Mansueto de Lavor, Onofre Quinan,
Ronan Tito, Telmo Vieira e Valmir Campelo; e os Senhores
Deputados Sérgio Gaudenzi, Primeiro Vice-Presidente; Os-
valdo Melo, Terceiro Vice- Presidente; Aécio Neves, Alcides
Modesto, Aloizio Mercadante, Aluizio Alves, Antonio Bárba-
ra, Antonio dos Santos, Carlos Azambuja, Carlos Cardinal,
Cid Carvalho, Cleonânio Fonseca, Delcino Tavares, Eduar-
do Jorge, Eraldo Tinoco, Evaldo Gonçalves, Fernando Diniz,
Francisco Diógenes, Francisco Dornelles, Francisco Evange-

lista, Francisco Rodrigues, Gedel Vieira Lima, Geraldo Alckmin Filho, Hélio Rosas, Irma Passoni, Israel Pinheiro, João Alves, Jonas Pinheiro, Jones Santos Neves, Jorge Tadeu Mudadalen, José Burnett, José Carlos Vasconcellos, José Elias, José Geraldo, José Luiz Maia, José Maranhão, Luiz Girão, Luiz Piauhyllino, Marco Penaforte, Maurício Campos, Messias Góis, Nelson Marquezelli, Nilson Gibson, Paes Landim, Paulo Hartung, Paulo Portugal, Pedro Abrão, Pedro Irujo, Rivaldo Medeiros, Rose de Freitas, Roseana Sarney, Ruberval Pilotto,

Saulo Coelho, Sérgio Guerra, Sérgio Naya, Sigmaringa Seixas, Valdemar Costa, Werner Wanderer, Arno Magarinos, Eduardo Moreira, Etevalda Grassi de Menezes, Hagaús Araújo, Jorge Khoury, José Carlos Aleluia, Marcos Lima, Matheus Iesen, Pedro Novais, Pedro Tonelli, Sérgio Machado e Wilson Moreira.

Sala de Reunião, 19 de setembro de 1991. Senador **Ronaldo Aragão**, Presidente, Deputado **Eraldo Tinoco**, Relator.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 61ª SESSÃO CONJUNTA, EM 25 DE SETEMBRO DE 1991

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Ofícios

— N^{os} 368, 369 e 370, de 1991, da Liderança do PMDB, comunicando a substituição de membros na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

— Designação de membros suplentes na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

1.2.3 — Discursos do Expediente

DEPUTADO WILSON CAMPOS — Protesto de S. Ex^a contra agressões do Deputado Vivaldo Barbosa do PMDB, na sessão de hoje da Câmara dos Deputados.

DEPUTADO JABES RIBEIRO — Inexistência de **quorum** nas sessões do Congresso Nacional. Solidariedade de S. Ex^a à luta do Deputado Vivaldo Barbosa contra a privatização da Usiminas.

DEPUTADO JOÃO PAULO — Necessidade de estruturação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

DEPUTADO CARLOS LUPI — Impossibilidade de se votar as matérias da Ordem do Dia da presente sessão, em face da falta de número para deliberação.

DEPUTADO AGOSTINHO VALENTE — Discórdância de S. Ex^a do índice de 100% de reajuste salarial atribuído aos funcionários do Banco do Brasil e Caixa Econômica pelo Tribunal Superior do Trabalho.

DEPUTADO PAULO RAMOS — Esvaziamento das sessões do Congresso Nacional.

DEPUTADO ELIEL RODRIGUES — Chamamento ao plenário dos Srs. Parlamentares para votação das matérias da pauta.

DEPUTADA REGINA GORDILHO — Importância dos CIAC e CIEP para o desenvolvimento integrado no processo educacional.

DEPUTADO ERNESTO GRADELLA — Manifestação popular contra a privatização da Usiminas, no Rio de Janeiro.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão n^o 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras

providências. **Apreciação adiada**, por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara n^o 49, de 1990 (n^o 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. **Apreciação adiada**, por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara n^o 48, de 1990 (n^o 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão n^o 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado n^o 176, de 1989 (n^o 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei n^o 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão n^o 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara n^o 38, de 1990 (n^o 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado n^o 88, de 1988 (n^o 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara n^o 14, de 1991 (n^o 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei n^o 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização

do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da Administração Federal direta, autarquias e fundações públicas. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990 (nº 1.580/90 na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1990 (nº 3.201/89, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990 (nº 4.434/89, na Casa de origem) que autoriza o repasse, aos Estados e Municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1991 (nº 6/91, na Casa de origem), que concede isenção do Imposto sobre Produções Industrializadas — IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências, **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1984 (nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados), que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989 (nº 889/88, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Mário Andreazza” a Rodovia BR-230 — Transamazônica. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1990 (nº 6.821/85, na Casa de origem), que confere à BR-369 a denominação de “Rodovia Presidente Tancredo Neves”. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1990 (nº 3.672/89, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR-364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1984 (nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1991 (nº 4.785/90, na Casa de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1991 (nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. **Apreciação adiada** por falta de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÕES

Ata da 61ª Sessão Conjunta, em 25 de Setembro de 1991

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência do Sr. Carlos De'Carli

ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias do Nascimento — Affonso Camargo — Albano Franco — Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Aluizio Bezerra — Amazonino Mendes — Amur Lando — Antonio Mariz — Áureo Mello — Beni Veras — Carlos De'Carli — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Coutinho Jorge — Darcy Ribeiro — Dirceu Carneiro — Divaldo Suruagy — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amim — Eptácio Cafeteira — Fernando Henrique Cardoso — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira — Henrique Almeida — Humberto Lucena — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — João Calmon — João França — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — José Sarney — Júlio Campos — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Marco Maciel — Mário Covas — Marluce Pinto — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nabor Júnior — Nelson Carneiro — Nelson Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan — Oziel Carneiro — Pedro Simon — Ronaldo Aragão — Ronan Tito — Telmo Vieira — Teotônio Vilela Filho — Valmir Campelo — Wilson Martins

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida — PTB; Avenir Rosa — PDC; Francisco Rodrigues — PTB; Júlio Cabral — PTB; Rubem Bento — Bloco; Teresa Jucá — PDS.

Amapá

Aroldo Góes — PDT; Eraldo Trindade — Bloco; Fátima Pelaes — Bloco; Gilvam Borges — Bloco; Lourival Freitas — PT; Murilo Pinheiro — Bloco; Sérgio Barcellos — Bloco; Valdenor Guedes — PTR.

Pará

Alacid Nunes — Bloco; Carlos Kayath — PTB; Domingos Juvenil — PMDB; Eliel Rodrigues — PMDB; Gerson Peres — PDS; Giovanni Queiroz — PDT; Herminio Calvino — PMDB; Hilário Coimbra — PTB; José Diogo — PDS; Mário Chermont — PTB; Mario Martins — PMDB; Osvaldo Melo — PDS; Paulo Rocha — PT; Paulo Titan — PMDB; Socorro Gomes — PC do B.

Amazonas

Átila Lins — Bloco; Eduardo Braga — PDC; Euler Ribeiro — PMDB; Ézio Ferreira — Bloco; Pauderney Avelino — PDC; Ricardo Moraes — PT.

Rondônia

Edison Fidelis — PTB; Jabes Rabelo — PTB; Maurício Calixto — PTB; Nobel Moura — PTB; Raquel Cândido — PDT; Reditário Cassol — PTB.

Acre

Adelaide Neri — PMDB; Célia Mendes — PDS; João Maia — PMDB; João Tota — PDS; Mauri Sérgio — PMDB; Ronivon Santiago — Bloco; Zila Bezerra — PMDB.

Tocantins

Derval de Paiva — PMDB; Edmundo Galdino — PSDB; Freire Júnior — Bloco; Hagahus Araújo — PMDB; Leomar Quintanilha — PDC; Osvaldo Reis — PDR; Paulo Mourão — S/P.

Maranhão

Cesar Bandeira — Bloco; Cid Carvalho — PMDB; Costa Ferreira — Bloco; Daniel Silva — Bloco; Eduardo Matias — PDC; Francisco Coelho — PDC; Haroldo Sabóia — PDT; Jayme Santana — PSDB; João Rodolfo — PDS; José Burnett — Bloco; José Carlos Sabóia — PSB; José Reinaldo — Bloco; Paulo Marinho — Bloco; Pedro Novais — PDC; Roseana Sarney — Bloco; Sarney Filho — Bloco.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Ariosto Holanda — PSB; Edson Silva — PDT; Ernani Viana — PSDB; Gonzaga Mota — PMDB; Jackson Pereira — PSDB; José Linhares — PSDB; Luiz Girão — PDT; Luiz Pontes — PSDB; Marco Penaforte — PSDB; Maria Luiza Fontenele — PSB; Mauro Sampaio — PSDB; Moroni Torgan — PDC; Orlando Bezerra — Bloco; Pinheiro Landim — PMDB; Sérgio Machado — PSDB; Ubiratan Aguiar — PMDB; Vicente Fialho — Bloco.

Piauí

B. Sá — S/P; Caldas Rodrigues — Bloco; Ciro Nogueira — Bloco; Felipe Mendes — PDS; Jesus Tajra — Bloco; João Henrique — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Murilo Rezende — PMDB; Paes Landim — Bloco; Paulo Silva — PSDB.

Rio Grande do Norte

Aluizio Alves — PMDB; Fernando Freire — Bloco; Henrique Eduardo Alves — PMDB; Ibere Ferreira — Bloco; Laíre Rosado — PMDB; Ney Lopes — Bloco.

Paraíba

Edvaldo Motta — PMDB; Evaldo Gonçalves — Bloco; Ivandro Cunha Lima — PMDB; José Luiz Clerot — PMDB; José Maranhão — PMDB; Lúcia Braga — PDT; Rivaldo Medeiros — Bloco.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro — PSB; Fernando Bezerra Coelho — PMDB; Gilson Machado — Bloco; Gustavo Krause — Bloco; Inocêncio Oliveira — Bloco; José Carlos Vasconcellos — Bloco; José Mendonça Bezerra — Bloco; José Moura — Bloco; José Múcio Monteiro — Bloco; Luiz Piauhyllino — PSB; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Miguel Arraes — PSB; Nilson Gibson — PMDB; Pedro Correa — Bloco; Renildo Calheiros — PC do B; Roberto Freire — PCB; Roberto Magalhães — Bloco; Sérgio Guerra — PSB; Tony Gel — Bloco; Wilson Campos — PMDB.

Alagoas

Antônio Holanda — Bloco; Augusto Farias — Bloco; José Thomaz Nono — Bloco; Luiz Dantas — Bloco; Mendonça Neto — PDT; Olavo Calheiros — S/P; Roberto Torres — PTB; Vitorio Malta — Bloco

Sergipe

Benedito de Figueiredo — Bloco; Cleonânio Fonseca — Bloco; Djenal Gonçalves — PDS; Everaldo de Oliveira — Bloco; Jerônimo Reis — Bloco; José Teles — PDS; Messias Góis — Bloco; Pedro Valadares — Bloco.

Bahia

Alcides Modesto — PT; Ângelo Magalhães — Bloco; Aroldo Cedraz — Bloco; Benito Gama — Bloco; Beraldo Boaventura — PDT; Clóvis Assis — PDT; Eraldo Tinoco — Bloco; Félix Mendonça — PTB; Geddel Vieira Lima — PMDB; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PC do B; Jakes Ribeiro — PSDB; Jairo Azi — PDC; Jairo Carneiro — Bloco; Jaques Wagner — PT; João Almeida — PMDB; João Alves — Bloco; Jorge Khoury — Bloco; José Carlos Aleluia — Bloco; José Falcão — Bloco; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PSDB; Leur Lomanto — Bloco; Luís Eduardo — Bloco; Luiz Moreira — PTB; Luiz Viana Neto — PMDB; Manoel Castro — Bloco; Pedro Irujo — Bloco; Prisco Viana — PDS; Ribeiro Tavares — PL; Sebastião Ferreira — PMDB; Sérgio Gaudenzi — PDT; Uldurico Pinto — PSB; Waldir Pires — PDT.

Minas Gerais

Aécio Neves — PSDB; Agostinho Valente — PT; Anibal Teixeira — PTB; Aracely de Paula — Bloco; Armando Costa — PMDB; Avelino Costa — PL; Camilo Machado — Bloco; Célio de Castro — PSB; Elias Murad — PSDB; Felipe Neri — PMDB; Fernando Diniz — PMDB; Genésio Bernardino — PMDB; Getúlio Neiva — Bloco; Humberto Souto — Bloco; Ibrahim Abi-Ackel — PDS; Irani Barbosa — PL; Israel Pineiro — PRS; João Paulo — PT; João Rosa — PMDB; José Aldo — PRS; José Belato — PMDB; José Geraldo — PMDB; José Santana de Vasconcellos — Bloco; José Ulysses de Oliveira — PRS; Leopoldo Bessone — PMDB; Luiz Tadeu Leite — PMDB; Marcos Lima — PMDB; Mário de Oliveira — PTR; Maurício Campos — PL; Neif Jabur — PMDB; Nilmário Miranda — PT; Odelmo Leão — Bloco; Osmâncio Pereira — PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos — PSDB; Paulo Afonso Romano — PFL; Paulo Delgado — PTB; Paulo Heslander — PTB; Pedro Tassi — PMDB; Raul Belém — Bloco; Romel Anísio — Bloco; Ronaldo Perim — PMDB; Samir Tannús — PDC; Sandra Starling — PT; Saulo Coelho — PSDB; Sérgio Naya — PMDB; Tilden

Santiago — PT; Vittorio Mediolí — PSDB; Wagner do Nascimento — PTB; Wilson Cunha — PTB; Zaire Rezende — PMDB.

Espírito Santo

Etevalda de Menezes — PMDB; João Baptista Motta — PSDB; Jones Santos Neves — PL; Jório de Barros — PMDB; Nilton Oliveira — PMDB; Paulo Hartung — PSDB; Rita Camata — PMDB; Roberto Valadão — PMDB.

Rio de Janeiro

Aldir Cabral — PTB; Amaral Netto — PDS; Aroldo de Oliveira — Bloco; Artur da Távola — PSDB; Benedita da Silva — PT; Carlos Alberto Campista — PDT; Carlos Lupi — PDT; César Maia — PMDB; Cidinha Campos — PDT; Edésio Frias — PDT; Eduardo Mascarenhas — PDT; Fábio Raunheitti — PTB; Flávio Palmier da Veiga — Bloco; Francisco Silva — RDC; Jair Bolsonaro — PDC; Jamil Haddad — PSB; Jandira Feghali — PC do B; João Mendes — PTB; José Carlos Coutinho — PDT; José Egydio — Bloco; José Vicente Brizola — PDT; Laerte Bastos — PDT; Laprovita Vieira — PMDB; Márcia Cibis Viana — PDT; Marino Clinger — PDT; Miro Teixeira — PDT; Nelson Bornier — PL; Paulo Almeida — PTB; Paulo Portugal — PDT; Paulo Ramos — PDT; Regina Gordilho — PDT; Roberto Campos — PDS; Roberto Jefferson — PTB; Sérgio Arouca — PCB; Sérgio Cury — PDT; Simão Sessim — Bloco; Vivaldo Barbosa — PDT; Vladimir Palmeira — PT.

São Paulo

Alberto Goldman — PMDB; Alberto Haddad — Bloco; Aldo Rebelo — PC do B; Aloizio Mercadante — PT; André Benassi — PSDB; Antônio Carlos Mendes Thame — PSDB; Arnaldo Faria de Sá — Bloco; Beto Mansur — PDT; Cardoso Alves — PTB; Delfim Netto — PDS; Diogo Nomura — PL; Edevaldo Alves da Silva — PDS; Eduardo Jorge — PT; Ernesto Gradella — PT; Euclydes Mello — Bloco; Fábio Meirelles — PDS; Fausto Rocha — Bloco; Florestan Fernandes — PT; Gastone Righi — PTB; Geraldo Alckmin Filho — PSDB; Heitor Franco — PDS; Hélio Bicudo — PT; Hélio Rosas — PMDB; Irma Passoni — PT; João Mellão Neto — PL; Jorge Tadeu Mudalen — PMDB; José Dirceu — PT; José Genoíno — PT; José Maria Eymael — PDC; José Serra — PSDB; Jurandyr Paixão — PMDB; Koyu Iha — PSDB; Liberato Caboclo — PDT; Luiz Carlos Santos — PMDB; Luiz Gushiken — PT; Magalhães Teixeira — PSDB; Maluly Netto — Bloco; Manoel Moreira — PMDB; Marcelino Romano Machado — PDS; Marcelo Barbieri — PMDB; Maurici Mariano — Bloco; Mendes Botelho — PTB; Nelson Marquzelli — PTB; Osvaldo Stecca — PSDB; Pedro Pavão — PDS; Ricardo Izar — PL; Roberto Rollemberg — PMDB; Robson Tuma — PL; Solon Borges dos Reis — PTB; Tadashi Kuriki — PTB; Tidei de Lima — PMDB; Tuga Angerami — PSDB; Ulysses Guimarães — PMDB; Vadão Gomes — Bloco; Valdeimar Costa — PL; Walter Nory — PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas — PTB; João Teixeira — Bloco; Joaquim Sucena — PTB; Jonas Pinheiro — Bloco; Rodrigues Palma — PTB; Wilmar Peres — Bloco.

Distrito Federal

Augusto Carvalho — PCB; Benedito Domingos — PTR; Chico Vigilante — PT; Eurides Brito — PTR; Maria Laura — PT; Osório Adriano — Bloco; Paulo Octávio — Bloco; Sigmaringa Seixas — PSDB.

Goiás

Antonio Faleiros — PMDB; Delio Braz — PMDB; João Natal — PMDB; Lazaro Barbosa — PMDB; Lúcia Vânia — PMDB; Maria Valadão — PDS; Mauro Borges — PDC; Mauro Miranda — PMDB; Osório Santa Cruz — PDC; Paulo Mandarin — PDC; Pedro Abrão — PMDB; Roberto Balestra — PDC; Ronaldo Caiado — S/P; Virmondes Cruvinel — PMDB; Zé Gomes da Rocha — Bloco.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo — Bloco; Flávio Derzi — Bloco; George Takimoto — Bloco; José Elias — PTB; Marilu Guimarães — PTB; Válder Pereira — PMDB; Waldir Guerra — Bloco.

Paraná

Antônio Barbara — Bloco; Basilio Villani — Bloco; Carlos Scarpelini — PMDB; Delcino Tavares — PMDB; Edesio Passos — PT; Edi Siliprandi — PDT; Élio Dalla-Vecchia — PDT; Flávio Arns — PSDB; Ivanio Guerra — Bloco; Joni Varisco — PMDB; José Felinto — PMDB; Luiz Carlos Hauly — PMDB; Matheus Iensen — PTB; Munhoz da Rocha — PSDB; Onaireves Moura — PTB; Otto Cunha — Bloco; Paulo Bernardo — PT; Pedro Tonelli — PT; Pinga Fogo de Oliveira — Bloco; Reinhold Stephanes — Bloco; Renato Johnsson — Bloco; Romero Filho — PMDB; Rubens Bueno — PSDB; Said Ferreira — PMDB; Werner Wanderer — Bloco; Wilson Moreira — PSDB.

Santa Catarina

Ângela Amin — PDS; César Souza — Bloco; Dércio Knop — PDT; Eduardo Moreira — PMDB; Hugo Biehl — PDS; Jarvis Gaidzinski — PL; Luci Choinacki — PT; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — Bloco; Orlando Pacheco — Bloco; Paulo Duarte — Bloco; Renato Vianna — PMDB; Rubeval Piloto — PDS; Vasco Furlan — PDS.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto — PT; Adroaldo Streck — PSDB; Adylson Motta — PDS; Amaury Müller — PDT; Arno Magarinos — Bloco; Carlos Azambuja — PDS; Carlos Cardinal — PDT; Carrion Júnior — PDT; Celso Bernardi — PDS; Eden Pedrosa — PDT; Fernando Carrion — PDS; Fetter Júnior — PDS; Germano Rigotto — PMDB; Ibsen Pinheiro — PMDB; Ivo Mainardi — PMDB; João de Deus Antunes — PDS; Jorge Uequed — PSDB; José Fortunati — PT; Luís Roberto Ponte — PMDB; Mendes Ribeiro — PMDB; Nelson Jobim — PMDB; Nelson Proença — PMDB; Odacir Klein — PMDB; Osvaldo Bender — PDS; Paulo Paim — PT; Raul Pont — PT; Telmo Kirst — PDS; Victor Faccioni — PDS; Wilson Müller — PDT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — As listas de presença acusam o comparecimento de 73 Srs. Senadores e 439 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

OF/GAB/I/Nº 368

Brasília, 25 de setembro de 1991

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que o Deputado César Maia passa a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição ao Deputado José Thomaz Nonô.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração. — Deputado **Genebaldo Correia**, líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 369

Brasília, 25 de setembro de 1991.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Manoel Moreira e Ubiratan Aguiar passam a integrar, na qualidade de Suplentes, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vagas existentes.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração. — Deputado **Genebaldo Correia**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 370

Brasília, 25 de setembro de 1991

*

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados Odacir Klein e Germano Rigotto passam a integrar, na qualidade de Titular e Suplente, respectivamente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em substituição aos Deputados Luiz Roberto Ponte e Antonio Britto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de estima e apreço. — Deputado **Genebaldo Correia**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — De acordo com a indicação da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados, a Presidência designa os Deputados Manoel Moreira e Ubiratan Aguiar para integrarem a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, como Suplentes, nas vagas destinadas àquele partido.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilson Campos.

O SR. WILSON CAMPOS (PMDB — PE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, ao final da sessão de hoje, da Câmara, assistimos a espetáculo que nos magoou muito: o nobre Deputado Vivaldo Barbosa, na condição de Líder do PDT, assacou agressão contra o PMDB. Segundo S. Exª, as informações teriam sido obtidos de repórteres ou de outras pessoas. Mas essas pessoas não tinham condições de fazê-lo.

Queremos aqui protestar contra a maneira grosseira de se atacar um passado comprometido como o do PMDB. Eu, na condição de Deputado do PMDB, quero deixar aqui o meu protesto e solicitar do Líder da nossa bancada que amanhã, ao tomar conhecimento disso — S. Exª não estava presente à sessão — aqui venha para responder, item por item, ao que foi dito no dia de hoje.

Falou-se muito em CIAC aqui e nós, depois de ouvirmos Deputados de vários Estados, como Minas Gerais, Paraná e Pernambuco, achamos que a construção de 900 CIAC de

uma só vez não é possível, porque poderão tornar-se “elefantes brancos” em cidades de menor porte. Se, depois de construídos, ficarem sob a administração de prefeituras já falidas, não sabemos qual será a situação.

Preciso esclarecer desde logo que não tenho nenhuma opinião firmada sobre a necessidade da construção dos CIAC, porque, no meu Estado, não há nenhum, não conheço nenhum. Não tive a felicidade de, como o Deputado Vivaldo Barbosa, militar no PDT no Rio de Janeiro. Mas o que posso assegurar é que já ouvimos aqui censuras feitas por diversos companheiros, inclusive censuras contra o Líder maior do seu Partido, o Governador Leonel Brizola, que, lá no Palácio, se entende com o Presidente de uma maneira e aqui procede de outra.

Não podemos aceitar esse tipo de agressão. S. Ex^a disse que obteve as informações de outras pessoas, mas não declinou os nomes dos informantes.

Portanto, fica, em meu nome pessoal, não do PMDB, porque não tenho condição de Líder ou Vice-Líder, nosso protesto contra o comportamento agressivo do nobre Deputado Vivaldo Barbosa, que, com isso, muito nos contrariou e nos deixou perplexos.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — concedo a palavra ao nobre Deputado Jabes Ribeiro.

O SR. JABES RIBEIRO (PSDB — BA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo fazer duas breves comunicações. Na primeira, quero me alinhar a um grupo de Parlamentares preocupados com o funcionamento do Congresso Nacional. Em verdade, praticamente já é um hábito a inexistência de **quorum** para a realização de sessões do Congresso. Isso é extremamente grave, na medida em que temos uma pauta vastíssima, uma série de vetos que deverão ser apreciados, sobretudo aqueles pertinentes à política salarial.

Entendemos que é fundamental que as duas Casas, Câmara e Senado, estimuladas por um grande esforço e pela necessidade de recuperar a imagem do Legislativo, sensibilizem todos os Parlamentares, para que possamos voltar a ter no Congresso sessões dinâmicas, produtivas e cumprir com nossas responsabilidades para com o povo brasileiro.

Em segundo lugar, quero aproveitar esta oportunidade para parabenizar o Líder do PDT, Deputado Vivaldo Barbosa. Mesmo sendo de outro partido, o PSDB, desejo dizer que S. Ex^a teve uma postura firme, uma postura de um verdadeiro Parlamentar, na defesa do patrimônio deste País que defendemos, ao praticar uma ação das mais importantes no sentido de colocar no devido lugar a questão da privatização da Usiminas.

Entendemos, sem querer aqui entrar no mérito da privatização da Usiminas, que devem ser privatizadas empresas estatais que não tenha qualquer relação com as questões básicas da segurança nacional, do desenvolvimento do País e que não sejam estratégicas. Estas, sim. Mas começar um processo de privatização pela Usiminas é brincar com a realidade deste País. Basta fazer uma equação muito simples: hoje vivemos uma crise profunda, e o único ativo que temos são os estoques das estatais, quando temos aí uma série de dívidas, como a dívida interna, a dívida externa, a dívida dos Estados e Municípios e, sobretudo, aquela que é mais grave, a dívida social.

Privatizar uma estatal como a Usiminas, eficiente e lucrativa, priorizando a dívida externa, é uma atitude equivocada,

e a ação de vários parlamentares, da sociedade civil, a exemplo do grande brasileiro Barbosa Lima Sobrinho, foram fundamentais no sentido de sustar o leilão que haveria ontem.

Sr. Presidente, sou de Ilhéus, uma cidade do interior do Estado da Bahia. Quero dizer a V. Ex^{as} que, se depender do povo de Ilhéus, será construído ali um CIAC para diminuir a marginalidade, para tirar das ruas os meninos abandonados, para promover aquilo que é o dever de uma sociedade democrática. (Palmas.)

Entendemos que ou aplicamos em educação, possibilitando assim que este País encontre uma saída, ou certamente, daqui a dez, quinze anos estaremos em situação bem pior do que esta que estamos vivendo no atual momento brasileiro.

Não se pode transformar um projeto de educação que já provou bons resultados, como no caso do Estado do Rio de Janeiro, em uma simples luta que tem, como pano de fundo, questões como a disputa pela sucessão presidencial e outras que certamente não interessam, neste momento, ao povo brasileiro. O que interessa, isto sim, é a execução de um projeto de educação sério, firme, que atenda efetivamente aos anseios desta Nação.

O Sr. João Paulo — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOÃO PAULO (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, várias vezes vim a esta tribuna para solicitar providências à Mesa da Casa a fim de que a Comissão de Orçamento seja devidamente estruturada, já que arca com a responsabilidade de discutir as questões mais importantes do País, relativas ao Orçamento da União.

Há vários anos participo da Comissão Mista de Orçamento. Tenho registrado meu protesto diante da impossibilidade de votarmos créditos suplementares ou especiais pelo fato de não nos informarem absolutamente nada sobre as matérias a serem votadas. Nessas circunstâncias sempre me recusei a votar esses créditos suplementares.

Parece até que se conspira contra qualquer proposta de se estruturar essa Comissão, de oferecer condições para que ela, de fato, possa acompanhar a execução do Orçamento, fiscalizar o Executivo, cumprir, com eficiência e seriedade, sua tarefa. Fui contestado, deste microfone, por fazer postulações nesse sentido, quais sejam, as de informatizar a Comissão de Orçamento e compor uma assessoria que nos possibilite trabalhar com responsabilidade, eficiência, competência e seriedade.

Infelizmente, minha proposta foi rejeitada. Alega-se que há uma comissão especial para elaborar o regulamento da Comissão de Orçamento e apresentar o projeto de sua estruturação. Ou seja, a proposta esbarra em óbices poderosos.

Concordo que a regulamentação encerra controvérsias. Mas postergar a informatização da Comissão e a instalação de uma assessoria competente, isso é inadmissível.

Peço a V. Ex^a, encarecidamente, que tome providências para que os recursos disponíveis a essa finalidade sejam realmente aplicados e a comissão possa trabalhar com seriedade, e não com a leviandade com que vem funcionando.

Era isso o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — O assunto será levado ao Presidente titular, e tenho certeza de que terá o acolhimento adequado.

O Sr. Carlos Lupi — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — V. Exª tem a palavra, pela ordem

O SR. CARLOS LUPI (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, só para deixar registrado, para nossa tristeza, para nosso profundo pesar, que mais uma reunião do Congresso Nacional não tem a presença necessária para se votar as matérias em pauta. Estamos no segundo semestre e, que eu me lembre, apenas uma sessão do Congresso teve o quorum necessário para deliberação.

Faço este registro porque em breve teremos a votação do veto presidencial à política salarial e, no meu entender, nossos Parlamentares não estão entendendo a importância do que precisamos votar. Quando faltarem quinze dias para o recesso, teremos os atropelos de sempre, todo mundo querendo votar sem examinar, sem sequer conhecer as matérias em pauta.

Que fiquem registradas nossas presenças. Já que não se tem como punir os ausentes, que se premiem os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Na condição de Presidente, não me posso solidarizar com a observação de V. Exª mas vou fazer uma reflexão a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Agostinho Valente.

O SR. AGOSTINHO VALENTE (PT — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, hoje, na Justiça do Trabalho, no Tribunal Superior do Trabalho, foi julgado o dissídio entre os funcionários do Banco do Brasil e funcionários da Caixa Econômica e a direção dessas instituições e a paralisação dos funcionários do Banco do Brasil e dos funcionários da Caixa, não desejada pelos funcionários, mas que já chega ao seu 13º ou 14º dia, à espera de que a Justiça exerça sua atribuição conciliadora — porque a Justiça do Trabalho é de conciliação e de julgamento.

Sabedores de que o empregador teria de nos dar, a nós, funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, principalmente aqueles que estão na ativa, um índice que não poderia ser inferior ao que foi dado aos funcionários dos bancos particulares e da Petrobrás, qual não foi a nossa surpresa — e é por isso que faço este registro — ao ver o Tribunal Superior do Trabalho julgar uma questão praticamente pré-definida, da maneira como julgou.

Foi consenso, durante a fase de conciliação, registrado em ata — o que é mais grave — que os funcionários não fariam jus a índice menor que 158%. Ver os funcionários do Banco do Brasil receberem o que nem reajuste é, conseguirem apenas uma reposição de perdas num percentual de 100%, é revoltante! Não estamos entendendo como pode o Tribunal ter a coragem e a ousadia de, após nos chamar para uma conciliação, registrar em ata várias etapas da audiência de conciliação, em que os juízes, obviamente, deliberaram diante de dados, tabelas e documentos exibidos pelas partes, estabelecer hoje o mesquinho índice de 100%, que sabemos absolutamente não acompanhar a produtividade dos funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica e ser insuficiente para repor as perdas salariais diante de uma inflação que está ultrapassando 350% ao ano, desde o último dissídio até agora.

Inexplicável esse percentual de 100%. Fora outros retrocessos na relação empresa-funcionário que ocorreram naqueles dois estabelecimentos de crédito!

Que comportamento teve o Presidente do TST, durante a semana, ao inaugurar várias audiências de conciliação, ao entender que o pedido dos funcionários era razoável! Tudo isso está consignado em ata. E, hoje, uma decisão quase unânime, de 8 votos a 1, com um voto vencido dos mais esclarecedores porque o reajuste não podia ser menor do que 158%. E os funcionários do Banco do Brasil têm agora de receber o impacto de somente 100%. A expressão "100%" é muito bonita, mas com essa moeda desvalorizada, com as folhas de pagamento desonradas, com essa moeda aviltada, sabemos que isso não corresponde absolutamente a nada. Que comportamento foi esse que teve a Febraban, representante dos bancos particulares e dos estabelecimentos particulares de crédito? É a própria greve da Petrobrás, considerada abusiva não por nós, mas pelos Ministros do Tribunal? É um índice conferido com uma razoabilidade... E o Banco do Brasil tem que ser o espelho da violência da qual estamos procurando o autor. Quem foi o autor da violência da qual estamos procurando o autor? Quem foi o autor da violência se o Tribunal vinha inaugurando seguidos dias, sábados e domingos, reuniões de conciliação, aceitando os índices, tanto o das empresas, como os nossos? Quem foi o autor desse absurdo da Justiça laboral para fazê-la ou para deixá-la humilhada? Porque, na verdade, está aí. E os Ministros têm a coragem de aplicar um índice tão baixo...

Este Congresso não pode continuar seus trabalhos hoje sem registrar um protesto de um funcionário do banco, de um Deputado, que não fosse pelo banco, fosse pela Petrobrás ou qualquer outro segmento dos trabalhadores, sempre tivemos e vimos a maior justiça dos juízes da Justiça laboral, mas hoje não entendem e estão a buscar nas explicações, as menos lógicas, mas pelo menos lógicas, para entender por que e onde se buscou o parâmetro. Depois de estudar tanto as alegações e os memoriais do Banco do Brasil, os memoriais de alegação da Caixa Econômica Federal, dos executivos e dos funcionários, o Tribunal sai com esse percentual esdrúxulo, — e vai ficar devendo uma explicação, sem o quê não restará ao funcionalismo subir com os bonecos na próxima assembléia, porque, ao que está parecendo, mais uma vez, essa Justiça busca o caminho da justificativa, mas não dos princípios gerais do Direito, dos princípios da nossa Carta, dos nossos princípios consolidados na Justiça, do Direito especial, que é o Direito do Trabalho.

Fica, portanto, devendo à Nação e também a este Parlamento a Justiça do Trabalho, a augusta Justiça do Trabalho, o egrégio Tribunal Superior do Trabalho, uma explicação, a mínima que seja, para entendermos este absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, estou ocupando esta tribuna para manifestar não só o meu descontentamento, mas também a minha revolta pela manobra deliberada de esvaziamento das sessões do Congresso Nacional, quando existem inúmeros temas, de mais alta importância, para apreciarmos. Lamentavelmente sou forçado a reconhecer que desta manobra para esvaziamento do Congresso Nacional, com propósitos ainda não revelados, há uma séria participação da própria Direção da Mesa, que não toma providências para mobilizar os Srs. Senadores e Deputados, a fim de que compareçam à sessão para apreciação da Ordem do Dia.

As campanhas não são acionadas e em nenhum momento, nas últimas sessões do Congresso Nacional, a Presidência

resolveu colocar as matérias em votação, já que há número suficiente na Casa para apreciação das mesmas.

Portanto, ocupo esta tribuna para solicitar — já que não posso exigir da Presidência — a V. Exª que acione as campanhas e coloque a matéria em votação, para que possamos, pelo menos em respeito aos presentes, constatar aqueles que estão verdadeiramente dispostos a cumprir com suas responsabilidades no Congresso Nacional e diante da Nação brasileira.

O Sr. Eliel Rodrigues — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Tem V. Exª a palavra.

O SR. ELIEL RODRIGUES (PMDB — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, corroborando com a opinião do meu companheiro, solicito a V. Exª as mesmas providências, já solicitadas pelo Deputado Paulo Ramos, no sentido de que acione as campanhas, porque creio que muitos Deputados encontram-se em seus gabinetes aguardando este sinal. Se for possível, que V. Exª dê um prazo para que os Srs. Deputados cheguem até o plenário, ou então que a sessão seja suspensa. Para nós é um desalento chegarmos aqui e não termos como cumprir com o nosso dever, que deve estar acima de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Respondendo à questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Paulo Ramos, informo a V. Exª que esta sessão que estamos agora presidindo foi convocada com a antecedência de 24 horas. E mais: os Srs. Líderes foram comunicados e obviamente caberia a S. Exª movimentarem seus liderados para que a sessão estivesse repleta de Senadores e Deputados e, enfim, alcançássemos todos nós o objetivo de não estarmos trabalhando aqui sem nenhuma finalidade.

O Sr. Paulo Ramos — Sr. Presidente, não pretendendo debater com a Mesa — até porque regimentalmente esta possibilidade é vedada — em outras oportunidades, a Mesa tem colocado a matéria em votação e, ao dar início à votação, o comparecimento ao plenário acontece. Entretanto, enquanto não for tomada essa deliberação pela Presidência, enquanto não houver matéria em votação, os Deputados e Senadores que estão nesta Casa não comparecerão ao Plenário. É o que está acontecendo hoje. Não acredito que a direção da Mesa esteja deliberadamente contribuindo para tal, mas, na medida em que há votação, há o comparecimento. Mas lamentavelmente o descrédito é tão grande que já encontramos Deputados, por exemplo, que, ao encerra-se a sessão da Câmara dos Deputados, dizem: "Vou para meu gabinete, porque nas sessões do Congresso não vai haver nada mesmo". Já há uma desilusão que tende, qualquer dia, a ser explorada no sentido de levar esta Casa a um descrédito, talvez desnecessário e maior.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Concedo a palavra a nobre Deputada Regina Gordilho.

A SRA. REGINA GORDILHO (PDT — RJ. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, enquanto aguardo a presença dos Srs. Deputados e Senadores para o início da votação, estou a meditar sobre as palavras que ouvi, alguns minutos atrás, do Deputado Wilson Campos. S. Exª interpretou mal a colocação do Líder do PDT, Deputado Vivaldo Barbosa, que, com entusiasmo, expôs sua posição favorável aos CIAC. Acho que o Deputado Wilson Campos não teve a felicidade de ter um governador que implantasse

os CIEP, que é, sem dúvida nenhuma, a idéia inovadora do ensino integrado. O que me preocupa mais ainda é que pelo pouco tempo que tenho na política — três anos e meio — sinto que os partidos e todos nós devíamos agir com a empresa privada. Para dar um exemplo bem concreto um **shopping** tem várias lojas que vendem o mesmo material e se tornam merecedoras de conquistar a sua clientela quando eficientes, quando têm um bom produto e oferecem um bom atendimento. Parece-me, até porque tenho tido sucesso em prosseguir na minha carreira política usando o meu passado de empresária para fazer política, que é disso que necessita a política brasileira. Que o PMDB não se preocupe em atingir os CIAC ou os CIEP para querer tirar o espaço do PDT, por acaso nesse problema, porque o que o povo espera dos políticos brasileiros é que haja competência de atuação e não ataques para destruir ou para deixar que apareça. Com a conscientização do cidadão brasileiro e as constantes votações não tenha dúvida de que o povo, cada vez, mais, sente necessidade de acompanhar a atuação política. Minhas palavras são para levar à meditação de que vamos fazer uma política combativa, oposicionista, mas sobretudo sabendo que não se ganha espaço — talvez no passado se ganhasse — com esses métodos. Por exemplo, o PMDB quer esvaziar o programa dos CIAC, porque acha que está atingindo o PDT, e os CIEP ou o Governador Brizola. Esta não é a política que o povo brasileiro espera. Acho que temos competência, mesmo em posições opostas, para fazer uma política justa para o povo.

Era o que queria dizer neste momento. Agradeço a oportunidade de me manifestar. Gostaria de convidar os Srs. Deputados, e Senadores para que venham ao plenário, a fim de que se inicie a votação. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — O último orador inscrito é o nobre Deputado Ernesto Gradella.

Enquanto o nobre Deputado Ernesto Gradella faz a sua breve comunicação, vamos acionar as campanhas, porque existe um requerimento de inversão, dirigido ao Sr. Presidente, nos seguintes termos:

"Requeremos, nos termos regimentais, inversão da pauta de hoje, passando aos itens a serem apreciados na seguinte ordem: 2, 4, 6, 3, 5, 21, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28 da Ordem do Dia."

Assinam os Líderes do PT e do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Ernesto Gradella, último orador inscrito.

O SR. ERNESTO GRADELLA (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Congressistas, ontem estivemos no Rio de Janeiro participando da manifestação contra a privatização de Usiminas e sentimos a importância da mobilização dos trabalhadores, que garantiram a força para que fosse adiado o leilão o qual significaria a entrega da Usiminas aos especuladores nacionais e estrangeiros. Essa vitória foi parcial, porque ainda há sempre a ameaça patente sobre a Usiminas e sobre as outras estatais lucrativas deste País. Para referendar um pouco as argumentações de todos aqueles que se posicionaram contra essa entrega, essa doação do patrimônio público, gostaria de destacar o artigo publicado no jornal **Correio Braziliense** de hoje, que diz:

"A desestatização mexicana agravou ainda mais a concentração de renda do País, que já era a maior da América Latina. Agora o Governo acaba de revelar que as 915 estatais privati-

zadas foram compradas por apenas seis grupos industriais, concentrando enormemente o poder econômico.”

O que ocorreu no México pode inclusive, se repetir no Brasil. Além de ser uma doação, ainda é um elemento a mais de concentração de renda, como tem ocorrido em outros países e pode ocorrer também no Brasil.

Gostaríamos de chamar atenção para o fato de que o Congresso, principalmente a Câmara dos Deputados, é responsável até o momento por não ter votado os projetos de decreto legislativo que barravam esse processo de privatização que aí está.

Gostaríamos, também, de destacar que hoje estivemos presentes ao julgamento da greve dos funcionários do Banco do Brasil pelo Tribunal Superior do Trabalho. Os juízes daquela Corte não quiseram repor as perdas salariais dos funcionários S. Ex^{as} optaram por dar 100%, ainda parcelados, partiram para o deboche claro dos trabalhadores, chamando-os de excessivamente bem pagos. A inovação jurídica, no caso, é que a greve era não abusiva, mas foram descontados os dias parados.

Apoiamos essa greve desde o início e continuaremos apoiando-a, pois ela deve continuar após esse julgamento injusto, parcial e “collorido.” Os trabalhadores têm razão. O TST merece o cartão vermelho por estar julgando de maneira errada e injusta as reivindicações dos trabalhadores.

Sr. Presidente, para concluir gostaríamos de manifestar a nossa solidariedade ao companheiro Gumerindo Garcia Rodrigues, Assessor do Conselho Nacional de Seringueiros, que, no último dia 17, sofreu um atentado, tendo levado dois tiros, na cidade de Rio Branco, no Acre. O companheiro Gumerindo Rodrigues está internado no Hospital São Paulo, na Capital paulista, e esperamos a sua recuperação. Infelizmente, em mais esse processo já começa haver morosidade na Justiça do Acre em não decretar a prisão preventiva dos criminosos, já identificados, para, posteriormente, serem levados a julgamento. Essas pessoas estavam presas e foram liberados pelo delegado de então, mostrando com isso que a vida de um trabalhador rural, de um sindicalista, não tem qualquer valor para essas autoridades policiais e para o próprio Poder Judiciário daquele Estado.

O Sr. Messias Góis — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero lamentar a ausência já sistematizada de parlamentares na sessão do Congresso Nacional. Entendo que o motivo também é de ordem financeira. Parece-me, como há um sentimento, pelo menos é o que ouço de alguns Srs. Congressistas, tanto Senadores quanto Deputados, que, em não havendo sanção financeira, porque não cabe, a Constituição não obriga, como o faz no caso das sessões da Câmara dos Deputados, as sessões do Congresso Nacional estão sendo levadas ao léu. A presença não está sendo observada e não há nenhum compromisso nesse sentido. É uma pena, mas a realidade é esta. Pouco posso fazer, apenas protestar. Mas como foi apresentado um requerimento à Mesa pedindo a inversão da pauta, com o qual não concordo, requeiro a V. Ex^a, com fundamento no § 2º do art. 29, o encerramento da sessão, porque não temos um terço de cada uma das Casas aqui. Visivelmente não temos 73 Deputados nem 13 Senadores.

O Sr. Vivaldo Barbosa — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VIVALDO BARBOSA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, manifesto a V. Ex^a estranheza ao ver o Deputado Messias Góis lamentar a ausência de Deputados em plenário, porque, há algumas sessões, quando tentávamos votar vetos em pauta, estavam S. Ex^a e outros Líderes do PFL e do Governo retirando Deputados do plenário para que não houvesse votação. Tenho certeza — e há essa convicção entre os presentes — de que hoje não há número expressivo de Deputados por orientação da bancada do PFL, no sentido de que os Deputados não viesse votar.

De maneira, Sr. Presidente, que não posso deixar de estranhar a atitude do Deputado Messias Góis, ao lamentar a ausência dos Srs. Parlamentares e solicitar o encerramento da sessão. Se S. Ex^a realmente lamentasse a ausência dos Srs. Deputados, deveria pedir ao Presidente que fizesse soar as campainhas, convocando-os a comparecer ao plenário, para que tivéssemos número e, então, pudéssemos votar.

A segunda questão, Sr. Presidente, é uma reclamação em nome da bancada. A Mesa do Congresso Nacional, apesar de convocar a sessão com a devida, regular e regimental antecedência, não tem-se empenhado numa convocação mais expressiva, mais firme das sessões e não tem colocado em votação a Ordem do Dia, que contém os vetos a serem deliberados pelo Congresso Nacional deixando, com isso, que os Deputados encarem as sessões do Congresso com a desconsideração com que estão encarando, porque a Mesa não tem sido firme na determinação de que vai colocar em votação e na convocação mesmo dos Deputados para a votação da matéria.

De maneira que eu deixo esta reclamação, dirigida tanto à Mesa quanto ao Deputado Messias Góis, Líder do PFL, que pediu a suspensão da sessão neste instante.

O Sr. Messias Góis — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. MESSIAS GÓIS (Bloco — SE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, parece que o nobre e ilustre Líder Vivaldo Barbosa não está nos melhores dias. S. Ex^a fez uma acusação que fere os brios do PFL. Houve aqui a repulsa, na palavra do Deputado Wilson Campos. A segunda acusação de S. Ex^a também é leviana. Nem o Bloco nem o PFL orientaram qualquer de seus integrantes para não comparecer ao plenário.

Entendo que o Congresso Nacional merece o respeito de todos nós. Se eu, como Líder do Bloco, eventualmente fiz obstrução, usei uma prerrogativa regimental, e o nobre Deputado Vivaldo Barbosa não podia se constituir em juiz das atitudes de um partido político. Portanto, seria muito melhor que S. Ex^a ficasse calado, porque hoje infelizmente, em duas ocasiões feriu-nos desnecessariamente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — A Mesa vai responder à questão de ordem do nobre Deputado Messias Góis. Antes, porém, gostaria de esclarecer ao Deputado Vivaldo Barbosa que todas as normas regimentais estão sendo seguidas. Convocamos a sessão do Congresso Nacional com 24 horas de antecedência. Cabe às lideranças convocarem os seus liderados para comparecer ao plenário. O art. 29, invocado pelo nobre Deputado Messias Góis, diz:

"Art. 29. À hora do início da sessão o Presidente e os demais membros da Mesa ocuparão os respectivos lugares; havendo número regimental, será anunciada a abertura dos trabalhos.

§ 2º "No Curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28" — que seriam 13 Senadores e 83 Deputados — "o Presidente encerrará os trabalhos, *ex officio* ou por provocação de qualquer Congregista."

Tenho que dar por encerrada a sessão, se quero cumprir o Regimento, que é bem claro ao dizer que com menos de 13 Senadores e de 83 Deputados a Presidência encerra os trabalhos. *Ex officio* eu me negaria a fazê-lo, por uma questão de foro íntimo; porém, provocado por qualquer Parlamentar sou obrigado a encerrá-la.

Nestas condições, toda a matéria que constitui a Ordem do Dia da presente sessão fica adiada para outra oportunidade.

É a seguinte a Ordem do Dia que deixa de ser apreciada:

— 1 —

I

VETOS PRESIDENCIAIS

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 21, DE 1990

(Medida Provisória nº 151, de 1990)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal e dá outras providências. (Mens. nº 71/90-CN.)

Partes vetadas:

- § 1º do art. 1º;
- § 2º do art. 1º;
- § 3º do art. 1º;
- art. 3º;
- § 1º do art. 4º
- art. 6º e seu parágrafo;
- parágrafo único do art. 7º;
- alínea e do parágrafo único do art. 16;
- § 5º do art. 18;
- § 2º do art. 20;
- art. 25; e
- art. 26.

Prazo: 23-6-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 2 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 49, DE 1990

(Nº 3.101/90, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1990 (nº 3.101/90, na origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui o Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 158/90-CN.)

Prazo: 8-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 3 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 1990

(Nº 3.099/89, na origem)

Votação, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 1990 (nº 3.099/89, na origem), que dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social, suas definições, princípios e diretrizes, determina competência gerais em cada esfera de governo, benefícios e serviços, fontes de financiamento, e dá outras providências. (Mens. nº 172/90-CN.)

Prazo: 10-11-90

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 4 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 50, DE 1990

(Medida Provisória nº 249/90)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 50, de 1990, que dispõe sobre a organização e custeio da Seguridade Social e altera a legislação de benefícios da Previdência Social, tendo

— RELATÓRIO, sob nº 3, de 1991-CN, da Comissão Mista. (Mens. nº 10/91-CN.)

Partes vetadas:

- art. 1º;
- art. 2º;
- art. 3º;
- art. 4º;
- art. 6º;
- art. 7º;
- art. 8º
- art. 9º
- art. 10; e
- art. 16.

Prazo: 28-3-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 5 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 1989

(Nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados)

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 176, de 1989 (nº 4.086/89, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a Política Agrícola. (Mens. nº 23/91-CN.)

Partes vetadas:

- item V do art. 3º;
- item XII do art. 3º;
- itens I, II e V do art. 5º;
- item XII do § 1º do art. 5º;
- § 2º do art. 5º;
- §§ 7º e 8º do art. 5º;
- item I do art. 6º;
- §§ 1º e 2º do art. 8º;
- art. 11, **caput**;
- art. 15;
- art. 21;
- art. 24;
- art. 27;
- art. 28;
- art. 29;

— itens V, VII, VIII, X, XI, XII do art. 30;

— §§ 2º e 4º do art. 31;

— art. 32;

— art. 33; **caput**, e § 1º;

— art. 34;

— parágrafo único do art. 37;

— art. 38;

— art. 39;

— art. 40;

— art. 41;

— art. 43;

— art. 44;

— art. 46;

— item IV do art. 48;

— § 1º do art. 50;

— art. 51;

— art. 53;

— art. 54;

— art. 55;

— art. 57;

— art. 61;

— art. 62;

— art. 63;

— art. 64;

— art. 67;

— art. 68;

— art. 69;

— art. 70;

— art. 71;

— art. 72;

— art. 73;

— art. 74;

— art. 75;

— art. 76;

— art. 77;

— art. 78;

— art. 79;

— art. 80;

— itens I, VII, IX do art. 81;

— itens II, III e VII do art. 82;

— art. 83;

— art. 86;

— § 2º do art. 87;

— art. 88;

— art. 90;

— art. 91;

— art. 92;

— item V do art. 96;

— § 1º do art. 99;

— art. 100;

— art. 101;

— art. 105;

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 6 —

PROJETO DE LEI Nº 19, DE 1990-CN

Votação, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 19, de 1990-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. (Mens. nº 25/91-CN.)

Partes vetadas:

— art. 16; e

— itens de programação constantes dos Anexos I e II.

Prazo: 2-5-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 7 —

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 6, DE 1991

(Medida Provisória nº 294/91)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 1991, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. (Mens. nº 37/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 1º do art. 9º; e

— art. 34.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 8 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 38, DE 1990

(Nº 3.287/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1990 (nº 3.287/89, na Casa de origem), que autoriza os táxis a portarem painéis publicitários fixados no teto. (Mens. nº 38/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 9 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 88, DE 1988

(Nº 1.407/89, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 88, de 1988 (nº 1.407/88, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre as Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e dá outras providências. (Mens. nº 39/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 10 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 14, DE 1991

(Nº 290/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1991 (nº 290/91, na Casa de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 17 da Lei nº 8.088, de 31 de outubro de 1990, que dispõe sobre a atualização do Bônus do Tesouro Nacional e dos depósitos de poupança e dá outras providências. (Mens. nº 40/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 11 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 87, DE 1990

(Nº 2.912/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 1990 (nº 2.912/89, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrícola Federal de Itabaiana, no Estado de Sergipe. (Mens. nº 41/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 12 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 18, DE 1991

(Nº 81/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1991 (nº 81/91, na Casa de origem), que autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais. (Mens. nº 42/91-CN.)

Parte vetada:

— § 3º do art. 2º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 13 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 12, DE 1991

(Nº 4.575/90, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1991 (nº 4.575/90, na Casa de origem), que dispõe sobre o enquadramento dos servidores da extinta Fundação Projeto Rondon, redistribuídos para os órgãos da Administração Federal direta, autarquias e fundações públicas. (Mens. nº 43/91-CN.)

Partes vetadas:— § 2º do art. 1º; **caput** do art. 2º**Prazo:** 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 14 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 73, DE 1990

(Nº 1.580/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 1990 (nº 1.580/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o pecúlio ao aposentado da Previdência Social que retorna à atividade sujeita a esse regime. (Mens. nº 44/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 15 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 98, DE 1990

(Nº 3.201/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 98, de 1990 (nº 3.201/89, na Casa

de origem), que dá nova redação ao parágrafo único do art. 513 da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT. (Mens. nº 45/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 16 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 123, DE 1990

(Nº 4.434/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 1990 (nº 4.434/89, na Casa de origem), que autoriza o repasse, aos estados e municípios, de percentual da arrecadação da taxa de ocupação de imóveis da União, dispõe sobre foros, taxas e laudêmios e dá outras providências. (Mens. nº 46/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 17 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 24, DE 1991

(Nº 885/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1991 (nº 885/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos, salários e demais retribuições de servidores que menciona e dá outras providências. (Mens. nº 51/91-CN.)

Partes vetadas:

— arts. 3º e 5º

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 18 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 16, DE 1991

(Nº 6/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei da Câmara nº 16, de 1991 (nº 6/91, na Casa de origem), que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e aos destinados ao transporte escolar, e dá outras providências, tendo

— **RELATÓRIO**, sob nº 6, de 1991-CN, da Comissão Mista.

Partes vetadas:

— inciso V do art. 1º;

— parágrafo único do art. 1º; e

— parágrafo único do art. 3º (Mens. nº 52/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 19 —

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 214, DE 1984

(Nº 8.346/86, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 214, de 1984 (nº 8.346/86, na Câmara

dos Deputados), que acrescenta dispositivo ao Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 — Lei de Falências. (Mens. nº 53/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 20 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 78, DE 1990

(Nº 2.936/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 78, de 1990 (nº 2.936/89, na Casa de origem), que autoriza a instituição da Área de Relevante Interesse Ecológico do Morro da Pedreira e dá outras providências. (Men. nº 54/91-CN.)

Prazo: 19-9-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 21 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 26, DE 1989

(Nº 889/88, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1989 (nº 889/88, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Mário Andreazza” a Rodovia BR-230 — Transamazônica. (Mens. nº 55/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 22 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 27, DE 1990

(Nº 6.821/85, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1990 (nº 6.821/85, na Casa de origem), que confere à BR-369 a denominação de “Rodovia Presidente Tancredo Neves”. (Mens. nº 56/91-CN.)

Prazo: 19-9-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 23 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 33, DE 1991

(Nº 516/91, na Casa de origem)

• Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1991 (nº 516/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a competência da Superintendência Nacional do Abastecimento — SUNAB, altera a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e dá outras providências. (Mens. nº 61/91-CN.)

Prazo: 19-9-91.

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 24 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 1990
(Nº 3.672/89, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 1990 (nº 3.672/89, na Casa de origem), que dispõe sobre nova denominação para a Rodovia BR-364, trecho que liga Goiânia a Santa Rita do Araguaia, no Estado de Goiás. (Mens. nº 62/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 25 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 1984
(Nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 1984 (nº 4.214/84, na Câmara dos Deputados), que autoriza a emissão especial de selos em benefício dos trabalhadores desempregados. (Mens. nº 63/91-CN.)

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 26 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 1991
(Nº 4.785/90, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1991 (nº 4.785/90, na Casa de origem), que cria a Área de Livre Comércio de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e dá outras providências. (Mens. nº 64/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 1º do art. 9º;

— art. 10 e parágrafo; e

— art. 11.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 27 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 1991
(Nº 826/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1991 (nº 826/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. (Mens. nº 66/91-CN.)

Parte vetada:

— art. 40.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 28 —

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 1991
(Nº 825/91, na Casa de origem)

Discussão, em turno único, do veto parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1991 (nº 825/91, na Casa de origem), que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. (Mens. nº 67/91-CN.)

Parte vetada:

— art. 100.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

— 29 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 82, DE 1991
(Nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados)

Discussão, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 1991 (nº 1.050/91, na Câmara dos Deputados), que estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1992 e dá outras providências. (Mens. nº 68/91-CN.)

Partes vetadas:

— § 1º do art. 9º;

— parágrafo único do art. 12;

— art. 13 e §§ 1º e 2º;

— §§ 1º e 3º do art. 21;

— art. 27 e seu parágrafo único;

— art. 33 e seus §§ 1º e 2º;

— inciso IX do art. 34;

— parágrafo único do art. 39;

— art. 49; e

— art. 53.

Prazo: 19-9-91

— Incluído em Ordem do Dia de acordo com o § 6º do art. 66 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Carlos De'Carli) — está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 14 minutos.)

ATAS DE COMISSÕES**COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO**

Criada através do Requerimento nº 493, de 1991-CN, destinada a “Investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa do Brasil”.

7ª Reunião, realizada em 18 de junho de 1991

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de mil novecentos e noventa e um, às quatorze horas, na Sala 02 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores Mário Covas (Presidente), João Calmon, Francisco Rollemberg, João França, Eduardo Suplicy e os Senhores Deputados Arolde de Oliveira, Marcelo Barbieri, Paulo Ramos, Magalhães Teixeira, Ariosto Holanda, Benedito Figueiredo e a Senhora Deputada Irma Passoni (Relatora), reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a “Investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituições de ensino e pesquisa do Brasil”.

Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e solicita seja dispensada a leitura da Ata da reunião anterior que, logo após, foi considerada aprovada. A seguir, convida os Senhores Dr. José Sousa Santos, Diretor Financeiro da Empresa Brasileira de Aeronáutica — EMBRAER; Dr. Marco Antônio Raupp, ex-Diretor-Geral do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — IN-

PE; Major-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Xavier Ferolla, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial — CTA e Dr. Eduardo Prado Tude, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de São Paulo, para tomarem assento à Mesa. Em seguida, comunica aos Senhores Membros recebimento de Ofício do Prof. Antônio Carlos Porto Gonçalves, informando os motivos do não-comparecimento à Comissão. Prosseguindo, passa a palavra ao Dr. José Sousa Santos que inicia sua explanação fazendo um breve relato sobre a Embraer e os projetos existentes atualmente. Tece, ainda, comentários sobre a atual crise financeira que atravessa a empresa e afirma que a mesma tem hoje uma dívida total em torno de 800 milhões de dólares. Concluindo, informa que a Embraer através do Ministério da Aeronáutica, irá solicitar que se abra um crédito especial ou que se coloque nos orçamentos futuros, verbas destinadas à capitalização da empresa. Com a palavra, o Dr. Raupp discorre sobre a crise que o setor atravessa, enfatizando que é preocupante a situação com relação aos programas de missão espacial, de processamento de dados hidrológicos e os chamados satélites de observação da Terra. Relata que, o País é um grande usuário de sistemas espaciais de satélites de comunicação e de observação da Terra — meteorologia, cartografia e agricultura — e sua geografia física social e seu grau de maturidade tecnológica e industrial conferem vocação natural para o espaço. Finalmente, sugere que deva ser criada uma comissão de alto nível no sentido de decisões políticas e assessoradas com infra-estrutura operacional que opere recursos e avalie os projetos de desenvolvimento. Com a palavra o Brigadeiro Ferolla, inicialmente, faz um breve relato sobre a estrutura do Deped, focalizando os institutos: Escola de Engenharia, ITA, Instituto de Aeronáutica e Espaço, Instituto de Estudos Avançados e o Instituto de Fomento Industrial. A seguir, discorre sobre os sítios de lançamentos existentes no mundo, a base de Alcântara, as plicados em programas espaciais comparado com países que já dominam a tecnologia espacial. Finalizando, enfatiza que o programa espacial é uma meta ambiciosa compatível com os conhecimentos técnicos e a nova infra-estrutura industrial do País. Com a palavra, o Dr. Eduardo Tude aborda a crise em que vive atualmente o setor aeroespacial, citando que a maior causa do atraso tecnológico está na falta de políticas setoriais articuladas que garantam a continuidade dos programas espaciais. Faz, ainda, uma analogia sobre o que acontece hoje com o setor aeroespacial e conclui enfatizando que não existe hoje um controle efetivo sobre os recursos aprovados para um determinado fim. Os investimentos são feitos, mas os programas são paralizados pela metade, levando não só ao atraso tecnológico mas a um grande desperdício de recursos. Prosseguindo, passa-se à fase interpelatória, usando da palavra, pela ordem de inscrição, os Senhores Deputados Ariosto Holanda, Marcelo Barbieri, Ernesto Gradella e a Senhora Deputada Irma Passoni. Com a palavra, o Senhor Presidente agradece a presença dos senhores expositores.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 493, de 1991-CN, destinada a investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos pro-

cessos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa e instituições de Ensino e Pesquisa do Brasil, destinada a ouvir os depoimentos dos Senhores Dr. José Sousa Santos, diretor financeiro da Empresa Brasileira de Aeronáutica — EMBRAER; Dr. Marco Antônio Raupp, ex-Diretor-Geral do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — INPE, Major-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Xavier Ferolla, diretor do Centro Técnico Aeroespacial — CTA e Dr. Eduardo Prado Tude, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de São Paulo, que se publica com a devida autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Senador Mário Covas

Relatora: Deputada Irma Passoni

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Está aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas e as dimensões do atraso tecnológico nos processos produtivos da indústria brasileira, bem como nos processos de pesquisa, instituições de ensino e pesquisa do Brasil.

O painel que hoje apresentaremos tem como referencial a ciência e a tecnologia no complexo aeroespacial.

Para participar da mesa, convido o Dr. José de Souza Santos, Diretor Financeiro da Embraer; o Dr. Marco Antônio Raupp, ex-Diretor-Geral do INPE; o Major-Brigadeiro-do-Ar, Sérgio Xavier Ferolla, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial e Presidente do Conselho Administrativo da Embraer; o Dr. Eduardo Antônio Prado Tude, Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na área de Ciência e Tecnologia.

Recebemos do professor Antônio Carlos Porto Gonçalves, do Instituto Brasileiro de Economia, IBRE-FGV, o seguinte ofício:

Senador Mário Covas:

Impossibilitado de comparecer ao depoimento no Senado Federal no dia de hoje, 18-6, por motivo pessoal de força maior, peço desculpas e marcação outro dia.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1991. — Antonio Carlos Porto Gonçalves.

Solicito à Secretaria que faça constar em ata este ofício.

Creio que os Membros da Comissão receberam, junto com o convite, o anexo nº 2 que visa dar uma orientação a todos, embora a audiência seja bastante flexível. Ela se processa em um primeiro instante com a audiência dos que foram convidados. Há um roteiro da reunião no anexo 1, onde se tenta balizar um pouco aquilo que seria conveniência da Comissão.

E, tendo em vista que temos hoje quatro Membros na Mesa, faço uma solicitação, que não tem propriamente o rigor excessivo, no sentido de que na fase expositiva, os parlamentares, Deputados e Senadores aqui presentes, possam formular suas perguntas tentando sintetizar sua exposição inicial, num período que não exceda a 20 minutos.

De forma que concedo a palavra, em primeiro lugar, ao Diretor-Financeiro da Embraer, Dr. José Sousa Santos.

O SR. JOSÉ SOUSA SANTOS — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srª Deputada Irma Passoni, Srª e Srs. imagino que minha presença aqui se deva também à ausência do Dire-

tor-Superintendente da empresa que se encontra na França, na Feira que acontece anualmente da indústria da aeronáutica.

Sou Diretor-Financeiro, como os senhores ouviram. Tomei posse na empresa em agosto do ano passado.

A Embraer, apenas para dar um breve sumário, foi criada através de decreto presidencial em 1969, época a partir da qual o Brasil teve um desempenho econômico e diria, também, social, bastante significativo, capaz de gerar recursos fiscais que possibilitaram a criação de um esquema de incentivos fiscais, através dos quais a Embraer pôde captar 1% das pessoas jurídicas que desejassem aplicar na empresa.

Esses recursos totalizaram cerca de 200 milhões de dólares até 1989 quando terminou o seu fluxo.

A Embraer nasceu tecnologicamente do Centro Técnico Aeroespacial — CTA, situado em São José dos Campos, e sobre o qual estão subordinados, entre outros, o ITA, o INPE, o Instituto de Estudos Aplicados etc.

O progresso da Embraer tem sido realmente algo notável, e mesmo objeto de estudo e teses de universidade européias, de por que conseguiu o Brasil, em tão pouco tempo, tecnologia de alto nível.

Quero lembrar que em 1973 — a empresa iniciou suas atividades em dezembro de 1969 — a Embraer já produzia 3 unidades do Bandeirante, seu primeiro avião; em seguida, através de um sistema de cooperação com a Itália, a Embraer montava o Xavante. Em 1977, ela passou a fabricar o Xingu, um avião de 6 lugares, do qual a França comprou 80 unidades. Finalmente, em 84, veio à baila o Brasília, que é hoje o carro-chefe da empresa e que lhe permite deter mais de 40% do mercado americano da aviação regional, e cerca de 25% do mercado europeu.

Esse avião é um sucesso; sucesso esse explicado por alguns números que citarei, comparando a SAAB, da Suécia, que é um dos nossos concorrentes, e a De Haveland, do Canadá, que é outro.

A SAAB tem velocidade de subida, respectivamente, 1.710 pés/minuto, o De Haveland, 1.560 pés/minuto e o Brasília 2.129 pés/minuto. Em teto operacional, a SAAB 25 mil, o De Haveland 25 e o Brasília 32. Em velocidade cruzeiro, em milhas náuticas, o SAAB faz 285, o De Haveland 262 e o Brasília 315. Em alcance máximo de milhas náuticas, o SAAB possui 1.270, o De Haveland 1.250 e o Brasília 1.600.

Portanto, a conquista do mercado feita pelo Brasília não foi apenas porque os termos de venda eram, de fato, bastante interessantes, mas também pelo fantástico desempenho do avião.

Tivemos, em 1983, os Tucanos que são os nossos aviões de treinamento. Eles podem, também, ser utilizados para treinamento militar. Vendemos Tucanos para a Inglaterra e para a França. Vendemos, também, aviões Tucanos para o Egito, mas, lamentavelmente, não foi um bom negócio porque o Egito nos deve hoje cerca de 40 milhões de dólares.

Em resumo, até 1990 produzimos 4.382 aviões, sendo 1.410 do que chamamos de “pesados” — são os aviões que a Embraer, a unidade de São José dos Campos os produz — e 2.972 “leves”, que são os aviões que fabricamos em Botucatu, através da Neiva. São os aviões leves, os aviões agrícolas, como o Sêneca o Ipanema, etc.

Finalmente, houve um programa chamado AMX, que começou em 1986, cujas primeiras unidades foram entregues à Aeronáutica em 1989. Entregamos 6 unidades.

Esse é um avião de ataque ao solo, mas, a parte mais importante dele foi a tecnologia que a Embraer pôde absorver, sobretudo, em dois campos básicos: o primeiro foi na tecno-

logia na fabricação de avião a jato, que não tínhamos, e o segundo foi no trabalho em materiais compostos, o que nos tem permitido, inclusive, ganhar concorrências junto a países, como Japão, Alemanha, França, Inglaterra; como é o caso do flap, do avião MV-11, da Mc Donnell Douglas, trabalho esse que a Embraer faz como subcontratada.

Fabricamos, também, alguma coisa para a Boeing dos Estados Unidos. Além disso, fabricamos, para o AMX, o trem de pouso e a asa. O trem de pouso é desenvolvido através da nossa divisão, que não é uma subsidiária. Ela é de fato um corpo que se integra a Embraer, que se chama EDE, que é nossa divisão de equipamentos, que fabrica os trens de pouso e produtos de mecânica fina.

A primeira exportação do Bandeirante deu-se em 1975 para o Uruguai. A partir daí, temos o mercado externo como nossa fonte primordial de receita, à exceção, como já falei, dos aviões leves, porque esses nós os fazemos sob licença da Piper que, infelizmente, se encontra numa situação financeira semelhante à nossa. A Piper tem problemas seriíssimos e, em consequência desses problemas, não tem podido suprir a Neiva, que faz os kits dos aviões e de outros equipamentos em tempo hábil.

Daí por que, se algum dos senhores participam do consórcio Neiva/Embraer, possivelmente devem ter suas queixas, porque não estamos conseguindo entregar os aviões, em tempo hábil. O que está acontecendo é isso basicamente, ou seja, a Piper não tem cumprido a sua parte ao que se adicionou, recentemente. Falo a partir de 1990. O problema financeiro da Embraer, é um capítulo sobre o qual gostaria de dispende cinco minutos, que é o fulcro da crise que a empresa hoje sofre. Por que sofre? Porque, em nenhuma indústria aeronáutica do mundo, o Governo deixa de participar de forma bastante pesada, em função da tecnologia que ela gera, produz e difunde.

Para os senhores terem uma idéia, a SAAB, da Suécia, recebe empréstimos de 30 anos a juros de 5% ao ano, com 10 anos de carência. Terminada a carência, o Governo dá outra.

A De Haveland, do Canadá faz um avião a jato semelhante ao que a Embraer pretende fazer. O nosso será chamado EMB, Embraer, 145, ou seja, um avião com 45 lugares. Estamos lutando desesperadamente para a obtenção de recursos para o desenvolvimento desse projeto. Ora, vemos como condição *sine qua non* para o desenvolvimento desse projeto a parceria externa. Sem ela não há como levá-lo adiante. O projeto está orçado em torno de 350 milhões de dólares. Temos informações de que o governo canadense deu um presente de 250 milhões de dólares à De Haveland para ela começar a desenvolver o seu projeto.

O governo americano, por seu turno, entre 1984 e 1987, entre encomendas e outro tipo de aporte de recursos à sua indústria, dispendeu 142 bilhões de dólares.

A Foca, da Holanda, já disse, em alto e bom som, que, se o governo tirar-lhe o apoio, ela fecha. Enfim, é uma empresa muito cara. Eu diria que a Embraer só teve condições de iniciar os seus trabalhos porque isso ocorreu num período em que o nosso País, de fato, estava com um desempenho econômico muito satisfatório.

Acabaram-se os incentivos fiscais, tivemos que continuar no nosso processo de desenvolvimento tecnológico para não perdermos o bonde da história e, então, veio o avião Brasília.

Com o avião Brasília gastamos em torno de 320 milhões em pesquisa e desenvolvimento. O Governo Federal pôde comparecer com 80 milhões de dólares.

Depois do Brasília tivemos, ainda por interesse dos governos, o programa AMX, o qual, por sinal, é um programa que tem permitido à Embraer permanecer acima do nível da água. É um programa, em suma, benéfico para nós. Em função de problemas orçamentários de ambos os governos, esse programa foi reduzido e, em sendo reduzido, a Embraer, que se havia preparado para executá-lo devidamente, porque no campo da aviação compram-se equipamentos, motores, encomendas de equipamentos especiais com até 18 meses de antecedência, ficou com um problema sério de não poder recuar com as encomendas.

O outro programa de interesse governamental foi com a Argentina, chamado CBA-123, que significa Cooperação Brasil—Argentina, cujo nome é Vector. É um avião fantástico, lindo, de desempenho superior a tudo o que existe em termos de turboélice, mas que lamentavelmente ainda está caro. O preço desse avião, hoje, para nós, é em torno de sete milhões de dólares, e o mercado não o aceita por mais de seis. Estamos trabalhando denodadamente para reduzirmos os custos — reduzimos os materiais — e tentar, então, colocá-lo no mercado. Os protótipos estão prontos, mas não temos condições de fabricá-los em série por dois motivos fundamentais: primeiro, é que ainda precisamos de cerca de 50 milhões de dólares para o ferramental necessário, e, segundo, é que ainda não atingimos o ponto ótimo de produtividade e de redução de custos para colocá-lo no mercado.

Finalmente, o ponto mais importante é o projeto do Jato 145, que é a esperança da empresa.

A história da indústria aeronáutica mostra que as empresas que pararam, desapareceram. Então, embora possa parecer, em princípio, um pouco de megalomania a Embraer haver assumido tantos projetos, o fato é que, à medida em que ela assim procedeu, o fez agregando tecnologia. E segundo os estudos de *marketing*, a partir de 1994 os aviões regionais serão, em sua maioria, aviões a jato, e não temos o avião a jato e precisamos estar presentes nesse mercado.

Como os senhores vêem, trabalha-se com muita antecedência e, se isso não for feito, realmente vamos estar com avião de hélice e todo mundo com avião a jato.

Por que a Embraer, nesse particular, pôde ter tecnologia de ponta? Porque o Programa AMX obrigou-a à compra de equipamento de última geração, tais como as máquinas de controle numérico. Aliás, os senhores que ainda não tiveram a oportunidade de ir à Embraer, eu os convido, que é um espetáculo realmente muito interessante. Através do AMX, como eu disse, ela aprendeu a dominar a tecnologia dos materiais compostos, que lhe permite reduzir o peso intrínseco do avião e, em consequência, aumentar a capacidade de carga e, assim, oferecer ao operador uma melhor possibilidade de lucro.

A Embraer, ao longo do tempo, com esses projetos, a forma como se preparou ou foi induzida a se preparar, terminou em 1990 com um corpo efetivo funcional de quase 13 mil pessoas. Ora, as vendas estavam caindo por dois motivos fundamentais: primeiro, o mundo estava atravessando um período de crise com a guerra do Golfo — as empresas grandes têm nas empresas pequenas a sua continuação e elas diminuíam as encomendas; segundo, temos o problema de financiamento de exportações — esse é o nosso calcanhar-de-a-

quiles, porque essas outras empresas que citei, embora a taxa de juros que elas empregam aos seus compradores seja às vezes até superior à nossa, pelo suporte financeiro que elas têm dos seus bancos, oferecem alguns presentes que não temos condições de oferecer: uma turbina ou, então, embutido no mesmo prazo, dão — o nosso prazo é de 8, excepcionalmente 10, elas dão 12, às vezes 15 — mais 2 milhões de dólares para pagar em 15 anos, a juros de 5% ao ano para compra de equipamentos e sobressalentes.

Então, a guerra é feia e vale tudo. Nesse momento, por exemplo, não sei se os senhores já têm conhecimento, estamos tentando fechar um negócio com a França, um programa chamado não propriamente contra-partida. O Exército brasileiro comprou helicópteros da Aero Spaciale; isso dá direito ao Brasil de fazer uma exportação de equipamento também de bens de capital. Acertamos isso há algum tempo e agora a França se vê com um problema, porque a Dassault da Suíça, quer vender os Pilates para a França.

É uma guerra permanente e pelo menos, então, precisamos de um programa de financiamento de exportações com credibilidade cujas condições de competitividade sejam, de fato, adequadas. O que chamo de condições de competitividade? Ora, os senhores sabem que a *libor*, que é chamada taxa do mercado de Londres, usada para esses financiamentos. Hoje ela está realmente num dos pontos mais baixos, em torno de 6%. Tomando-se a *libor* como referência, se se cobra a *libor*, mais 1%, é uma taxa razoável. Agora, há a taxa de equalização. O que é? Suponhamos que eu esteja vendendo para uma empresa francesa. Ela vai ao seu banqueiro e este diz: “a minha taxa de financiamento é 10%”. Ela diz: “10% é muito!” O que faz o Governo brasileiro e o que fazem os outros governos? “Ok, vendo esse avião a 7% e pago a diferença da equalização”. Correto? Quer dizer, isso, no passado, penso, confesso que as nossas taxas estavam muito baixas, de forma que essa reformulação do PROEX, que o Congresso acaba de aprovar, tem muito sentido, porque, de fato, estávamos vendendo aviões, às vezes, quando a *libor* estava a 8%, 9%, vendíamos a 4%. Obviamente que o Brasil não pode subsidiar os Estados Unidos nem a França.

De qualquer forma, ou temos esse programa de financiamento bem específico — não apenas nós, também as outras empresas brasileiras — ou não vamos conseguir vender bens de capital.

Retornando agora a parte financeira, temos hoje uma dívida total de cerca de 800 milhões de dólares, sendo 600 milhões de dólares de curto prazo, desses, 200 milhões de dólares em média por fornecedores, o restante com bancos. Com o próprio Governo estamos atrasados no recolhimento da Previdência Social, Imposto de Renda. Só não atrasamos o pagamento do FGTS por motivos óbvios.

O Governo estuda, nesse momento, a forma de fazer o aporte desses recursos à Embraer. O que sabemos até agora é que a única forma vista no momento será através da operação **relending**, que significa empréstimo, proveniente de acordos anteriores da dívida externa. Isto é legal, os banqueiros aceitam. Trata-se de recursos que já estão depositados no Banco Central do Brasil, e que o Banco Central do Brasil, no acordo, disse para eles: “não tenho divisas para pagar vocês. Então, registro o que lhes devo, aqui no Banco Central, pago os juros — lamentavelmente nem sempre pagou — não sei se lamentavelmente ou não — o dinheiro está lá”. Então, esse dinheiro pode ser realizado pelos banqueiros. Por exemplo:

reempréstá-lo, tirando do Banco Central e entregando para uma outra empresa. É esse dinheiro que estamos pedindo que venha para a Embraer. Por quê? Porque são recursos com 12 anos de prazo, com 5 anos de carência e a taxa *libor*, mais 13 e 16. Isso dá hoje em torno de 7.2%. Então, vamos sair de uma carga financeira que hoje, realmente, nos corrói demais, de mais 16% ao ano em termo de dólares, para uma taxa de 7.2%. Não resolve o caso da empresa, seu problema é capitalização. Ou ela se capitaliza ou morre. Não tem salvação.

E, aproveitando o ensejo, Senador Mário Covas, oportunamente, a Embraer, através do Ministério que a representa, virá a esta Casa solicitar que se abra um crédito especial, ou que se coloque nos orçamentos futuros verbas destinadas à capitalização da empresa, por um motivo não apenas da sua sobrevivência e do que ela significa em termos de tecnologia, mas também porque sabemos que existem interessados na compra da Embraer. E essa empresa, embora como próprio Ministro Sócrates disse nesta Casa, está aberta à participação de capitais nacionais e estrangeiros. Porém, o Governo arroga-se o direito de ter uma participação ainda majoritária, que possa comandar os destinos da empresa. Mas, sem injeção direta de capital, esta empresa não irá muito longe. Por quê? Porque hoje quando olhamos a sua relação de passivo o capital da Embraer representa cerca de 15% do seu passivo. Ora, isso absolutamente não leva a empresa a lugar algum.

E, numa relação custo-benefício ou injeção de capital, efetivamente de capital, dentro dessa empresa vai torná-la, considerando o seu intangível, que é uma tecnologia de ponta brasileira, feita por nós, com engenheiros do ITA, da Unicamp, da USP, das melhores universidades desse País... Então, temos não apenas a capacidade de fazer hoje, como a capacidade de continuar fazendo. Uma empresa dessa, de fato, é uma questão de prioridade para que continuemos a manter esse nível de tecnologia, e que esta empresa não venha a ser entregue a mãos indesejáveis.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Agradecemos o depoimento do Dr. José de Souza.

Concedo a palavra ao Dr. Marco Antônio, que é ex-Diretor Geral do Inbra.

O SR. MARCO ANTÔNIO RAUPP — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pediria a aquiescência de V. Ex^a para que pudesse usar transparências.

Sr. Presidente, tenho, para distribuição aos Srs. Membros da Comissão e do plenário, um resumo das colocações que farei.

Sr. Presidente, entendo que a minha convocação para esta CPI decorre da participação que nessas atividades espaciais no Brasil, tendo sido Diretor Geral do Instituto de Pesquisas Espaciais, órgão que tem um papel importante na condução de parte desses assuntos. E, estou desligado do Instituto, não totalmente, porque continuo seu funcionário até hoje, mas sou membro também da Academia Internacional de Astronautas. De maneira que encaminharei o meu depoimento dentro de uma linha, de uma apreciação geral sobre o setor. E talvez não deva, não estou falando em nome da Instituição, o INPE. Então não apresentarei muitos detalhes ou dados. Colocar-me-ei numa apreciação geral do andamento dos trabalhos nesse setor.

A colocação básica que eu gostaria de fazer é que estamos vivendo uma crise nesse setor, no qual o Brasil investe, razo-

velmente há 30 anos, — atualmente nos defrontamos com uma crise que decorre do fato de que os principais programas que foram estabelecidos, as principais metas — principais programas, buscando essas metas, que são programas de desenvolvimento tecnológico, que é uma segunda etapa da nossa História de atividade espaciais — estão praticamente parados.

É preocupante a situação com relação a dois programas-chave desse desenvolvimento. Um é o programa de Missão Espacial Completa Brasileira, que foi estabelecido em 1979, e que se propõe a construir quatro satélites de aplicação, que se destinam a coletas de dados e processamento de dados hidrológicos, meteorológicos. Portanto, de amplo uso em setores importantes da atividade econômica do País. E dois outros programas chamados Satélite de Observação da Terra, que têm missões específicas, inclusive de observação de questões tais como o levantamento de dados sobre a Amazônia.

São satélites, evidentemente, ainda numa fase de caráter tecnológico, mas que tem um papel importante na capacitação a nível de criação de Infra-estrutura laboratorial, técnica e capacitação de recursos humanos.

E esse Programa da Missão Espacial Completa Brasileira prevê também um desenvolvimento da capacidade do País desenvolver foguetes lançadores de satélites, engenhos que coloquem esses satélites em órbita. A responsabilidade do desenvolvimento desses satélites foi atribuída ao Instituto de Pesquisas Espaciais e a responsabilidade de desenvolvimento desses foguetes lançadores foi atribuída ao Centro Técnico Aéroespacial.

De maneira que vou, também, me concentrar mais na parte de satélites, porque imagino que o Brigadeiro Ferola dará a ênfase devida à questão dos lançadores.

Esses Programas estão parados devido a exatamente ao acréscimo brutal nos investimentos no setor, a política salarial altamente deficiente que provoca a fuga de especialistas e dispersão, desmotivação de equipes, erosão, inclusive. O nosso compromisso internacional e a nossa autoridade estão prejudicados. Futuros programas podem ser prejudicados em função da falta de atendimento às metas de um outro programa importante também nesse nosso Programa Espacial, que é Programa de Desenvolvimento de um Satélite de Observação da Terra, em convênio internacional com a República Popular da China — convênio estabelecido em 1988, que está também bastante atrasado por falta de investimentos e devido a esse problema salarial. Além de existir também um grande esforço de capacitação industrial que pode estar sendo perdido se essa situação continuar dessa maneira.

Eu colocaria da seguinte forma: — é um dilema que nos defrontamos hoje; evidentemente, em linhas gerais é isso, as combinações dessas duas alternativas são também possíveis — ou nós abdicamos em desenvolver pela tecnologia e nos tornamos usuários dos sistemas espaciais, com todas as consequências que advém disso, seremos seguidores independentes — evidentemente, tem uma dosagem para isso aí. Podemos ser bons ou maus usuários —, ou devemos reafirmar a vontade política firme e garantir uma participação mais relevante no cenário espacial internacional.

Para fazer essa análise vou colocar na forma de perguntas básicas que nos permitiriam — analisando as respostas — definir a situação do País. Qual é a necessidade que o Brasil tem de ir ao espaço? Por que devemos ter programas espaciais? A segunda pergunta é se temos condições para ir ao espaço. Terceira — que reputo da maior importância — é se a Nação tem vontade política para desenvolver esses programas, para

perseguir esses objetivos. E a quarta, são as sugestões do que se deve fazer para desenvolver esses programas.

Com relação à primeira pergunta, por que se deve ir ao espaço — de uma maneira geral existe uma primeira colocação, que é a de que o espaço é um desafio importante, assim como a exploração do mar, a exploração da Antártica, a exploração da Amazônia — e, quais as tecnologias adequadas? São novas e importantes fronteiras que apresentam grandes desafios e também grandes promessas. A situação no espaço, de não ter gravidade, ambiente limpo, e energia solar disponível permitem o desenvolvimento de uma série de atividades que beneficiam o homem. Por exemplo: o desenvolvimento de manufaturas no espaço; haveria condições de se fabricar fármacos, que são coisas que se faz hoje a nível de processo industrial em determinadas condições; processamento de cristais que são vitais e apresentam possibilidades imensas para desenvolvimento de novas tecnologias e que têm implicações nas atividades tecnológicas industriais tradicionais.

O Brasil tem sido um usuário de sistemas espaciais importantes. Tem sido cliente de satélites internacionais de aplicações, satélites que têm aproveitamento direto em vários setores da sociedade. Cito como exemplo o satélite de telecomunicações da qual fomos usuários, na década de 80. Hoje o Brasil já comprou quatro satélites e todo o sistema de telefonia, de transmissão de dados. Todas as redes de TV são totalmente dependentes desse sistema. Hoje não podemos mais dizer para um manauara que não vamos ter mais sistemas de telecomunicações disponíveis, e que ele vai ter que assistir a um jogo, uma decisão da Copa do Mundo em que o Brasil participe, através de **vídeo tape no dia seguinte. Isso é totalmente inadmissível.**

Outro tipo de satélite é o de observação da Terra. O Brasil o usa desde 1973. O País já gastou 400 milhões de dólares, a grosso modo, na primeira geração de dois satélites e estamos comprando mais dois satélites, cuja concorrência internacional, vencida pela empresa americana Hughes, ocorreu no ano passado. Mas desde 1973, o Brasil utiliza satélites americanos, como, por exemplo, os chamados de observação da Terra. Utilizamos satélites da série *Landsats*, e em 1987 ficaram disponíveis satélites franceses *spots*, que permitem observar as transformações que estão ocorrendo na superfície da Terra, têm grande aplicação na parte de cartografia, estudo de meio ambiente, impacto ambiental e pesquisa mineral, têm vários usos, e órgãos, empresas que atuam nesse setor, como, por exemplo, empresas de aerolevantamento, hoje, são usuários importantes desses dados gerados por esse sistema.

Também é tradicional, no País, a utilização de satélites americanos, da série *Tyros n* e *Goes*, que geram informação meteorológica. A previsão de tempo no País, dada a sua própria situação geográfica continental, e a inexistência de dados tradicionais tornam fundamental, para previsão de tempo no continente sul-americano, a utilização de dados gerados pelo satélite. Paulatinamente, desde 1967 temos usado esses satélites de previsão meteorológica americanos.

Essa utilização em benefício direto da informação do dado desses produtos gerados pelos satélites é a parte mais visível do benefício que um programa espacial pode trazer para a sociedade. Mas, evidentemente, por trás disso — e mais importante até do que isso, em termos de implicações de estímulos — um programa espacial estimula grandemente a modernização industrial, porque envolve ciência sofisticada, techno-

logia sofisticada. Esses programas, normalmente, mobilizam as universidades, os institutos de pesquisa, a indústria de ponta e estimula o desenvolvimento de inovações tecnológicas que podem ser repassadas à indústria tradicional.

Esses programas espaciais são usados no mundo todo como um instrumento de estímulo à modernização industrial, à renovação tecnológica da indústria tradicional. Podemos dizer que um país que almeja a modernidade social e econômica não pode abrir mão de ter um programa espacial. Resalto que um programa espacial é uma atividade governamental, é político, e o Estado tem um papel importante. Não existe país no mundo em que um programa espacial seja sustentado por atividades privadas; é sempre mantido, discutido, estabelecido e financiado pelo governo, devido a esse papel de grande mobilizador na atividade econômica que utiliza não só a tecnologia de ponta, mas também as atividades econômicas em geral.

Com relação à pergunta: se temos condições para ir ao espaço, colocaria que temos algumas condições existentes no País que nos têm permitido alavancar e sustentar atividades espaciais. Primeiro, todo um complexo CTA — Embraer, surgido com a fundação do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, nos anos 50, e que permitiu toda uma capacitação tecnológica a nível laboratorial de pesquisa e, também, a nível de formação de recursos humanos, engenheiros, com qualificação para atuar no setor. Segundo, uma capacitação desenvolvida a partir dos anos 60, por iniciativa do então Presidente Jânio Quadros, que criou o Instituto de Pesquisas Espaciais, que passou a se dedicar inicialmente a atividades científicas de pesquisas espaciais, desenvolvendo projetos em conjunção e cooperação com países como os Estados Unidos e países europeus; posteriormente, passou a ser a instituição dedicada a estabelecer as estações terrenas de recepção e processamento dos dados desses satélites de assessoramento remoto, de observação da terra, que mencionei anteriormente.

Teve um papel relevante nessa capacitação do país para essas atividades um programa chamado Missão Espacial Completa Brasileira, estabelecida a partir de 1979, e que permitiu a essas instituições existentes no momento estabelecerem toda uma infra-estrutura, uma capacitação em termos de recursos humanos para atuar no setor. No Instituto de Pesquisas Espaciais, esse programa possibilitou investimentos de custeio e capital na ordem de 120 milhões de dólares nessa década e que foram suficientes para estabelecer uma base importante, uma capacitação de recursos humanos, infra-estrutura laboratorial, exemplificada pelo Laboratório de Integração e Testes, esse laboratório foi inaugurado em 1987 no Instituto de Pesquisas Espaciais, que é um laboratório que permite as condições espaciais e fazer os testes necessários aos projetos de engenharia de satélite. Toda essa infra-estrutura está, hoje, disponível e é o que permite ao Instituto se envolver diretamente ou capacitar indústrias a atuarem nesse setor.

Uma palavra sobre a base industrial que teríamos disponível, evidentemente que o País — essa é, inclusive, uma das razões da existência dessa tecnologia — não tem ainda uma indústria de ponta compatível com a economia nacional, é um pouco deficiente, precisa ser incrementada. Essa é uma das razões pelas quais entendo estar esta Comissão trabalhando, no sentido de entender a evolução dessa questão.

A experiência que se tem no setor é de que as indústrias nacionais têm respondido com certo grau satisfatório aos estí-

mulos desse programa — que correu particularmente na década de 80 — de capacitação tecnológica.

Um exemplo muito importante, apesar de ser fora da área espacial, é o do programa nuclear desenvolvido pela Marinha, onde foi constituída uma Comissão de projetos espaciais, que tem cadastradas mais de 100 indústrias qualificadas para atuar no setor e que o têm feito por contratos desse programa.

Gostaria de mencionar que, evidentemente, esse potencial industrial existe; a indústria aeronáutica, por exemplo, na área espacial é representativa sobre o que temos disponível, para envolver um programa espacial, a nível industrial; a Embraer, por exemplo, é responsável pela parte estrutural do desenvolvimento da construção da estrutura dos satélites, já concluídas.

Um aspecto importante, que gostaria de mencionar, é a recíproca; o programa espacial, evidentemente, depende de indústria qualificada, mas também é um instrumento de política governamental para modernização do setor; não é um instrumento de mobilização industrial, de qualificação industrial para modernização da indústria de ponta evidentemente, mas tem influência no restante do setor industrial tradicional; é um elemento de modernização do setor industrial.

Quanto aos recursos financeiros necessários a um programa — nas dimensões em que têm sido discutidos e propostos —, as propostas existentes não passam de 150 milhões de dólares americanos, o que é um número considerado razoável pelas pessoas que atuam no setor. Isso representa mais ou menos 2% de um possível orçamento ideal de Ciência e Tecnologia do país, os famosos e discutidos 2% do PIB, com relação ao qual muito já se falou, e que seria um orçamento ideal.

Pois bem, esses 150 milhões de dólares anuais, que é uma estimativa do que o País poderia gastar num programa desse, representam 2% desse orçamento ideal de Ciência e Tecnologia.

Portanto, consideramos esses recursos ao alcance do País.

Com a minha experiência de atuação no setor, creio que um fator tem deixado a desejar — e talvez justifique os vários atrasos e encontros que têm havido nesse programa espacial — é a questão se o Brasil tem vontade política para desenvolver um programa especial. Tentarei dar a resposta no estilo da **Folha de S. Paulo**: em termos, essa vontade tem-se mostrado muito dispersa e instável, varia ao longo do tempo.

Recapitulando, evidentemente temos uma história: o primeiro satélite artificial da Terra foi lançado em 1957, o **sputnik**; quatro anos depois, em 1961, o Presidente Jânio Quadros criou um Instituto de Atividades Espaciais que deveria dedicar-se, exatamente, à questão da utilização e desenvolvimento dessa tese.

O Brasil, de certa forma, tem um interesse pioneiro no uso de satélites e nessa questão de utilização de satélites para benefício direto da sociedade, já desenvolveu programas, começou com o uso de satélites para educação de massa, desenvolveram-se, na década de 60, grandes programas educativos; via satélite alcançavam distantes rincões do País e essa característica da grande extensão territorial é exatamente o que faz do Brasil um grande usuário dos satélites, não só a nível de comunicação, mas até de conhecimento do território. Há esse “olho” lá em cima, cuidando do que está acontecendo aqui em baixo. Por isso se diz que o Brasil tem uma vocação para o espaço, porque o satélite é fundamental para o País. Em primeiro lugar, por causa da sua própria situação geográ-

fica e social; em segundo, como já observei também, porque programas desse tipo têm essa capacidade de estimular o desenvolvimento e a modernização industriais.

Utilizamos satélites meteorológicos, satélites de recursos terrestres, mas quando a Missão Espacial Completa Brasileira — um exemplo, é uma vontade que se manifestou desde os primórdios —, cujo objetivo principal é exatamente a capacitação do País para o desenvolvimento de satélites próprios, tem um objetivo estratégico de capacitar o País a nível industrial, a nível de recursos humanos qualificados, a nível de infra-estrutura requerida, esse programa tem tido idas e vindas e já começou, por exemplo, com um condicionante: esse programa foi criado em 1979, através de uma Exposição de Motivos do ex-Presidente Figueiredo que autorizava o programa em si, condicionado à existência de verbas; quer dizer, está aprovado desde que haja recursos. Entendemos perfeitamente essa situação, mas isso não é normal; a situação normal, com um programa de longo prazo, seria o Governante aprovar os programas plurianualmente, para que eles tivessem as garantias mínimas para serem desenvolvidos. São programas que apresentam resultados a médio ou a longo prazos; às vezes, então, é preciso ter, de saída, um mínimo de garantias quanto a esse fluxo de recursos.

Isso se manifesta diretamente na própria vida desse programa MEC-B, por exemplo. A aprovação ocorreu em 1979 e em 1981 tivemos uma reunião do órgão governamental responsável, a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais (COBAE), que não tem um nível executivo, mas é de fato o responsável pela condução de toda a política especial e pelos programas espaciais; essa comissão decidiu adiar o lançamento do primeiro satélite, que estava previsto para em 1986 para 1989, se não me engano, alegando falta de recursos que, de 1979 a 1981, não tinham sido repassados. As instituições responsáveis, o CTA e o INPE não tiveram condições, então, de cumprir os cronogramas.

Cria-se uma situação difícil que acaba vindo contra o próprio desenvolvimento do projeto. Em 1988, também por desencontros, em termos do desenvolvimento do satélite e do lançador, decorrentes dos problemas de evasão de pessoal por causa das questões salariais, falta de investimento e de recursos humanos, nos números e nas dimensões requeridas, novamente atrasou o programa e foi adiado o lançamento do satélite, pelo que entendo hoje, por tempo indeterminado.

Deve-se mencionar que, em 1989, o INPE já tinha praticamente desenvolvido esse primeiro satélite, faltando somente os procedimentos de integração de todos os subsistemas; esse adiamento acabou, inclusive, desmotivando um pouco o próprio andamento do projeto. Apesar de todas essas idas e vindas, esse programa "Missão Espacial Completa Brasileira" representou um grande avanço e capacitou, levou o Brasil a ter hoje a capacidade que tem o setor, tanto na parte do CTA, na questão do desenvolvimento de lançadores, quanto na parte satelitária de responsabilidade do INPE. Toda a infra-estrutura existente foi propiciada, e recursos humanos treinados a nível técnico e gerencial dentro de um critério de qualificação muito boa, que é reconhecido internacionalmente. Este é o fato. Um exemplo de que essa capacitação do País é reconhecida internacionalmente, é exatamente esse outro programa, uma outra perna do chamado Programa Espacial, talvez um subprograma. São dois. Um programa prevê a construção de dois satélites de responsabilidade — satélites de observação, satélites grandes, operacionais, que são internacional-

mente competitivos com o satélite francês *spot*, por exemplo —, repito, de responsabilidade, que resultou de um acordo assinado na China, em 1988, pelo Presidente José Sarney e que previa a construção desses dois satélites grandes, já num padrão internacional de qualidade, padrão comercial, vamos dizer assim, para serem lançados em 1994, inicialmente. Esse acordo foi muito interessante, porque essa área trabalha com tecnologia sensível, especialmente na área de lançadores. E existe uma série de restrições de caráter político e formal mesmo, restrições a importações da parte dos países centrais, dos países desenvolvidos. Esse acordo com a China, que é um país que já desenvolveu essa tecnologia, num certo grau, nos possibilita um acesso aí, não diretamente. É claro que isso tudo é uma negociação. Mas trabalhar junto com os chineses nos permite usar de possibilidades de acesso à tecnologia que não teríamos com outros.

Pois bem, esse projeto sino-brasileiro, que tem uma importância estratégica, hoje, está relegado. Esse ano, por exemplo, para que V. Ex.^a tenham uma idéia, está previsto um investimento. Isso é uma responsabilidade internacional, porque temos que cumprir um acordo internacional, inclusive. É nesse sentido que digo que o atraso desse plano, na situação em que ele se encontra, acarreta, inclusive, uma erosão das nossas responsabilidades internacionais. Estamos numa situação na qual é previsto, por exemplo, se gastar 20 milhões de dólares esse ano no satélite sino-brasileiro, tivemos aprovado no orçamento 2 milhões de dólares. Na verdade, a maneira como são liberados esses recursos e o problema inflacionário, acaba chegando lá muito menos do que isso. Quer dizer, uma situação que caracteriza uma parada em prejuízo, inclusive, das nossas responsabilidades internacionais.

Com relação a uma outra perna do programa espacial brasileiro, da política espacial brasileira, são os satélites de comunicação. Aí do ponto de vista do desenvolvimento da tecnologia nacional, a política como foi conduzida esse satélite de comunicação são oportunidades perdidas pela tecnologia nacional. São satélites comprados e pouco acesso tivemos à tecnologia desses satélites de comunicação, que é a área mais promissora em termos comerciais na exploração de satélites, e que não deveríamos perder essa oportunidade, no nosso entendimento. O INPE, por exemplo, envolvido no desenvolvimento de tecnologia satelitária, lutou para estabelecer por uma participação maior no desenvolvimento dos dois satélites do sistema de telecomunicações. O que garantiria uma grande participação nacional, de indústrias nacionais, inclusive no desenvolvimento desses satélites, seria fazer a integração nos laboratórios existentes, integração desses satélites, evidentemente, pela contratante internacional. Precisaria de mais um pouco de investimentos, mas estaria em condições de montar rapidamente uma infra-estrutura, dada a base já existente, para que esse processo todo de integração fosse desenvolvido. Isso acabou não acontecendo. Vejam, é nesse sentido que interpreto que são oportunidades perdidas pela tecnologia nacional. Quais são as razões de caráter mais geral, vamos dizer assim, que atribuo a esse comportamento instável da vontade política nacional em relação a essa questão espacial, que é fundamental para manter programas de estratégia de longo prazo. Sem existir isso não há maneira de se sustentar um programa desse. São desencontros e desencontros, tempo perdido, desmotivação de pessoas envolvidas.

Saliento as duas razões importantes: primeiro, é a distância que o programa espacial manteve do Congresso Nacional. Essa política espacial foi gerada no Executivo, sem respaldo

da sociedade. Essa política resultou também na forma de uma exposição de motivos, em 1971, depois reforçada em 1975, do Ministro-Chefe das Forças Armadas, que é o Presidente da Comissão Brasileira de Atividades Espaciais; a Cobae, é um órgão de cúpula, e no Executivo representa vários ministérios, que estabelecem uma proposta política, que é levada ao Presidente, o qual autoriza, na forma de exposição de motivos, mas não é publicado no **Diário Oficial**. Quer dizer, a sociedade não sabe que o Brasil tem uma política espacial. Essa que é a grande realidade.

Essa distância com relação ao Congresso Nacional prejudica — é um desencontro entre os vários setores do Governo — as empresas que participam do Programa, porque ninguém tem o norte muito claro. Para ser franco, na qualidade de Diretor do INPE, membro da Cobae, durante algum tempo, nunca tive acesso, por exemplo, a esses documentos de política espacial no Brasil.

Outra questão importante é a inadequação da estrutura institucional do setor. A Cobae não é, nunca foi capaz de exercer uma coordenação efetiva. Exemplo disso é a desarticulação, por exemplo, dessa linha de desenvolvimento tecnológico do Programa Espacial com a política adotada para telecomunicações, que é completamente diferente da MEC-B, do estilo brasileiro. São coisas divergentes, que não estão articuladas; quer dizer, quanto a essa questão de desenvolvimento tecnológico, a MEC-B poderia aproveitar-se das oportunidades criadas pela compra de satélites e isso não ocorre. É a falta de uma estrutura operacional no órgão que coordena, em princípio e que se responsabiliza pelo acompanhamento das atividades espaciais no Brasil — a Comissão Brasileira de Atividades Espaciais.

Para concluir, gostaria de responder possíveis perguntas, como o que fazer, a nível dos projetos existentes, ou em paralelo, com qualquer reformulações do setor. Penso que devem ser feitos, mas devemos ser pragmáticos. Temos que reconhecer a importância dessa missão espacial completa brasileira. Esse missão prevê o lançamento de satélite, porque existe um satélite pronto para ser lançado. Temos que lançar esses satélites que já estão construídos; reavaliar talvez a MEC-B, porque, evidentemente, a situação atual impõe uma nova realidade.

É importante lançar esses satélites porque, para estimular programas de longo prazo, eles precisam de metas intermediárias, precisam ter sucesso intermediário ou insucessos também, para que aprendam as lições do insucesso, para poder sustentar um programa de longo prazo. É importante reconhecer essa importância e talvez até mudar o direcionamento da MEC-B, mas aproveitar o esforço já desenvolvido até esse momento.

Em segundo lugar, a manutenção do esforço na área de foguetes lançadores é fundamental, é estratégica; essa é uma área fértil, estratégica para cooperação industrial; é uma reserva estratégica que temos. A tônica nessas áreas tecnológicas de alta tecnologia é que tudo aí é sensível, a informação não é dada, o fluxo de informação é truncado; há boicote e políticas deliberadas que não permitem passar tecnologia de um país para outro. Então, estamos reticentes, mas temos que desenvolvermos, temos que comprar. Mas, dentro desse sentido estratégico, se não tivermos acesso, teremos condições, num prazo maior, de chegar lá. Quem não desenvolve tecnologia não sabe comprar também. Quem não desenvolve nada não sabe comprar coisa alguma.

Retomada a urgência do satélite brasileiro de sensoria-mento espacial. Isso é um programa que consolida a capacitação desenvolvida pela MEC-B. O fato de termos tido essa capacidade de estabelecer esse acordo é um reconhecimento internacional de que temos certa capacidade.

Ele consolida também um dado importante: a participação industrial, que na MEC-B é incipiente, nesse programa do ensino brasileiro, é absolutamente fundamental e está sendo tocada com grande intensidade.

É necessário, também, que se discuta um programa de prazo longo, que é uma decorrência da experiência gerada no programa com os chineses, de desenvolvimento de um satélite de telecomunicações, talvez um satélite pré-operacional, mas alguma coisa tem que ser feita nessa direção.

Para concluir, a nível de organização do governo, de como conduzir a questão, duas coisas são fundamentais para estruturar esse setor, para abrir perspectivas, para que se tenha confiança do que a sociedade quer, o que a sociedade vai investir. Primeiro, é o estabelecimento de uma política espacial pública, transparente, a partir de ampla discussão no Congresso Nacional. É isso que garante o apoio continuado. Sem isso, não há apoio continuado, fica-se nesses altos e baixos. Depois, é preciso criar uma agência espacial, no âmbito do Executivo, com capacidade de propor, gerenciar, avaliar programas, projetos e coordenar instituições e delas participar efetivamente. Evidentemente, tem que haver comissões de alto nível, a nível da tomada de decisões políticas, mas essas comissões têm que ser assessoradas por infra-estrutura operacional que opere esses recursos, que cobre, que avalie os projetos em desenvolvimento. É assim que os países avançados operam. E nós não temos de inventar a roda; temos de ver o que os países que tiveram sucesso fazem.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Agradecemos ao Dr. Marco Antonio Raupp sua exposição.

Concedo a palavra ao Major-Brigadeiro-do-Ar Sérgio Xavier Ferola.

O SR. SÉRGIO XAVIER FEROLA — Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, gostaria, inicialmente, se me permite, Sr. Presidente, de dizer da imensa satisfação e honra com que recebemos a oportunidade que nos é oferecida de vir aqui, frente a esta Comissão, expor alguns dados sobre as atividades, em que nós, particularmente, trabalhamos há quase trinta anos, junto ao Dr. Ralph e outros que aqui estão. Realmente, é com muita satisfação que tenho esta oportunidade de vir aqui, além da honra e da obrigatoriedade de — como colocou muito bem o Dr. Ralph — tornar as nossas atividades, que chamamos de aeroespaciais, transparentes, discutidas, analisadas e aprovadas pela sociedade como um todo. Isso para nós é muito importante. Digo “nós”, porque eu também, desde tenente, participo dessas atividades; sou hoje major-brigadeiro, estou no fim da carreira, praticamente. Passei por todas as funções, desde o banco escolar do ITA até a direção do CTA hoje em dia. Temos os nossos engenheiros, que são colegas de trabalho, civis e militares, INPE e CTA, universidade, trabalhando juntos. Vemos o esforço que esses homens fazem, dedicando tudo que podem a uma atividade que, infelizmente, é pouco reconhecida. Consideramos realmente muito importante que, agora, o Congresso tome a decisão de conhecê-la em detalhe. O Dr. Ralph colocou muito bem o problema, não vou repetir — mas, realmente, é importante que haja uma vontade política nacional, para que possamos entrar naquele patamar tecnológico das nações mais desenvol-

vidas e — triste realidade — fazem tudo para impedir que cheguemos lá. É contra eles que lutamos dia e noite; eu, particularmente, há quase trinta anos.

Gostaria, Sr. Presidente, apenas para esclarecimento daqueles que não estão familiarizados, de dizer, de forma muito sintética, como é organizado o nosso Ministério. O nosso interesse é apenas localizar esse departamento.

O Ministério da Aeronáutica a tem muitas atividades civis, além da atividade militar propriamente dita. Como atividade militar, colocamos esse lado do organograma, que é o comando-geral de pessoal, o comando-geral do ar e o comando-geral de apoio e logística. Então, isso aqui é o que chamamos de Força Aérea Brasileira. Do outro lado, temos o Departamento de Ensino que cuida da formação e aperfeiçoamento de recursos humanos; o Departamento de Aviação Civil, o DAC, que coordena todas as atividades de transporte aéreo do Brasil, da indústria do transporte aéreo e, finalmente, o Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento — DEPEDE; que, apenas como forma de analogia, é a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Ministério da Aeronáutica. Essa é a nossa organização.

E, dentro do Depede, temos organizado o nosso CTA. O CTA é um órgão que tem na ordem de cinco mil pessoas trabalhando internamente, entre alunos da escola, pesquisadores, engenheiros e militares. Temos no Depede o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, o CTA, e o Centro de Lançamento de Alcântara. Vou falar rapidamente sobre isso.

Temos ainda quatro grandes institutos: a nossa Escola de Engenharia — o ITA; o Instituto de Aeronáutica e Espaço; o Instituto de Estudos Avançados e o Instituto de Fomento Industrial. Esse modelo de desenvolvimento tecnológico nasceu no Brasil na década de 40, foi uma visão quase que profética dos nossos maiores naquela época, porque hoje é muito fácil falar em tecnologia, mas, numa época em que o Brasil não fabricava nem bicicletas, apareceu um grupo dizendo que iria instalar uma fábrica de avião, e aconteceu 20 anos depois. Então, realmente, foi uma visão quase profética. E o nosso modelo é esse, é formação de recursos humanos, que consideramos a base de tudo. O Instituto de Aeronáutica e Espaço, fazendo o desenvolvimento tecnológico, que chamaríamos de mais pragmático, mas a curto prazo, portanto, na ordem de cinco a dez anos. Não existe nenhum milagre que consiga fazer desenvolvimento tecnológico em menos de cinco a dez anos. O Instituto de Estudos Avançados fazendo desenvolvimento mais científicos a longo prazo, nunca inferiores a quinze anos. E o Instituto de Fomento e Coordenação Industrial, servindo de interface com o parque industrial brasileiro e usuários. Transferindo essa tecnologia para a indústria, controlando os contratos, os *royalties*, fazendo a homologação dos produtos, principalmente dos produtos aeronáuticos para exportação, da indústria aeronáutica brasileira — o Dr. Sousa colocou aqui o problema da Embraer. Então, é um modelo que, modestia à parte, no que toca à Aeronáutica, foi muito bem elaborado — não foi por nós, podemos falar isso — e que tem tido um sucesso muito grande já com 42 anos de existência operacional.

O Ministério da Aeronáutica vem, ao longo desses anos, procurando manter uma política bastante objetiva no campo da tecnologia. Isso são palavras do Ministro Sócrates. O esforço e o investimento em pesquisa científica e tecnológica do Ministério da Aeronáutica tem que ser continuado. O Dr.

Ralph colocou muito bem esse problema da continuidade, não pode oscilar.

O desenvolvimento da indústria aeronáutica nacional é imprescindível para o fortalecimento do poder aeroespacial brasileiro.

Aqui, usando uma figura popular, quer dizer, a intenção da Aeronáutica — e o Dr. Sousa colocou muito bem o problema do MX — é não comprar o peixe, é dar vara de pescar. Sabemos que só podemos ter aquilo que a Aeronáutica chama de poder aeroespacial se tivermos ciência, indústria, laboratório de pesquisa, uma base, um suporte tecnológico amplo, que permitam o Brasil fazer o seu avião, usar o seu avião quando quiser e não quando as potências estrangeiras disserem que pode. Isso tem sido demonstrado ao longo dos anos. Vários países já viveram esse tipo de situação. O nosso modelo se baseou muito no modelo de Israel, quando ele teve os problemas na sua região e os aviões deles eram de outros países, passaram a não ter suprimento. Então, a partir daquele momento, partiram, agressivamente, para um programa tecnológico. Então, o mundo demonstra a necessidade de se ter isso.

O Ministério prossegue: deverá ser dada atenção especial ao esforço de nacionalização de itens de interesse do poder aeroespacial. Serão incentivadas as pesquisas de desenvolvimento de interesse aeroespacial e estimulada a articulação do correspondente setor com o parque industrial brasileiro.

Eu sempre cito com destaque esse “brasileiro”, porque é parque industrial brasileiro. Não temos nada quanto ao parque industrial estrangeiro, mas o parque industrial em que nós temos poder de decisão, poder de comandamento e cooperação espontânea é o parque industrial brasileiro.

A mobilização da indústria será permanentemente exercida atribuindo-se ao setor planos de cargas adequados às necessidades de poder aeroespacial e compatíveis com a situação econômica do País.

Essa última frase é terrível, mas, de qualquer forma, é um esforço que vem se fazendo dentro das nossas possibilidades de procurar manter os programas. O Dr. Sousa colocou esse problema da Embraer — uma empresa que surgiu dentro desse contexto. O primeiro avião da Embraer voou no CTA 20 anos depois de criado o ITA, isso demonstrando, exatamente, o trabalho de longo prazo. É essa a filosofia do Ministério da Aeronáutica, desde a sua criação.

Para ilustrar os trabalhos atuais estamos fazendo uma retrospectiva, depois vamos entrar um pouco no programa aeroespacial. Os trabalhos atuais, desenvolvimentos de materiais aeronáuticos, fator imprescindível para a nossa independência, desenvolvimento de combustíveis alternativos (óleos e lubrificantes aeronáuticos), apenas como recordação. V. Ex.^{as} sabem que o Programa Nacional do Álcool nasceu todo dentro do CTA no que se refere aos motores a álcool. Tivemos oportunidade de fazer todos os projetos de todos os motores e rodamos vinte milhões de quilômetros antes do Presidente João Figueiredo adotar formalmente o decreto para o Programa Nacional do Álcool.

Desenvolvimento de radares: um trabalho que começamos na década de 70 com o apoio do BNDE àquela época, hoje BNDES, que frutificou. Temos hoje total domínio dessa tecnologia, transferido para a indústria brasileira privada — em São José dos Campos, a Tequinsa, em São Paulo, a Elebra.

Desenvolvimento de simuladores de aeronaves: um trabalho que foi feito para atender, principalmente a aeronave

Tucano, que a Esquadilha da Fumaça utiliza. Gerou uma indústria em São José dos Campos, chamada ABC de simuladores e sistemas aviônicos. É de um grupo de Minas Gerais, uma empresa em franco desenvolvimento.

Técnicas de ensaio de implementação de complexo de túneis aerodinâmicos, transônicos e supersônicos.

A aerodinâmica é essencial em todos os tipos de projetos tecnológicos. Temos dado ênfase a esse trabalho. Estamos trabalhando em pleno vapor para a Embraer e para várias outras empresas, inclusive para a Petrobrás. Para terem idéia, a título de curiosidade, recentemente, ensaiamos a plataforma da Petrobrás que vai operar em águas profundas. A Petrobrás queria ver o comportamento dela com marés e ventos. Ela se aplica a tudo. Os prédios de Brasília, esse mastro da Bandeira, que é forte, foi ensaiado no Centro A, no projeto inicial que era bastante esbelto e quebrou, quando se colocou para enfrentar ventos de cem quilômetros por hora. Por isso, o mastro foi reforçado e ficou com essa estrutura um pouco forte. Isso para se ter a idéia dos tipos de ensaios que se fazem.

No momento, estamos lutando por esses túneis transônicos, capazes de operar em velocidades altas abaixo do som e fazer a transição. Por coincidência, é um item que o Departamento de Comércio Exterior dos Estados Unidos escreveu: vetado ao Brasil. É proibido ter túnel transônico. Dissemos que passou a ser meta prioritária ter túnel transônico. Sempre que dizem que não pode, nós o colocamos como meta prioritária. No momento, a Finepe nos está financiando um modelo desse túnel, trabalhado no CTA, e pretendemos operá-lo brevemente no ITA — esse “brevemente” são quatro anos — para formar gente em aerodinâmica supersônica para um dia, se tivermos cem milhões de dólares e conseguirmos vencer as barreiras externas, construímos um túnel transônico em São José dos Campos, porque já é uma necessidade da Embraer, que está utilizando, por favor, um túnel da MC Donald Douglas, hoje, para ensaiar o Embraer 145, futuro avião de transporte a jato, e, conseqüentemente, transferindo para o exterior, no mínimo cinco anos antes de o avião entrar em operação, todo o seu segredo de projeto. Esse o ponto crítico dessa área de túneis.

Desenvolvimento de armamentos para atender às necessidades das forças áreas, desenvolvimento da aeronave de combate que o Dr. José Sousa Santos já falou no seu programa AMX. Foi uma meta tecnológica muito mais importante do que a meta do avião de guerra em si. Na época, brincávamos com os nossos colegas da Força Aérea, que o Ministério da Aeronáutica iria até ter um avião, porque ela investiu só em máquinas na Embraer.

O Dr. José Sousa Santos falou em máquinas operatrizes de controle numérico, a fundo perdido, de cem milhões de dólares, para transformar a Embraer em uma empresa capaz de fazer o AMX e fazer o Brasília. Está investindo na Tequimasa, em São José dos Campos cinquenta milhões de dólares para fazer o Radar do AMX brasileiro, em conjunto com uma empresa italiana. Não existe radar similar para o AMX no mundo, porque o AMX tem um nariz muito pequeno, existe um investimento da ordem de cinquenta milhões de dólares na indústria eletrônica, em geral, para fazer componentes para o AMX. Logo, é um programa tecnológico que até vai dar esse avião para a Força Aérea.

O desenvolvimento do veículo lançador de satélite. Vamos falar a respeito um pouco à frente. O Dr. Marco Antônio

Raupp já colocou muito bem a importância política desse trabalho, totalmente bloqueado, hoje, no exterior.

Atividade de homologação aeronáutica a que me referi, fomento e coordenação das atividades industriais.

O CTA trabalha pragmaticamente para a indústria. Não adianta fazer tecnologia para prateleira. O nosso objetivo é desenvolver tecnologia para criar indústria para que ela faça produtos para nós. Essa a nossa filosofia de trabalho.

Se me permitem, vou passar um pouco para o Programa Espacial que, talvez, seja o objetivo mais importante desta apresentação, mostrando a família dos nossos foguetes Sonda.

Começamos aqui com o sonda II, Sonda III, Sonda IV, que é o veículo atual. É um veículo que, pela sua sofisticação, causou um certo espanto no Hemisfério Norte e tem sido motivo de bloqueio de todos os nossos desenvolvimentos. Dizem que estamos fazendo um míssil para exportar para os inimigos deles. Eles podem fazê-lo, mas nós não.

De qualquer maneira, o que temos aqui como meta é um laboratório para poder atingir o veículo lançador de satélite, que é o grande objetivo. O Dr. Marco Antônio Raupp o colocou muito bem.

Achamos que o Brasil tem que ter direito e acesso ao espaço. Quisemos ter acesso à indústria aeronáutica — e o tivemos, com a ajuda dos brasileiros, isso na década de 70. Estamos lutando para termos acesso ao espaço e queremos ter acesso ao mundo nuclear. São itens de soberania. Se vamos precisar deles ou não, é uma discussão para esta Casa, onde o ambiente é propício para isso. Mas são itens de soberania. Temos que ter direito, obrigação de dizer aos nossos descendentes, aos nossos netos e bisnetos que fizemos algo que lhes permitirão tomarem decisão no futuro. Não será, hoje daqui a cinquenta anos no mínimo. Logo, espaço é objetivo nacional. A respeito disso que pretendemos falar um pouco mais nesta apresentação.

De maneira sintética, qual é a vantagem do espaço? O Dr. Marco Antônio Raupp já abordou. Capacidade de lançar satélites, entre outras vantagens; participar de um mercado mundial, de aproximadamente seis bilhões, além da economia de divisas.

Desenvolvimento tecnológico nos campos de interface. São esses desenvolvimentos que vão suportar o objetivo fim. Credibilidade da Comunidade Internacional.

Acesso ao fechado grupo tecnológico do chamado Primeiro Mundo. Esses são objetivos que consideramos estratégicos.

Conforme colocou o Dr. Marco Antônio Raupp, mesmo que não sejamos capazes, mesmo que não interesse ao Brasil fabricar lançador de grande porte para colocar satélite de telecomunicações em órbita, achamos que temos o direito de participar desse lixo tecnológico e fazer algo. Citaria o modelo da Embraer como um exemplo do que pode ser feito.

Começaremos, modestamente, fazendo um avião pequeno chamado Bandeirantes. Do Bandeirantes evoluímos para o Brasília e trabalhamos no AMX com a Itália, um programa que tive a oportunidade de começar na Itália em 1981.

Com esse conhecimento, a Embraer se capacitou a vencer uma licitação internacional para fornecer componente e material composto para a empresa MC Donald Douglas. No momento, está para assinar um contrato com a BOEING, porque ela não vai fazer o BOEING 747. Mas, por que não fazer um pedaço do BOEING 747 no Brasil como fazem todos os países do mundo?. Esse esquema de contrapartida comercial de *offset* é uma das coisas que defendemos no Programa

Aeronáutico, no Programa Espacial e no Programa Nuclear. Queremos ter a cooperação do mundo, não queremos ser hegemônicos. É impossível trabalhar sozinho. Mas também não queremos ser tratados como países subdesenvolvidos, como Índia. Esse o ponto que achamos que a tecnologia, hoje, é a grande bandeira. É como o Dr. Marco Antônio Raupp falou: "é a Guerra". Ele usou a mesma expressão. A guerra hoje é tencológica.

Quando aparece um nicho de seis bilhões de dólares, tudo que o Brasil faz está errado. Claro, como fazer avião também está errado, entrar na área nuclear está errado. Esse o ponto que gostaríamos de destacar nesta apresentação.

Entre outras preciosidades, temos o centro de lançamento de Alcântara, em fase de instalação.

Observem que isso aqui é um Equador terrestre, onde existem lançamentos pelo mundo. A pobre da URSS tem aqui um Baikonur que fica cinquenta e cinco graus acima do Equador. Temos em Alcântara, no Equador terrestre, cinquenta e cinco mil hectares de terreno, destinados a um centro de lançamento, com todo o Oceano Atlântico na frente, livre, para fazer lançamentos. Isso é uma preciosidade que temos que explorar inteligentemente, talvez, futuramente, permitindo que o mundo que já domina essa tecnologia, utilize essa base, pague-nos muito bem, porque o lançamento em Alcântara proporciona economias da ordem de 20%, no mínimo, em carga paga. Isso significa que o lançamento fica 20% mais barato.

Hoje, em dia, o grupo europeu da Ariane Space localizado na Guiana, ganha praticamente todas as concorrências internacionais. Além de ter um belo veículo lançador de satélite, dispõe de uma base próxima ao Equador. E a nossa é uma localização realmente preciosa.

Então queremos explorar. Essa base permite lançamento de satélites em órbita equatorial. Apenas uma curiosidade técnica, mas importante para visualizarmos o problema.

Temos a possibilidade de lançar em órbita equatorial, porque estamos com o horizonte totalmente livre e em órbita polar, porque não temos nenhuma interferência com regiões habitadas. Portanto, é uma base preciosa em que o Ministério da Aeronáutica vem investindo — vamos falar um pouquinho sobre isso dentro da MC Donald — investindo o que pode para termos em Alcântara o nosso grande centro de lançamento para o Brasil e para o mundo.

O nosso veículo lançador de satélite — apenas para aqueles que falamos tanto em veículo lançador de satélite — tem essa configuração. É um foguete que tem o primeiro estágio. No primeiro estágio são quatro motores, colocados na formação Cluster Carshaw; um segundo estágio muito parecido com o primeiro, apenas diferenciando no tipo de pilotagem; o terceiro estágio é um pouquinho menor, parecido com aquele Sonda IV que mostramos, e o quarto estágio é um foguete de componentes de compósitos, de material composto, onde está, então, o satélite do INPI. Começamos a desenvolver essa configuração de forma modular, como pode ser observado, e temos a participação de centenas de indústrias brasileiras nesse projeto.

Hoje, as dificuldades são muito grandes. Esse foguete, quando for lançado, terá essa sequência: sairá de Alcântara, com a separação do primeiro estágio; depois, o segundo estágio separa-se, após isto, o terceiro e, no quarto estágio, começa a girar o satélite para que possa permanecer girando em órbita, estabilizado, com o último motor, então, para acelerar o satélite em torno da Terra. É esse o esquema.

Temos, hoje em dia, domínio nessa área, mas dependemos de coisas importantes, que mostrarei logo a seguir.

Antes, nessa figura, permita-me dizer um desses aspectos: esse foguete pesa 50 t e tem 20m de altura. Logo após a saída, ele tem que separar o primeiro estágio. Então, existe um sistema de pirotecnia, que demonstrarei, para separar esses estágios, e, essa atividade, ao longo da trajetória funciona para separar esses diversos estágios, terminando com o giro do satélite em órbita. Esses componentes, que precisamos para a fase mais delicada do lançamento, são os que hoje nos bloqueiam. E, o que tem acontecido ao longo de todo esse desenvolvimento, Sr. Senador? Como não podemos comprá-los, somos obrigados a desenvolvê-los. Assim, estamos fazendo, praticamente, tudo no Brasil. Isso exige mais tempo, mais dinheiro e mais pessoal, e temos menos gente e menos dinheiro, razão pela qual se tem atrasado tanto o programa espacial. Se pudéssemos comprar os componentes lá fora, seria bem mais simples, como faz a Embraer quando projeta seus aviões. Defendemos muito o domínio do sistema, do projeto, mas não o domínio de todos os componentes, porque o projeto se torna muito caro. A Embraer, por exemplo, quando projetou o "Brasília", configurou o melhor avião que ela queria para aquela missão, e disse à Pratt & Whitney, no Canadá: quero um motor com tais características. E a Pratt & Whitney desenvolveu o motor para ela. Disse, também, à "Remington Stander", nos Estados Unidos: quero uma hélice, com fibra carbono, com tais características, e essa indústria assim o fez. Não podemos dizer isso a ninguém. Precisamos fazer tudo, porque tudo é bloqueado, tudo é militar, tudo é estratégico, tudo é bomba atômica, é míssil. Inventam todas as mentiras possíveis e imaginárias para que não possamos entrar naquele nicho de US\$ 6 bilhões, que é bastante atraente.

Apenas como uma curiosidade técnica, já temos instalações na cidade de Alcântara e em Natal, com radares alcançando 4.000km. Teremos de colocar uma estação, que chamamos de "ajuzante", provavelmente em Cabo Verde — ordem de grandeza naquela região —, para que possamos controlar a saída de órbita, a segunda fase e, finalmente, a colocação do satélite em torno da Terra. Atualmente, o Centro de Lançamento "Barreira do Inferno", em Natal, já utiliza esse radar para fazer o controle dos foguetes da Reane Space, da Guiana. A Reane Space controla essa primeira fase, na Guiana; a segunda fase é controlada por nós — temos um trabalho constante com esse grupo europeu —, e transferimos, então, as informações para o radar que eles têm na África. Isso é apenas uma curiosidade técnica desse trabalho que vem sendo feito.

Como já me referi anteriormente, tecnologias a dominar: sistemas de pirotécnicos para os lançadores de satélites, bloqueado; sensores e plataformas iniciais, bloqueados; materiais de alta temperatura, terço de carbono-cílica, bloco de carbono-carbono, bloqueados; sistema de controle de rolamento e propelente líquido, bloqueados; componentes eletrônicos para uso em lançadores, bloqueados. E, quando digo "bloqueados", é porque está escrito num documento do Departamento de Comércio Exterior dos Estados Unidos: o Brasil não pode ter nada disso. Está escrito e assinado embaixo: o Brasil não pode ter, nosso País não merece confiança para ter esses componentes. Desta forma, vamos fazê-los, se Deus quiser, com a ajuda dos senhores.

As dificuldades que temos tido: impossibilidade de nos valermos do mercado internacional, devido ao Missile Techno-

logy Control Regime, bloqueado; limitações orçamentárias e escassez de recursos humanos especializados.

Gostaríamos de poder contar um dia com o apoio dos Srs. Congressistas, para que pudéssemos, como falou o Dr. Antônio Raupp, ter um desenvolvimento continuado, sem oscilações, que desse confiança ao pesquisador e ao empresário que está trabalhando, assim vencendo esse bloqueio internacional, que é um bloqueio tanto estratégico, quanto político, aliás essencialmente político.

Em Alcântara, estamos com esse investimento até 28 de abril de 1991 — é o nosso programa para este ano. Os créditos recebidos e concedidos causam uma defasagem da ordem de 50%. Isso tem retardado por demais a complementação de Alcântara, com aquele custo previsto de 259 milhões de dólares. Isso apenas para o Centro de Lançamento de Alcântara. Como foi dito pelo Dr. Antônio Raupp, o total de investimentos seria da ordem de 150 milhões de dólares, por ano. Fizemos um pedido — deixarei subsídios escritos sobre isso — para este ano em torno de 100 milhões de dólares para sairmos desse atraso e recebemos 10 milhões de dólares. Então, nossos orçamentos têm sido da ordem de 10% do proposto. O que nos tem dificultado muito.

Comparativamente com os países que já dominam a tecnologia espacial, a China, em 1985, investiu 520 milhões de dólares; a França, 528; a Europa como um todo, 1 bilhão e 245 milhões; Estados Unidos, 20 bilhões, e a União Soviética 25 bilhões de dólares. Eis as razões pelas quais esses países dominam o campo espacial e de estarmos nós a reboque. Essa é a imagem do que estamos pleiteando. Falamos em 150 milhões de dólares por ano; praticamente 1/5 do que o país mais pobre investiu, que é a China. Isso, para um programa continuado.

Agora, se me permitem, tocarei num assunto bastante delicado, aproveitando o momento. O Dr. Antônio Raupp já falou, sobre esse assunto: o problema salarial que, no momento, está sendo discutido.

Temos, aqui, uma relação de tabelas especiais, já aprovadas pelo Governo: Magistério, Ibama, Auditoria do Tesouro Nacional, Polícia Federal, Analista de Finanças e Controle, Procurador da Fazenda, Gestão Governamental, Divisão da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Todas essas tabelas aprovadas, publicadas no **Diário Oficial** da União, e com os servidores já recebendo.

Atualmente, estamos lutando para ter a correção da Tabela de Especialistas que abrange os cientistas e engenheiros da área de ciência e tecnologia. Comparativamente, com o CNPq, temos um piso de 182 mil cruzeiros para um teto de 682; contra, hoje, um piso de 115 mil e um teto de 404. Estamos lutando, porque, se a Medida Provisória nº 296 for aprovada, passaremos para 151 mil de piso e 485 de teto; observam os Senhores que ainda bem abaixo da tabela do CNPq. Por esta razão, estamos oferecendo algumas sugestões — já falei com o Dr. Antônio Raupp e V. Ex^{as} proporíamos uma análise da viabilidade de aprovação dessa tabela de especialistas, porque gostaríamos de ressaltar que não se trata de aumento salarial para os servidores de Ciência e Tecnologia, trata-se apenas de uma equiparação às tabelas que já foram aprovadas anteriormente; já faz dois anos que lutamos por isso.

O INPE e o CTE que funcionam em um ambiente tecnológico sofisticado, no Vale do Paraíba, estão numa defasagem terrível. Temos perdido uma quantidade enorme de servidores, o que já ultrapassou, em muito, o limite tolerável. Por

sorte nossa e azar dos servidores, a indústria brasileira está em recessão e não tem tido a demanda natural, mas no momento em que ela voltar a sua atividade normal, e isso já está começando, esperamos que seja rápido, perderemos todos. O que acabaria completamente com esse número mínimo de pessoal, que já é muito abaixo da massa crítica necessária.

Então, Sr. Presidente, gostaria de terminar a apresentação, enfatizando a nossa firme determinação de guindar o Brasil ao ambicioso patamar das nações desenvolvidas. E nós achamos, como já foi colocado pelo Dr. Ralph e pelo Dr. Souza, que o programa espacial é uma meta ambiciosa compatível com nossas possibilidades, com nossos conhecimentos técnicos e com a nova infra-estrutura industrial do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Nós agradecemos a exposição do Major-Brigadeiro Sérgio Ferola.

Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Antônio Prado Tude, que é Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, na área de ciência e tecnologia.

O SR. EDUARDO ANTÔNIO PRADO TUDE — Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. componentes da CPI. Meu nome é Eduardo Antônio Prado Tude, sou engenheiro, trabalho há 12 anos no Instituto de Pesquisas Espaciais; sou chefe do Grupo Técnico de Engenharia do Projeto Sino-Brasileiro, e fui convidado pela CPI a apresnetar a posição a partir do que pensam os técnicos, tanto do INPE quanto os do CTA, quanto da Embraer, uma vez que eu faço parte do Sindicato dos Servidores Públicos Federais na área de Ciência e Tecnologia, que engloba os servidores do INPE e do CTA. A exposição que vou fazer representa, também, a posição do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo, e representa os técnicos que trabalham na Embraer.

É importante lembrar que a Embraer é uma empresa, como poucas no País, que desenvolve tecnologia. Então, cerca de 10% do corpo de funcionários da Embraer é composto de engenheiros, o que é uma massa considerável, comparada com outras empresas que não desenvolvem tecnologia no País.

Eu gostaria de fazer uma exposição talvez um pouco diferente das anteriores, uma vez que o panorama sobre o setor e a importância do investimento no setor aeroespacial já foi levantado pelos outros expositores. Eu gostaria, então, de me prender a algumas questões e ao quadro que representa basicamente os que vivem, hoje, os técnicos do setor que estão sendo afetados pela crise que se instalou, mais particularmente em São José dos Campos, na Embraer, no INPE e na CTA, mas que engloba uma série de empresas privadas do setor e que trabalham, seja como fornecedora da Embraer, seja do INPE, seja do CTA.

Eu gostaria de trazer, também, como contribuição à CPI que se proponha analisar as causas do atraso tecnológico no País, aquela que, no nosso setor é, talvez, a maior causa no atraso tecnológico que ocorre. É a falta de políticas setoriais articuladas que garantam a continuidade dos programas, ou seja, nós temos feito esforços, durante um determinado período e, depois de um certo tempo, esses esforços, esses investimentos secam, e todo o investimento que foi feito é perdido. O que vemos hoje, na Embraer, no INPE e no CTA, é basicamente uma crise devida a descontinuidade de programa. Na Embraer, a descontinuidade de programas, como o AMX, o CDA-123 ou o AMB-145, é o que, no fundo, representa

o maior problema da Embraer. É o maior sintoma desta crise. Da mesma forma, no INPE e no CTA a descontinuidade de programas como a MEC-B e o do satélite sino-brasileiro, "Projeto SIBERS" — é que geram a crise que hoje, o setor atravessa. Quer dizer, que representa essa crise.

É importante lembrar que eu falo em políticas setoriais articuladas que garantam a continuidade dos programas. O que se entende por isso? Entende-se que durante esse tempo houve políticas, só que elas não foram articuladas com a sociedade. Ou seja, elas não passaram por uma discussão no Congresso, na sociedade civil e mesmo entre os técnicos do setor. Essa é uma das causas da não-continuidade dessas políticas, uma vez que não foi criada uma base política articulada que sustentasse esses programas. Em função disso é que achamos fundamental que o Congresso discuta esses programas, que esses programas sejam aprovados, antes que sejam iniciadas as suas execuções, para que não tenhamos, durante seu andamento, problemas como temos hoje.

Eu gostaria de fazer aqui uma pequena analogia para V. Ex^{as} perceberem melhor o que se passa no setor aeroespacial. Imaginem algum dos presentes sendo um empresário com dinheiro sobrando que resolve montar uma fábrica de calçados. Mas uma fábrica de calçados sofisticada, usando a tecnologia de ponta que existe no mundo. O que iria fazer? Iria procurar no exterior máquinas modernas, sofisticadas, e a procurar mão-de-obra, treinar, investir dinheiro, tanto em equipamento quanto em treinamento de pessoal, para montar essa empresa. Imaginem que quando essa empresa estivesse pronta para funcionar o empresário dissesse: eu estou com problemas de caixa e não tenho dinheiro para comprar o couro, a matéria-prima para fazer os calçados. Vocês aguardem um pouco. A fábrica seria mantida aberta, o pessoal contratado e treinado ficaria esperando até que fosse arranjado dinheiro para começar as atividades. Depois de dois meses, o salário do pessoal que trabalha ali, já que eles não estariam produzindo nada, acabaria sendo corroído, esse pessoal veria que naquela empresa não teria muito futuro, sem produção, sem matéria-prima a empresa não pode entrar em funcionamento, e o que ocorreria? Acabaria, pouco a pouco, deixando a empresa. Passados um ou dois anos, quando se resolvesse iniciar a produção, o que aconteceria? Teríamos, talvez, as máquinas lá, mas não teríamos a mão-de-obra que foi treinada no exterior, especializada que pudesse colocar a fábrica em funcionamento. Para produzir já seriam necessários recursos muito maiores do que os recursos iniciais. Isso talvez deixasse o empresário desgostoso, ele deixaria de tocar a empresa e, daqui a quatro ou cinco anos, todo aquele investimento viraria sucata. Máquinas que, quando foram compradas eram de último tipo, equipamentos, instalações e, em pouco tempo não seriam mais do que puro ferro velho. Ficariam obsoletas, não haveria funcionários que as soubessem operar e os poucos empregados que ficaram na empresa teriam virado sucata, também. Eles não teriam onde empregar os seus conhecimentos.

É mais ou menos isso o que ocorre hoje, no setor aeroespacial. É isso o que sentem os funcionários que trabalham na Embraer, INPE e CTA e é isso o que gera a evasão de pessoal. Quer dizer, há um problema salarial, que, se fosse momentâneo, seria suportado pelo pessoal. Mas a falta de perspectiva para o setor, a descontinuidade do programa geram uma insegurança que tem levado à grande evasão de pessoal do setor, conforme eu vou expor a seguir, na medida

em que tor analisar situações particulares da Embraer, do INPE e do CTA. E o que implica isso? Isso tem um custo para o empregado, que perde seu emprego, perde seu vencimento. Mas tem um custo maior para a nação que investiu em setores que considera como de ponta, importantes para o País, como é o caso da indústria aeronáutica, do setor aeroespacial, e esse investimento, essa tecnologia adquirida está sendo perdida. Temos exemplos, como os Estados Unidos, que há alguns anos atrás, descontinuaram o programa do Saturno-5, que lançou as naves Apollo, que levaram o homem à lua. Nos últimos anos, com os problemas encontrados nos ônibus espaciais, os Estados Unidos resolveram reativar o Saturno-5, para o lançamento de satélites. O que eles descobriram? Que saía três vezes mais caro reativar o Saturno-5 do que construir um foguete novo. Ou seja, o investimento feito no Saturno-5 há 10 ou 15 anos atrás foi jogado fora. Eles têm lá toda a documentação, só que tudo que foi feito, hoje, é indecifrável. É mais fácil construir um novo do que reativar esse programa.

Então, é preciso ter essa perspectiva. A tecnologia precisa ser continuamente exercitada, senão ela se perde.

A partir dessas primeiras considerações, eu gostaria de passar à análise de cada uma das empresas, lembrando sempre que nós vamos falar aqui da Embraer, do INPE e do CTA, mas existe uma série de empresas que trabalham no setor. A gente fala em Embrarer e pensa que a indústria aeronáutica só é a Embraer e há muito mais empresas que a gente não está comentando aqui.

Em primeiro lugar, eu gostaria de colocar o seguinte: a Embraer, talvez até por suas grandes conquistas tecnológicas, levou a antiga direção da empresa a difundir uma visão ufanista da empresa. Essa visão, no nosso modo de ver, levou a uma expansão exagerada da empresa e escondeu, não só do grande público, como dos próprios trabalhadores, a crise que já havia sendo gestada na empresa há pelo menos dois anos.

No ano passado, já se sabia da crise financeira da Embraer e ainda se ouviam comentários de que a Embraer pretendia alugar ou comprar as instalações da Avibrás, que fica ao lado da Embraer, para expandir a empresa. Quer dizer, toda essa visão ufanista da empresa escondia os reais problemas que, no final, tiveram que vir à luz, com as 4 mil demissões ocorridas na Embraer e a exposição de toda a situação e a política financeira da empresa. Isso chegou a chocar os próprios trabalhadores que, no primeiro momento, não acreditaram nessa crise. Falava-se tanto que a empresa ia bem, que a empresa tinha mercados, que a empresa tinha planos de expansão e, de repente, tudo mudou. Isso gerou uma situação de instabilidade e de falta de perspectiva dos trabalhadores da Embraer, que tem levado à evasão que ocorre, hoje. Essa evasão, é importante lembrar, ocorre não só em relação a empresas nacionais, mas, principalmente, em relação a setores no exterior.

A Embraer, temos o caso da JAN, uma empresa japonesa, que, ao saber da crise da Embraer, veio para cá e levou cerca de 15 técnicos, com mais de 10 anos de experiência, para trabalhar no Japão, levando com isso tecnologia nossa que a Embraer levou anos para formar.

Por que ocorre isso? Muitos profissionais sentem-se como se, ao terem entrado nesse setor, eles tivessem caído quase que em uma armadilha. Por quê? Porque eles entram e se dedicam às vezes por mais de 10 anos e se tornam profissionais altamente qualificados, mas num setor muito especializado,

que não tem mercado no País, fora da Embraer, INPE e CTA. E, numa crise como esta, em que os salários estão baixos e não há perspectiva de continuidade de programas, qual é a alternativa que resta a esses profissionais? Ir para o exterior.

Então, quando se fala em profissionais indo para o exterior, em grande parte isso ocorre porque eles não têm alternativa de mercado no País. Assim, apesar de todos os recursos investidos neles, eles são obrigados a procurar emprego fora. Então, é lamentável que, num País com uma grande carência de recursos humanos, em que uma das coisas fundamentais é investir em educação, quando se investe e se formam profissionais do mais alto gabarito, esses profissionais são obrigados a ir trabalhar no exterior por falta de mercado no País.

A nomeação do Sr. João Cunha, em dezembro, deu-se a partir de uma negociação do Ministério da Aeronáutica com o Ministério da Economia, em que o Ministério da Aeronáutica abriu mão da sua prerrogativa de indicar o superintendente da Embraer em troca da garantia de recursos para salvá-la.

O que os técnicos da Embraer sentem, hoje; é que isso não foi até agora cumprido. A vinda do Sr. João Cunha não resolveu em nada os problemas da empresa; pelo contrário, a situação de insegurança tem aumentado, os projetos estão paralisados. Uma prova disso é que a própria Embraer suspendeu os trabalhos às sextas-feiras. A empresa só está trabalhando de segunda a quinta; os reajustes salariais que foram dados pelo TRT não estão sendo pagos; está ocorrendo um processo de reestruturação extremamente fechado, do qual, nem a nível de gerência, se tem uma idéia completa do quadro.

Todos esses fatores têm gerado uma insegurança muito grande na Embraer e têm levado a empresa a perder tempo no mercado internacional. A empresa investiu e tem investido em desenvolvimento como o CDA-123 e o NB-145 e essa paralisação poder levar a um atraso nesses programas que os tornem inviáveis se colocados no mercado internacional.

Em linhas gerais, é esse o quadro de crise que se vê na Embraer, hoje.

NO INPE, a descontinuidade dos programas ocorre basicamente na Missão Espacial Completa Brasileira e no Programa Sino-Brasileiro, embora isso possa ser sentido em outros programas de menor porte na área de sensoramento remoto e meteorologia.

A Missão Espacial Completa Brasileira, conforme já foi relatado pelo Dr. Antônio Raupp e pelo Brigadeiro Xavier Ferola, prevê que o INPE desenvolva quatro satélites. O primeiro encontrava-se em fase final para integração no início de 89. Mas, de lá para cá, o ritmo de produção dos satélites da NKB foi desacelerado. Esse fato foi inclusive denunciado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Ciências e Tecnologias ao Secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, no início do ano passado, mas, nenhuma medida, até o momento, foi tomada. Os satélites continuam sendo construídos, mas a um ritmo extremamente lento, o que tem provocado a desmotivação das equipes.

O satélite sino-brasileiro representava para as equipes do INPE a oportunidade de dar um passo além da tecnologia dos satélites. Na NKB desenvolveu-se satélites de pequeno porte, em torno de cem quilos, que tiveram uma utilidade muito grande no sentido de adquirir-se tecnologia na área espacial.

Os satélites sino-brasileiros são satélites de uma tonelada e meia, que possibilitam realmente um desenvolvimento de satélites operacionais de grande porte.

As equipes que entraram nesse programa tiveram uma experiência muito rica no trabalho com os chineses. Os chineses lançaram até hoje mais 20 satélites. No entanto, nesse acordo que prevê que 70% dos satélites sejam feitos pela China e 30% pelo Brasil, implica em 30% de subsistemas ou das partes dos satélites serem feitas no Brasil. O Brasil ficou responsável por desenvolver estruturas, os computadores de bordo, o sistema de suprimento de energia. Uma série de outros subsistemas do satélite. Sentimos, primeiro, que podemos sentar em pé de igualdade com os chineses e tocar o programa. Ou seja, o aprendizado da NKB nos garantiu um nível de tratamento de igual para igual, com parceiros que já tem uma experiência muito maior do que a nossa e que já lançaram cerca de 20 satélites.

Segundo, podemos descobrir que, em alguns setores, estamos inclusive mais desenvolvido do que eles: um setor claro foi o da Informática, tanto que o desenvolvimento dos computadores de bordo, inclusive o computador do sistema de controle de órbitas e altitudes dos satélites, que é um dos sistemas de tecnologia mais sensível na área dos satélites, foi colocado para desenvolvimento do INPE do Brasil, uma vez que o INPE contrataria isso à indústria nacional, a partir da constatação de que estaríamos em melhores condições para desenvolver esses computadores do que os próprios chineses.

Esse projeto foi iniciado em 88 e, em outubro de 89, chegou-se à fase final das especificações. De lá para cá, quando se deveria iniciar a contratação das empresas para o desenvolvimento dos subsistemas brasileiros, devido basicamente à falta de recursos, essa contratação não foi feita, e o programa está, em termos práticos, paralisado desde o final de 89 até hoje.

Isso tem gerado um sério desconforto do Brasil em relação aos chineses, que estão tocando o seu programa mas que dependem da gente, porque fazemos um pedaço dos satélites e eles, outro. Na hora de juntar tudo, não adianta a parte deles estar pronta se a nossa não estiver. Então, isso tem gerado todo um desconforto internacional e tem deixado as equipes desmotivadas.

Apenas para dar uma idéia do estado de ânimo das equipes relaterei a V. Ex^a o que ocorreu com um dos engenheiros do INPE, que lá trabalha há mais de 15 anos. Seu filho, de 9 anos, perguntou a ele: Papai, o que você faz? "Ele disse:" Faço satélites, meu filho: "E quantos satélites você já fez?" Quer dizer, até hoje, depois de trabalhar por mais de 15 anos no INPE, ele não conseguiu fazer nenhum. Realmente, não é uma perspectiva desejável: dedicar sua vida a uma área de trabalho, que é a da produção de satélites, e ter que, depois de 15 anos, dizer que não fez nenhum.

É preciso ter claro que esse é um dos fatores principais que leva a essa evasão, à descontinuidade dos programas e que se soma à defasagem salarial.

Não vou falar, porque acho que o Brigadeiro Ferola já colocou bem a questão da defasagem salarial. Queria só lembrar o seguinte: a tabela salarial do INPE e do CTA, a partir de 86, é a mesma. Então, quando a gente fala de baixos salários do CTA, também se está falando do INPE. Existe uma isonomia de tabelas, embora seja uma isonomia entre os órgãos que ganham menos.

Essa curva, apenas a título de ilustração, coloca a evolução do poder aquisitivo de um engenheiro do INPE, embutidas

as promoções que teve durante esse período, de '86 até hoje. Então, se no início de '86 ele ganhava cem, hoje ele está ganhando trinta, em valores deflacionados pelo IGP. Apenas para dar uma idéia do que significa a crise salarial nesses institutos, hoje.

Finalmente, em relação ao INPE, gostaria de tocar num outro ponto. A exemplo do que ocorreu na Embraer, que, apesar de toda a crise, até o último momento tentava passar para a sociedade uma visão ufanista da empresa, no INPE, hoje, infelizmente encontramos o mesmo quadro. A direção do INPE não tem trazido a público os problemas que estão ocorrendo lá, em termos não só de paralisação de projetos, como de evasão de funcionários. Mesmo numa situação de crise como essa, em que se sabe que está difícil para o pessoal encontrar trabalho fora, o INPE tem perdido, nos últimos meses, em torno de 10 pessoas por mês, entre pessoas que saem e pessoas que se licenciam. Num quadro efetivo de 1300, 1400 funcionários, dá pra ver que, se continuar nesse ritmo — que deve crescer à medida que se saia da recessão, no final do Governo Collor teremos perdido totalmente toda a capacidade tecnológica adquirida pelo Instituto.

Existe também uma preocupação excessiva com gastos em demonstração. Este ano, o INPE faz 30 anos, e está havendo grande atividade na comemoração do aniversário do Instituto, com a construção de um centro de visitação e sua decoração, que será feita pelo carnavalesco Fernando Pamplona, serão consumidos recursos de mais de 500 milhões de cruzeiros. Isso tem gerado uma indignação muito grande entre os servidores, uma vez que a situação é tal que não existe dinheiro nem para colocar carta no correio; a correspondência técnica às vezes fica semanas paralisada, até vir recurso para que seja enviada.

Existe, no nosso modo de ver, uma distorção muito grande, investe-se em gastos decorativos, para mostrar uma imagem cor de rosa, quando vivemos, sérios problemas no Instituto. Nosso medo é que, daqui a um ano, quando a crise realmente estourar, já tenha ocorrido uma evasão de pessoal e fiquemos lá com instalações muito boas, como o laboratório de integração e testes, que custou cerca de 35 milhões de dólares — os chineses, com todo o seu programa espacial, não têm um laboratório com a sofisticação do nosso, em compensação têm pessoas para desenvolver satélites — transformado em um elefante branco.

Com relação ao CTA, entendemos que do ponto de vista de pessoal a situação é mais séria. Se hoje o INPE ainda detém, em grande parte, a sua capacidade tecnológica o CTA já está abaixo da massa crítica. Pela análise feita e discutida com os técnicos do CTA, a causa maior de problemas no desenvolvimento do VLS tem ocorrido devido a rotatividade de pessoal, causada tanto pelos problemas salariais quanto pelos problemas de gerenciamento do programa.

Apenas a título de ilustração, o grupo de estruturas que trabalha dentro do VLS não conseguiu ficar mais de seis meses com a mesma configuração, de 1985 para cá, a rotatividade foi tão grande que eles não conseguiram ficar mais de seis meses com os mesmos componentes. O grupo de ensaios chegou a perder onze pessoas em um ano e o grupo de propulsão, que é básico para o desenvolvimento de lançadores, hoje está praticamente desativado, quer dizer, a evasão é tão grande que o grupo perdeu a capacidade de refazer ou analisar os projetos anteriores.

O desenvolvimento do VLS enfrenta, basicamente então, problemas de pessoal, problemas técnicos que certamente não podem ser resolvidos com a atual falta de recursos, como colocou o Brigadeiro Xavier Ferola.

Gostaria de tocar aqui em outro ponto: a questão da contratação de um lançador estrangeiro para o primeiro satélite da NKB, que vem sendo discutida e que foi objeto, inclusive, de reportagem pela imprensa.

A posição dos técnicos do setor, tanto do CTA quanto do INPE, é a de que se está, mais uma vez, perdendo a oportunidade de se utilizar essa contratação para abrir acesso a tecnologias tão difíceis de conseguir no exterior, como ressaltou o Brigadeiro Xavier Ferola.

Esse processo tem sido conduzido de uma maneira muito fechada, sem a participação de técnicos do setor. Sabemos que para comprar qualquer produto de alta tecnologia é preciso saber fazê-lo; é preciso saber fazer uma boa especificação, não só para tirar o maior proveito da compra, como para comprar exatamente o que se quer e, até onde vai o nosso conhecimento, isso não tem sido feito nesse processo. É mais uma oportunidade, é um tema que está em debate e que seria importante ser analisado, porque ainda é tempo de corrigir e tirar maior vantagem para o País nesse processo.

Gostaria, agora, de apresentar algumas propostas à CPI, que poderiam ser encaminhadas a partir dos debates de hoje.

Primeiro, gostaríamos que a CPI visitasse as instalações da Embraer, do INPE, do CTA e da base de Alcântara, para ter uma real noção da dimensão do setor, para conhecer a tecnologia que foi desenvolvida lá, o investimento que foi feito em instalações nessas instituições, e ter uma idéia da perda que significa a paralisação dos programas.

Segundo: gostaríamos que a CPI discutisse para que se chegue a propostas e mecanismos que possibilitem uma melhor análise dos programas quando da sua aprovação, permitindo a participação da sociedade civil e de técnicos do setor no acompanhamento e controle desses programas, garantindo a sua continuidade e verificando a sua implementação. Quer dizer, gostaríamos que esses programas fossem analisados não só pelo Congresso Nacional, mas também por fóruns, com a participação de técnicos do setor e da sociedade civil, que esses programas fossem acompanhados para se verificar se realmente estão atendendo ao que foi proposto, se, realmente, os recursos que estão sendo destinados a esses programas estão sendo aplicados neles e de modo a identificar a sua implementação e a garantir a sua continuidade.

Gostaríamos, também, que o setor aeroespacial tivesse um acompanhamento do Congresso Nacional, através da Comissão de Ciência e Tecnologia, que fosse isso uma atividade rotineira daquela Comissão.

Queremos propor algumas ações mais imediatas, capazes de garantir a continuidade do programa SIDER, o programa do satélite sino-brasileiro, por todas as razões que foram apresentadas e, uma recomendação para que seja liberado, imediatamente, o socorro financeiro prometido pelo Ministério da Economia, Fazendo e Planejamento à Embraer. É importante ressaltar que quando falamos em investimentos na Embraer, um socorro financeiro, não é porque a Embraer jogou dinheiro fora e agora está precisando de dinheiro. É preciso entender que setores como o da Aeronáutica são apoiados por investimentos governamentais em todo o mundo. Não existe indústria aeronáutica sem investimento governamental, seja na forma direta, seja na forma de créditos e financiamentos, e seja a indústria aeroespacial privada ou estatal. Na França, há

a Aeroespacia, que é estatal, e tem recursos do governo, nos Estados Unidos, há a Mac Donald Douglas e uma série de empresas que são privadas e têm recursos do Governo. Então, esse é um setor em que o Governo deve investir, porque é estratégico, porque gera tecnologia.

O Governo fala, hoje, num programa de competitividade industrial, em programas que melhorem a qualidade dos produtos. A indústria que se caracteriza por melhor qualidade, a indústria da qualidade, é a aeroespacial, que é a indústria que voa. Temos que garantir que o que voa funcione; não pode dar pane lá em cima, seja avião, seja satélite. Quem exigiu qualidade nas indústrias em todos os países foi o Centro Aeroespacial, e esse é, sem dúvida, um fator importante para se investir no setor.

Por tudo isso, se propõe que se eliminem as restrições existentes aos órgãos de financiamento governamentais, seja Finep, seja BNDES, às empresas como a Embraer, que se apóie a reivindicação dos servidores do INPE e do CTA, no sentido da isonomia salarial com o CNPq, e a definição de uma política salarial para o setor com negociação coletiva.

Finalmente, aqui, mais dois pontos que considero importantes:

1 — que sejam estabelecidas diretrizes orçamentárias para que os compromissos assumidos em acordos internacionais constem da proposta orçamentária da União enviada ao Congresso Nacional.

Se o Programa do Satélite Sino-Brasileiro não tem recursos, hoje, não é por culpa do Congresso Nacional, mas do Governo, que não incluiu, na sua proposta ao Congresso Nacional, proposição para essa dotação. Os recursos necessários, dentro do cronograma acordado com os chineses, implicavam, após vários atrasos nos anos anteriores, um aporte em torno de vinte milhões de dólares este ano. E o Governo enviou ao Congresso um pedido de dotação em torno de dois milhões de dólares.

Cabe, então, perguntar o que pretende o Governo? Se ele não tem interesse em tocar o programa, que se o paralise, que se rompa o acordo. Mas não se fazer isso e não se dar os recursos necessários, só cria uma situação internacional ruim para o País e leva ao total desperdício, seja em recursos humanos seja em esforços.

Finalmente, uma outra proposta é que sejam revistos os mecanismos de controle do orçamento aprovado para os programas, pelo Congresso Nacional, de modo a garantir que esses recursos sejam efetivamente gastos no programa.

O que significa isso? Um recurso aprovado pelo Congresso Nacional sob a rubrica Satélite Sino-Brasileiro, chega ao INPE e é usado, pela instituição, não só para o satélite sino-brasileiro, mas também para atender a outras necessidades daquele órgão.

Não existe, hoje, um controle efetivo sobre os recursos que foram aprovados para um determinado fim, para fiscalizar se eles estão sendo realmente empregados naquilo a que foram destinados, ainda mais quando atingimos uma situação como essa, em que o programa está em uma posição híbrida, em que não se sabe se ele vai para frente ou não. Muitas vezes, isso leva o Instituto a aplicar esses recursos em outros programas, descaracterizando a proposta inicial aprovada pelo Congresso Nacional.

Em linhas gerais, era esse o quadro que eu tinha a apresentar, ressaltando apenas que, mais uma vez, no meu ponto de vista, o atraso tecnológico brasileiro — e se fôssemos buscar

exemplos em uma série de iniciativas que o País já teve confirmármos isso — vem, em grande parte, da não continuidade dos programas. Os investimentos são feitos, os programas são paralisados pela metade, o que leva não só ao atraso tecnológico, mas a um grande desperdício de recursos.

Era isso o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Agradecemos a exposição feita pelo Dr. Eduardo Antônio Prado Tude. Vamos passar à fase de debates.

Queria sugerir um critério para tornar a mais objetiva possível essa segunda fase de discussões: adotar o mesmo método da audiência de Ministro de Estado.

Vou pedir a cada um dos inscritos que formule as suas perguntas a qualquer dos expositores que queiram; estes, por sua vez, as anotem. Todos os inscritos farão perguntas. Depois, cada um dos expositores responderá sobre o tema que lhe foi sugerido. Ao final, se for o caso, haverá uma segunda etapa, em que cada um dos perguntadores poderá fazer a réplica e, eventualmente, a tréplica. Essa é a metodologia adotada para a audiência de Ministro de Estado, portanto, é bastante liberal em relação ao tempo. Creio que, isso feito, finalmente a Relatora fará as suas perguntas.

Concedo a palavra ao Deputado Ariosto Holanda. Peço que cada um limite as suas perguntas a cinco minutos.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Sr. Presidente, Srs. expositores, Srs. Senadores, Srs. Deputados, para mim está muito claro que, naquilo que o País resolveu investir em determinado momento, em determinada situação, os resultados foram excelentes. Isso vem demonstrar que o brasileiro tem competência para desenvolver a ciência e a tecnologia.

Considero exemplos, inclusive, marcantes, o ITA, o CTA, a Embraer, o CPQD, a Telebrás, a informática, que hoje está tão combatida, os centros da Petrobrás, o ciclo nuclear que está sendo desenvolvido pela Marinha e os institutos de tecnologia industrial.

Pois bem, meus senhores, percebemos que, em determinado momento, quando o País resolveu investir — e isso foi mais ou menos na década de 70 — o brasileiro deu a resposta.

Esta Comissão procura investigar o atraso tecnológico, o retrocesso tecnológico no País. Todos os expositores foram muito explícitos quando apontaram a descontinuidade dos programas e projetos, como responsável por prejuízos incalculáveis. Para mim, isso é indiscutível, está muito claro.

Neste momento, estou interessado em descobrir as causas dessas descontinuidades. Entendo ser muito importante que cada expositor pudesse responder essa pergunta: o que V. S^{as} acham que tem levado à descontinuidade? E aqui faço algumas provocações: seria um problema de incompetência do Governo, ou de falta de compromisso do Governo com o setor da Ciência e Tecnologia? Ou se trata de uma estratégia até das multinacionais?

As colocações do Brigadeiro Ferola me preocuparam, principalmente quando ele afirma que, em determinados momentos, não se pode avançar, porque é proibido. Então, trata-se também de uma estratégia de multinacionais para o nosso País?

Ou é porque é muito difícil legislar sobre o que não se conhece? E aí entra o Congresso Nacional, a própria Comissão de Ciência e Tecnologia, que, para surpresa minha, nas legislaturas passadas preocupou-se mais com as concessões de rádio e televisão.

Onde é que está o problema? Será que resulta, como uma vez um professor me falou, quando procurávamos essas razões, de ser muito difícil legislar sobre o que não se conhece? Será que não é hora de se conhecer o que o Brasil faz? Esse convite para conhecermos o CTA, a Embraer, o CPQD foi muito oportuno. Será que não é hora de pensarmos em uma lei complementar da Constituição que venha a garantir recursos orçamentários bem definidos para a área de ciência e tecnologia?

Ontem, tivemos dois depoimentos muito importantes: o do Almirante-de-Esquadra Mário César Flores e o do Dr. Mário Bernardini, que apontou o plano de competitividade industrial como uma ameaça à empresa nacional, já que a sua estratégia se resume na abertura às importações indiscriminadas.

Quanto a essas indagações, gostaria do depoimento de V. S^a, de saber o que pensam, e pediria que fossem muito claros nas suas colocações.

Faço uma pergunta mais direta: o INPE e o CTA estão enquadrados no Regime Jurídico Único? Isso não é uma camisa-de-força? Porque, ontem, o Almirante Mário César Flores colocou de uma maneira muito clara, que está em uma camisa-de-força, sem poder contratar pessoal, sem poder contratar serviços.

Tem havido evasão de cérebros das instituições? Como essas instituições têm evitado a perda da sua memória? Preocupo-me muito quando a Embraer perde quatro mil funcionários, quando há uma grande rotatividade no ITA, no CTA. Lembro-me que o INPE teve oportunidade de treinar pessoas nos Estados Unidos e, de repente, essas pessoas foram atraídas pelo mercado e deixaram a instituição. Como é que se tem protegido as instituições quanto à perda de memória?

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Sr. Deputado Ariosto Holanda, peço desculpas para intervir, mas peço que V. Ex^a ultime as suas perguntas.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — Aqui vai uma pergunta direta à Embraer, porque tenho em posse documento de uma construtora americana de Boston, que contempla a Embraer como uma das empresas que seriam privatizadas entre a Petrobrás, a Telebrás e a Infraero. Para mim é uma coincidência muito grande o fato de que esse documento foi contratado em abril de 90, no mesmo momento em que começou a haver um processo de desarticulação da Embraer, com demissões de pessoas. A minha pergunta é se isso não seria uma estratégia de multinacional no sentido de desarticular todo o sistema aeroespacial?

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Agradeço ao Deputado Ariosto Holanda.

Com a palavra o Deputado Marcelo Barbieri, que fará perguntas em nome do Deputado Magalhães Teixeira.

O SR. MARCELO BARBIERI — O Deputado deixou-me algumas perguntas e, a primeira, seria a seguinte:

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Pediria que a pergunta fosse endereçada...

O SR. MARCELO BARBIERI — Ele não o fez, mas vou endereçar-la de acordo com o meu critério. Ao Sr. Diretor do CTA, Sérgio Xavier Ferola: por que a ligação entre o desenvolvimento de satélite lançador? Observação: países não especialistas em desenvolvimento de satélites, sem preocupação com o desenvolvimento de lançadores, como por exemplo, a Índia. S. Ex^a fez essa pergunta; não sei se está muito

clara. A outra pergunta em relação ao CTA: qual a capacidade de lançar satélite de veículos lançadores que estão sendo construídos no CTA?

Outra pergunta para o Dr. Marco Antônio Raupp: que tipo de independência, a nível tecnológico de segurança de fronteira, o domínio da tecnologia espacial nos dá?

Sr. Presidente, Sr^a Relatora, Srs. Depoentes: gostaria de fazer uma breve intervenção e algumas perguntas. Estamos vivendo um momento, aqui no Congresso Nacional, particularmente difícil com relação ao tratamento da questão tecnológica. Ainda hoje estamos aí com uma grande discussão sobre o tema da informática no Congresso. Há uma grande pressão, para que abramos mão de qualquer tipo de perspectiva de desenvolvimento nacional na questão da informática, pressão essa que, acredito, o Congresso saberá rechacar para defender os interesses nacionais.

Na questão do desenvolvimento tecnológico na área espacial, estamos vendo aqui pelos depoimentos, a gravidade da situação no setor, o desamparo. E a grande questão que levantaríamos seria: a quem interessa a desarticulação completa da nossa capacitação nessa área? A quem interessa objetivamente? Creio que seria importante que a CPI, tivesse isso claro. Embora os depoimentos tenham tocado **em passant** em alguns aspectos dos interesses aparentemente por trás dessas articulações, creio que precisamos ser claros. A CPI se reúne para tirar conclusões, para ter uma radiografia nítida do setor. Acredito que caberia essa pergunta a todos os depoentes, pois todos tocaram no assunto; a quem interessa essa desarticulação? Essa é uma pergunta de caráter geral.

Endereçaria uma pergunta ao Dr. Marcos Antônio Raupp, e ao Major-Brigadeiro Sérgio Xavier Ferola a respeito do lançamento do satélite que foi discutido aqui, na Comissão de Defesa Nacional. Participei dela quando estava presente o Dr. Leoni Ramos, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, e o Presidente da ABIND — Associação Brasileira de Indústria e Defesa, e quando se polenizou em torno das duas propostas a serem contratadas para o lançamento do primeiro satélite de Alcântara — ou não seria de Alcântara, seria por outra base. Então, eu gostaria que os Srs. nos esclarecessem um pouco a respeito dessa questão.

Com relação à Embraer, eu conhecia a empresa como estudante, onde fiz um trabalho — em 1979. Na época, fiquei impressionadíssimo. Fizemos um estudo de 15 dias em São Paulo sobre a Embraer naquele momento, e lembro de ter tido uma grande satisfação com aquela experiência. No entanto, acho que caberia um esclarecimento mais preciso sobre a real intenção da privatização da Embraer. Acho que a pergunta do Deputado é bem colocada e gostaria de reforçá-la, porque preocupa a todos nós. O Ministro da Aeronáutica iniciou o depoimento na Comissão de Defesa Nacional e não aguentou essa hipótese. Entretanto, as coisas têm sido postas pela imprensa. Gostaria que o Sr. Diretor da Embraer, Dr. José de Souza Santos, nos esclarecesse por que realmente esse passivo de 800 milhões de dólares aventado é altíssimo? Diante de um quadro não muito apoiado, poderemos caminhar para uma decisão desse tipo?

Gostaria de saber também pelo Dr. Eduardo Antônio Prado, que fez várias sugestões, as quais achei interessantes para a nossa Comissão, e a nossa Relatora poderá apreciá-las. Qual é a posição de V. S^a a respeito da Medida Provisória nº 296? Porque não ficou claro. O Brigadeiro falou a respeito da isonomia que a MP 296 traria para o setor, atingindo parti-

cularmente o CTA, mas não ficou claro se há um estudo por parte dos Senhores, com o Sindicato, a respeito da MP 296. Estamos em votação, estamos num debate, gostaria que houvesse um posicionamento, aproveitando a ocasião, já que se falou muito sobre os salários dos pesquisadores, dos técnicos. Então, esse assunto deveria ser melhor posicionado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Eu é que agradeço.

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Com a palavra o Deputado Ernesto Gradella.

O SR. ERNESTO GRADELLA — Sr. Presidente, Srs. membros da Comissão, gostaríamos inicialmente de parabenizar o Brigadeiro Ferrola e o Sr. Raupp, pela explanação que tivemos ocasião de assistir, embora tenhamos perdido a explanação inicial do Sr. Souza. Temos visto que, inclusive, nesse último final de semana, saiu no jornal declarações de membros da Embraer, falando em mais 3 mil demissões que seriam necessárias; que não se pensava em demitir, mas que a empresa ainda tinha um efetivo dispensável de 3 mil pessoas. Já sabíamos antes, quer dizer, através de boatos, das demissões de 1.500 pessoas até o final do mês. Gostaríamos de saber se existe alguma coisa concreta neste sentido, se é mais um pacote que a Embraer pretende baixar com relação a esse assunto.

Na questão da privatização — não da Embraer, que é importante — gostaríamos de saber se já foram concretizados — não estava presente durante a explanação — os investimentos do Governo naquela Empresa. Quando o Ministro da Aeronáutica esteve na Câmara dos Deputados, na Comissão de Defesa Nacional, também disse que a Embraer era uma empresa na qual o Governo tem interesse estratégico. Apenas que, a nível de verbas, quando vemos a distribuição que está sendo feita, parece que o assunto estratégico do Governo são os usineiros, ou a linha vermelha do Brizola, ou outra coisa assim, porque não existem investimentos na Embraer, não foram anunciados até o momento.

Então, estamos preocupados, porque nos parece algo diferente entre o que tem sido colocado, ou se é prática do Ministério da Economia destinar verbas para diversos setores.

Gostaríamos, assim, de saber dos pretendentes, dos expositores em geral aqui, a respeito do volume de verba. O Brigadeiro Ferrola chegou a dizer isso na ocasião do Programa Espacial: volume de verba. Qual seria o volume de verba necessário nesse próximo ano — deveria constar no orçamento — para que se mantivesse um nível razoável de atividades dentro desse setor aeroespacial? Talvez a soma dos orçamentos necessários, o que poderia ser feito nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Perguntaria se algum Membro da Comissão gostaria de formular pergunta. (Pausa.)

Não havendo, passo a palavra, em primeiro lugar, ao Dr. José de Souza Santos.

O SR. JOSÉ DE SOUZA SANTOS — Eu acho que posso fazer depois.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Então, passo a palavra para a Relatora, que vai ter 6 minutos ao invés de 5.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Muito obrigada. São questões que precisariam ser respondidas, Sr. Presidente,

e espero que sejamos duros, na análise de convocação de pessoas e tenho certeza de que V. Ex^a vai tomar todas as medidas, porque são pessoas que são convocadas e deixam de estar presentes e cujos depoimentos são, também fundamentais.

Quero dizer que todas as exposições feitas pelos Senhores vão ser levadas muito a sério. E, vamos querer saber do Presidente da Embraer, o real objetivo dele, na exposição da França, já que não foi feita nenhuma exposição em relação à Embraer; o que ele foi fazer lá? Ele pode até ir talvez um pouco para turismo e etc., mas quero saber o que ele vai defender, em relação à Embraer, com essa ida à exposição da França.

Algumas perguntas que vou fazer aqui, vou fazer ao representante, em princípio, que seria ao Dr. João Cunha.

A Embraer, possui uma subsidiária norte-americana, a Embraer Aircraft Corporation, para a qual estão planejadas uma série de mudanças. Conforme informação da imprensa, não contestada pela empresa. O que se pretende, de fato, com essa mudanças? Há uma tentativa de se transferir para essas subsidiária o quê? Pretende-se, ainda criar uma nova subsidiária, uma financeira, a ser sediada nos Estados Unidos? Que tipo de operações financeiras são lícitas, nesse Estado, e o que se pretende com isso? Qual é o plano de reestruturação da empresa? O que se visa com essa reestruturação da empresa? A Embraer, no Brasil, seria efetivamente reduzida a quê? Se ela cria um departamento de vendas, nos Estados Unidos, ela poderia passar para cá esses recursos? Como é que fica? Qual é a função dessa empresa realmente? Qual é o limite de autonomia da subsidiária Embraer, lá? Que tipo de operações precisam ser aprovadas pela diretoria da Embraer? Já que ela é uma subsidiária, então ela teria que ter aprovação da Embraer. Os lucros da EACC podem ser remetidos ao Brasil? Se as mudanças pretendidas fundamentam-se no fato da EACC ter um alto lucro, as comissões de venda não poderiam ser rebaixadas? Ao invés de atribuir cargos adicionais que se equilibram as condições, também diminuem o número de empregos ofertados no Brasil. E, aqui, gostaria de citar — eu não sei se isso é efetivamente — caiu um avião Brasília nos Estados Unidos, há pouco tempo. Qual foi a causa da queda do avião? Já se observou? E, eu pergunto: foi falta de manutenção por parte da Embraer de lá? Ela tem feito o devido acompanhamento ou esse corte da empresa tem já no exterior para, até, quem sabe, menosprezar ou desprestigiar a própria empresa, em nível internacional?

A Embraer possui um escritório conhecido como EAI, que seria controlado pela EACC, instalado na França, para dar apoio de venda e assistência técnica na Europa. Qual o destino planejado para a EAI, dentro da reestruturação pretendida?

Percebi que o Senhor não expôs quase nada em relação às subsidiárias internacionais. É preciso que isso fique um pouco mais claro seja colocado. Eu já embuti um pouco mais eu quero deixar bem claro: qual a reestruturação planejada pela atual diretoria? Quantas e quais as diretorias que permanecerão? Até o Senador fez uma brincadeira, quando o Deputado colocou se vão ser demitidas mais três. Então vai ficar só a diretoria? E, quais as que vão ficar então, na verdade? Haverá mais demissões para implementar nova estrutura? Volta aquela pergunta que já foi feita: quantas demissões estão programadas efetivamente? Reforçando a pergunta do Deputado Gradella: o socorro financeiro que — segundo a

empresa — já estava aprovado pelo Ministério da Economia, antes da saída da Ministra Zélia, já recebeu a aprovação do Ministro Marcílio? Ele já empenhou esses recursos?

Sou da Comissão de Orçamento e, até o momento, não recebemos nenhuma suplementação orçamentária que indique alguns recursos para a Embraer. Hoje mesmo tivemos reuniões e não foi apreciado isso. E não vi se chegou algum pedido. Se não chega agora, temos duas semanas, isso ficaria só para agosto. Então, como é que fica a situação da Embraer a curto prazo? E quais são as medidas que faltam efetivamente? O próprio Presidente disse que ia tomar medidas, etc. mas quais as medidas que ele tomou até agora? Foi, de certa maneira, condenada a antiga diretoria. E, ele, o que fez, efetivamente, para resolver o problema? Quais as características desse refinanciamento, também? Quando chegam esses recursos, eles vão ser utilizados efetivamente, para quê? Já que foi dito que, algumas vezes, eles vêm sob uma rubrica e são aplicados em outros fins, como esse, até de preparação da exposição, se vai ser ou não.

O próprio João Cunha acredita que é importante à Embraer — ele conhece a Embraer, é uma pessoa do ramo, e ele, como Presidente, já que não está aqui, eu peço que o senhor talvez encaminhe, ou até se ele que é uma pessoa do ramo, se ele conhece, se ele está aí para garantir a Embraer ou se ele está aí para fazer o plano da privatização? Qual é a finalidade da função dele na direção da empresa?

Há outras questões que — espero — sejam respondidas e, se não forem, eu acho que efetivamente, temos que convocar o Presidente da Embraer, sob força de lei.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Na relação de convites, o Presidente da Embraer não estava incluído.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — É que nós fizemos um contato e ele disse que viria.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Está bem, mas na relação que recebi, para convites, ele não constava.

Bem, a Presidência gostaria de se associar fazendo duas perguntas também. A primeira pergunta é ao Presidente da Embraer.

Do nosso lugar comum, nesta Mesa, há a idéia em todos os depoimentos de que, não há empresa, não há modelo, não há proposta de desenvolvimento espacial, em país nenhum do mundo, que não receba o estímulo e, sobretudo, os recursos do governo. Eu pergunto: se a Embraer for privatizada, ela vai dispensar esses recursos?

Gostaria de dirigir uma pergunta, também, ao Brigadeiro Ferola. O Sr. acha que a eliminação de barreiras, tipo reserva de mercado e de informática ou a célebre inserção do Brasil na economia internacional, vão permitir que aqueles vetos à importação de tecnologia sejam superados? Realmente, essa abertura de mercado vai permitir que tenhamos acesso à essa tecnologia? Os vetos hoje consignados formalmente, no Departamento de Comércio, desaparecerão com isso?

Passo a palavra, agora, ao primeiro dos expositores, que foi o Dr. José de Souza Santos.

O SR. JOSÉ DE SOUZA SANTOS — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, tento responder a pergunta do Deputado Ariosto Holanda, a respeito da privatização e da existência de um documento que teria sido preparado por uma empresa estrangeira, a respeito do assunto.

A minha chegada à Embraer — apenas para que os senhores possam melhor entender a minha posição na empresa — aconteceu em agosto do ano passado, por indicação conjunta da Ministra da Economia e do Ministro da Aeronáutica, época em que foi publicado o balanço da empresa, de junho, apresentando um prejuízo de 100 milhões de dólares. A partir daí, todas as portas de financiamento se fecharam para a empresa. E, foi, realmente, uma surpresa desagradável para todo mundo, porque até então, não se tinha conhecimento da real situação financeira da Embraer, exceto um círculo muito pequeno de pessoas, inclusive dentro da própria empresa. Foi uma surpresa para os gerentes, para o chefe de divisão, enfim, a frustração foi enorme.

Em função disso, a minha primeira atitude foi de sugerir corte de despesas na área administrativa, porque à época eu era ao mesmo tempo diretor-financeiro e administrativo. O que fiz dava uma economia em torno de 15 milhões de dólares/ano.

Depois disso veio-me a célebre pergunta: por que a Embraer é tão bem-sucedida em vendas e não consegue registrar lucros de forma continuada? Observei uma série pequena de apenas 10 anos e, nesse período, os lucros haviam sido ou insignificantes ou a empresa registrava prejuízo.

Ora, isso obviamente significava que a empresa precisava de um estudo profundo, partindo dela própria. E a ocasião era propícia porque ela estava implementando o controle de qualidade total, método japonês, mas já bastante difundido aqui no Brasil onde as pessoas fazem o exame de consciência sobre si próprias e sobre os métodos de produção.

E os fatos encontrados foram lamentavelmente muito tristes, porque a empresa se desnudava e apresentava problemas sérios. Inclusive de mão-de-obra não qualificada para determinados trabalhos. O nível de rejeição e de sucata era assombroso. O faturamento por empregado abaixo de qualquer empresa da viação do resto do mundo.

As vendas em franco declínio, grande parte dos produtos, lamentavelmente, vendidos a preço abaixo do seu custo de produção. Junto a tudo isso um endividamento crescente a um preço impossível de pagar com o faturamento projetado. Faturamento esse que, lamentavelmente, ficou quase 50% abaixo do previsto em 1990.

Enfim, conforme relatórios que há mais de 4 anos os auditores do Ministério da Aeronáutica haviam levado ao conhecimento da administração da empresa, a mesma apresentava dificuldades. O último desses relatórios, a que tive acesso, dizia que a Embraer estava à beira da falência. E lamentavelmente tudo isso era verdade.

O que fazer? Havia alguns projetos levados ao governo passado referentes à capitalização da Embraer via conversão da dívida externa. Os senhores têm conhecimento que, em 1989, um grupo de bancos estrangeiros converteu dívida brasileira na compra de ações preferenciais. Portanto, ações sem direito a voto na Embraer. Naquele ano a Embraer apresentou um lucro de 89 milhões de dólares. É importante salientar que grande parte desse lucro resultou de correção monetária. Mas mesmo assim resultou um lucro.

Aproveitando aquele momento a empresa também fez um lançamento de debêntures com o qual obteve cerca de 80 milhões de dólares. Foram 100 milhões de capital via conversão de dívida mais 80 milhões via lançamento de debêntures. Ora, mas os senhores sabem que para uma empresa com um volume de débito dessa ordem, 700, 800 milhões de dólares e com a chegada continuada dos pedidos feitos

há um ano, um ano e meio atrás, esses 180 milhões entraram e correram pelo dreno como se fossem água.

A empresa voltou, portanto, sobretudo depois da publicação desse balanço de junho, a não ter mais acesso ao mercado financeiro. Insistiu-se em um projeto de aporte de recursos à Embraer. E na ocasião chegou-se à conclusão de que a Embraer estava para os programas em pauta, para as vendas previstas, para o volume de recursos destinados ao término dos programas ou a continuação de outros superdimensionada. Daí ter-se tomado aquela decisão dramática e traumatizante de dispensar o pessoal.

Após isso houve a troca da administração da Embraer e a então Ministra Zélia, segundo chegou ao nosso conhecimento, comprometeu-se a aportar à empresa os recursos necessários ao seu saneamento financeiro. Sua primeira medida foi a liberação integral de um **relending** que havia sido tomado pelo Ministério da Aeronáutica, no início de 1989, e cuja liberação estava prevista em 12 parcelas mensais a partir de janeiro de 1991.

Ela autorizou a liberação integral do **relending** em três parcelas, sendo a primeira em dezembro e as duas outras em janeiro. Após essa transação, a Embraer continuou com dificuldades para o pagamento dos seus fornecedores, sobretudo os estrangeiros, porque o que se fez com aqueles recursos, foi estabelecerem-se prioridades.

Prioridade 1. Pagamento dos fornecedores nacionais; prioridade 2. Pagamento de juros dos bancos que proporcionam linhas de crédito à Embraer, condição indispensável para que a Embraer continuasse importando, porque sem linha de crédito, a empresa não consegue importar.

Os outros recursos em torno de 80 a 90 milhões de dólares foram liberados a partir de fevereiro e dizem respeito a um adiantamento de recursos por conta de programas governamentais. Esses recursos foram utilizados prioritariamente para pagamento aos fornecedores estrangeiros. Foi feita uma proposta de forma unilateral, dizendo-lhes: "o que podemos fazer é o seguinte. Pagamos 15% agora, 15% em abril, 30% em maio e 30% em junho".

Só pudemos cumprir o compromisso com as duas primeiras parcelas. Esse compromisso foi feito na suposição de que os recursos adicionais chegassem em maio. Eles não chegaram e os fornecedores começaram a segurar as mercadorias, que no jargão inglês chamam de colocar **on hold** em primeiro lugar. Depois, alguns deles nos disseram que, a partir de então, não seria só **on hold** estariam tirando as nossas mercadorias de linha de fabricação.

De fato, a Ministra Zélia e o Presidente do Banco Central, às vésperas de deixarem o Governo haviam aprovado finalmente o plano de saneamento financeiro da empresa. Começamos tudo de novo e quero lhes dizer que temos recebido resposta muito rápida da nova equipe econômica. O problema — e aqui respondo a uma pergunta — é de que forma esses recursos irão chegar. Parece-nos e lhes parece, também, que a forma mais prática neste momento é através do reempréstimo sobre o que falei. Reempréstimo esse que seria alocado à Embraer em parcelas, sendo a primeira delas uma parcela tão vultosa que permitisse à empresa pagar a todos os seus fornecedores e, em consequência, liberar essas mercadorias.

É isto que está sendo tratado neste momento. O Banco que está sendo mencionado para fazer esse **relending** é o Banco do Brasil. Isso significará, naturalmente, que, se houver a necessidade da garantia da União, isto necessariamente vem

ao Senado. Se vem ao Senado, tem toda a razão a Deputada em dizer que temos de andar muito rápido, se quisermos fazer isso antes do início do recesso.

Estamos todos empenhados. Há um time trabalhando nisso: Ministério da Economia, Banco Central, Ministério da Aeronáutica. E, como os senhores devem ter conhecimento, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, através da Exposição de Motivos nº 169, de 27 de maio, determinou à área econômica que provesse à Embraer os recursos de que ela precisa para o seu saneamento financeiro.

Isso explicado, passo agora à questão da privatização. A primeira vez que ouvi falar de privatização na Embraer foi quando a crise financeira se tornou tão evidente que não dava mais para esconder de ninguém. O plano que vi lá desenvolvido, o plano que a administração antes desta gostaria de apresentar ao BNDES seria alguma coisa mais ou menos assim: o Governo Federal continuaria com um assento no Conselho de Administração da empresa, o Governo Federal teria um poder de veto sobre programas da empresa e não se abandonaria, ou talvez se exigisse, o que os ingleses chamam de uma **golden share**, ou seja, uma ação ouro, que permite ao Governo, a qualquer hora, chamar a si de volta o controle da empresa. Os empregados teriam uma participação nas ações ordinárias, através de um financiamento de longo prazo.

Um outro tipo de sócio aventado são os fundos de pensões brasileiros, que tem como um dos seus objetivos básicos investimentos de longo prazo. Então, o que se pensava? Se a Embraer for saneada financeiramente, se tiver o seu corpo funcional adequadamente treinado e motivado, teremos amplas condições de construir nossos aviões a um preço de custo competitivo e receber participação de outras empresas por um preço justo e não por um preço aviltado.

Então essa tem sido a tônica, com a qual concorda integralmente, em primeiro lugar, o Ministério da Aeronáutica e, igualmente, o Ministério da Economia, ou seja, esta empresa, não importando quanto tempo demore, só irá à privatização se:

1 — Não houver recursos públicos suficientes para que ela viaje sozinha. E tudo indica que não existe, não há como. Essa empresa precisa anualmente, de no mínimo, entre 60 e 70 milhões de dólares para pesquisa e desenvolvimento, se ela quiser continuar no mercado. Seria fantástico se o País pudesse fazer isso. Mas nós próprios sabemos que há tantos outros programas com as necessidades mais prementes e de cunho social, que sinceramente — penso esta é a minha opinião própria — que seria ingenuidade pensar que o Governo sozinho — pudesse arcar com tal volume de investimento. Enfim, a Embraer precisa de sócios, mas dentro dessas condições fundamentais, de parceria e não de comando. A tecnologia é nossa. Por exemplo, a Tectstrom, que é um dos grupos mais fortes dos Estados Unidos, se ofereceu para fazer a asa do nosso avião a jato. Nós dissemos: "Tudo bem, seria a seu custo e risco, o desenho é nosso e o programa é nosso. E você receberá os fundos investidos na produção da asa de acordo com a venda do avião, que estimamos numa série mínima de quatrocentas unidades". Ela está estudando a proposta e espera somente, como está esperando a GE (General Electric), nos fornecer os motores Alyssm, que pertencem à GM, que quer fornecer os motores, ou a Acolinis, que fabrica os aviônicos. Elas estão esperando que a Embraer comprove que vai continuar no mercado. E, lamentavelmente ou felizmente, só se pode comprovar isso no momento em que essa

empresa estiver saneada. O esforço concentrado nosso é: vamos sanear financeiramente a Embraer.

Quanto à pergunta do Deputado Ernesto Grandella, sobre a demissão de três mil pessoas, o jornal *Folha de S. Paulo* comenta que um dos nossos diretores em Le Bourget, teria — e o senhor foi muito fiel na sua fala — dito que a empresa ainda tem três mil empregados ociosos, mas que não vão ser demitidos. Se ele disse isso, foi um momento de muita infelicidade, porque não existe, hoje, na Embraer, qualquer estudo de demissão de pessoal. E quanto à famosa reestruturação que o Presidente João Cunha tem falado desde que assumiu, eu, como diretor financeiro, também não tenho notícia dela. Ou seja, entendemos que, numa situação de crise desse tipo, quando nem pagamos a quem devemos nem conseguimos vender, as idéias mais trelouçadas podem chegar à cabeça de qualquer administrador. Mas ainda está bem presente na mente de cada um de nós a tristeza que foi tomar aquela decisão de demitir três mil e quinhentas pessoas, que hoje somam quase quatro mil, ainda não são quatro mil, porque a Embraer hoje tem oito mil setecentos e cinquenta e dois empregados. Então, Deputado Ernesto Gradella, não tenho conhecimento desse plano, mas é interessante notar que, desde dezembro ou janeiro deste ano, lamentavelmente, esse discurso vem permanentemente aparecendo na Embraer. E isso só faz tumultuar de tal ordem o ânimo daqueles que querem trabalhar que é um verdadeiro desastre.

De outro lado, a medida de reduzir a jornada de trabalho tem mais um efeito de ordem psicológica, porque, se não podemos produzir porque não temos componentes e se nós não podemos vender porque não há financiamento, é melhor que o empregado fique em casa do que, desesperado, sem ter o que fazer, dentro da fábrica.

No que respeita à decisão do Tribunal Regional do Trabalho em Campinas de, na sua sentença, determinar que a Embraer concedesse reajustes sobre os salários de novembro do ano passado e, depois, sobre abril e maio. Quero lhe dizer que o extrato da sentença, em nosso poder, não nos permite o claro entendimento de que a Embraer seja obrigada a conceder outros aumentos além do que já concedeu. Estamos, então, esperando a publicação do acórdão, para verificar se, de fato, nós devemos ou não. Isso não significa, lhe digo com muita tristeza, que nós possamos cumprir a decisão porque a empresa, como o senhor observa, está vivendo do dia-a-dia, da mão para boca. Se não temos condições de cumpri-la, e isso será examinado à exaustão antes que possamos tomar essa decisão, se não virmos possibilidade de conceder esse aumento. Veja bem! Novamente há todos esses, porque o desejo nosso é de, pelo menos, conceder algum adiantamento salarial no mês de julho. Mas para isso, é preciso que entrem recursos que hoje lamentavelmente não temos.

Resumindo: o aporte de recursos não chegou ainda; o Conselho Monetário Nacional deve examinar a matéria do **releending**; no momento em que eu tiver na mão a resolução do Conselho Monetário dizendo que aprova o **releending**, embora eventualmente isso ainda tenha que ser submetido ao Congresso, vamos ousar chamar alguns banqueiros e discutir com eles um empréstimo-ponte até a chegada efetiva desses recursos. Esse empréstimo-ponte tem como objetivo fundamental pagar àqueles fornecedores mais críticos e, obviamente, tentar dar algum alívio financeiro aos empregados, que sabemos não são só eles, pois todos que vivemos de salário, estamos, neste País, com defasagem salarial.

No que diz respeito a EC, Deputada, ela foi fundada há 11 anos, e tem como objetivo fundamental prestar apoio aos operadores, assistência técnica, treinamento e venda de peças e equipamentos. É uma empresa rentável, muito prestigiada na Flórida, com um corpo técnico de primeira qualidade, e da qual nos orgulhamos. O que o Presidente da empresa efetivamente pretende fazer, não sei. Tenho uma idéia, que é a seguinte: se essa empresa é responsável por 80% da venda dos nossos produtos, o objetivo seria aproveitar a sua experiência no ramo e estender o seu braço até a Europa. E ainda nem sabemos se deve ser a Europa, porque o sistema tributário francês é de tal forma complicado, ou complexo, que talvez a França não seja o melhor lugar para converter-se a EAI, que é a Embraer — Aviação Internacional, de uma fornecedora de assistência técnica numa vendedora — talvez seja Londres. E, falando em Londres, ou Luxemburgo, por exemplo, por quê? Porque os ingleses, sempre muito hábeis, tornaram aquela cidade, a *city*, como eles chamam, numa espécie de paraíso fiscal. É o que estamos querendo fazer com a criação de uma **holding**, ou coisa desse tipo, retirando determinadas atribuições da EAC em Miami para a **holding** que teria a sede em Grand Canyon. Só que, para isso, vamos precisar novamente dos senhores, porque hoje a lei nos proíbe criar qualquer tipo de empresa sem a anuência do Congresso Nacional. Por que pensamos em criar isso? Bom, V. Ex.^a já ouviram falar no Banco do Brasil Grand Canyon, no Banespa Grand Canyon, no Banco Real Grand Canyon. Por quê? Porque esses lugares são chamados de paraíso fiscal. E nesse paraíso fiscal você registra a operação e, em consequência, não paga imposto de renda. Todo mundo faz isso. Não é justo, portanto, que a nossa EAC, com sede e sujeita às leis americanas, pague 4 ou 5 milhões de imposto de renda ao governo americano quando, através de uma subsidiária, num paraíso fiscal, podemos reduzir isso para 1 milhão de dólares. Essa é uma das razões por que estamos pensando nisso seriamente, e até perguntamos por que a Embraer até hoje não fez a sua **off shore**, como se chama. A Vale do Rio Doce, a Petrobrás, o BB, todas essas instituições, cuja reputação é ilibada, têm subsidiárias em paraíso fiscal.

Outra área comercial hoje existente em São José dos Campos, e que contempla cerca de 400 funcionários — esse é um assunto que foge à minha competência, e não sei de fato o que se pretende fazer —, mas alguns desses empregados seriam naturalmente transferidos para essas unidades, porque, por exemplo, o mercado da Ásia está totalmente aberto para nós. A nossa presença na Ásia é tímida. Quanto aos nossos aviões — não sei, Deputado Gradella, V. Ex.^a não estava aqui ainda quando li a diferença de desempenho entre o Brasil e os seus concorrentes — é um negócio espantoso, que só nos dá orgulho. E é por isso que eles querem o Brasília. Mas, a nossa presença na Ásia, junto aos tigres asiáticos, é muito modesta. Tivemos uma presença um tanto mais agressiva, mas lamentavelmente com países que tiveram problemas e que não nos pagam. O Egito nos deve cerca de 40 milhões de dólares; o Iraque tem seus problemas, e assim sucessivamente. Quer dizer, precisamos agora nos voltar para mercados que efetivamente paguem.

A EAC é subordinada a um conselho, cujo presidente é o Presidente da Embraer. A autonomia dela é muito pequena, porque até o preço dos aviões ela só pode negociar mediante prévia autorização aqui da Embraer. Claro que em lá estando, em Miami, ela pode conviver e tirar frutos disso. Por exemplo, a FAA, que é a Federal American Aviation,

é locatária da Embraer, com a qual tem o melhor relacionamento. O que isso tem ajudado a EAC é incrível. Eles dão contribuição para o time de basquete, coisas desse tipo, e são reconhecidos pelos operadores. Temos mais de cem aviões Brasília voando nos Estados Unidos, com índice de pane muito próximo de zero. E, por falar em pane, volto ao assunto do acidente: as notícias que nos chegam até agora é que o acidente pode ter sido causado... Pediria aos senhores jornalistas que não anotassem isto. Posso?

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Pedir, o senhor pode, mas se o senhor não quer que anotem, é melhor não falar. (Risos.)

O SR. SÉRGIO XAVIER FEROLA — OK. Bom, é o seguinte: até agora não existe nenhuma indicação de que a culpa seja da Embraer OK? Graças a Deus. (Risos.)

Comissão de vendas: de fato, pagamos hoje a EAC 12% de comissão, e achamos muito elevado. Mas houve um acordo com o imposto de renda americano. Naquela época, o então Superintendente Ozílio teve de jurar sobre aquela bíblia americana, e disse ele que não foi agradável fazer aquilo. Mas ganhamos a questão junto ao imposto de renda americano, e ficou parando sobre nós aquela espada de Dâmocles: vivemos sob permanente vigilância. Naquela oportunidade se acordou que a comissão mínima que a EAC teria de receber para pagar aos seus funcionários e ter lucro etc., era 12%. Essa lei mudou, e então estamos rapidamente verificando como reduzir essa comissão de 12%, que efetivamente é muito alta.

Da queda do avião já falei, da França, também.

O destino da EAI, seja lá na França, seja na Inglaterra ou em Luxemburgo, era tornar-se mais capacitada.

As diretorias: os senhores se lembram da redução do número de diretorias no Banco do Brasil de 16 para 7? Permitam-me falar do Banco do Brasil um pouquinho, porque sou de lá. Naquela época, eu era diretor da área externa. Diferentemente da Vale do Rio Doce e da Petrobrás, as subsidiárias do Banco do Brasil têm, como diretores, os próprios diretores do Banco do Brasil. Então, a Vale tinha, a Financeira Vale do Rio Doce e a Petrobrás tinha a Braspetro, cada unidade separada. O Executivo determinou que as empresas não tivessem mais de seis diretores, e vocês vão perguntar: O Banco do Brasil tem sete por quê? Porque tinha a Cacex, que não sabíamos bem o que era. Então eles permitiram que a Cacex ficasse.

Essas empresas ficaram com as suas subsidiárias, cada uma com seis diretores. E o Banco do Brasil, que não tinha subsidiárias, como um todo, ficou com sete diretores. Isso é para dar idéia a vocês dessa complicação.

A Embraer já tem um nível de diretores: são seis. Em consequência, acho que devem permanecer os seis.

Já falei sobre as características do financiamento. Não sei quanto eles vão nos dar. Estamos pedindo 600 bilhões de dólares, que é o valor do nosso débito a curto prazo. São cinco anos de carência, sete anos para pagar, juros de libor: mais 13,16%, isso nos daria um alívio fantástico.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Tem a palavra o Dr. Marco Antônio Raupp.

O SR. MARCO ANTONIO RAUPP — Depois da magnitude das questões e problemas da Embraer, fica uma grande responsabilidade a merecer a atenção da Comissão: interessá-la pelos problemas da área espacial.

Responderei, primeiramente, ao Deputado Ariosto Holanda, que identificou a descontinuidade desses problemas, o que causou a grande maioria dos prejuízos nas atividades na área espacial. Evidentemente, coloca-se a questão das causas dessas descontinuidades. Já na minha palestra, tentei explicar que a razão fundamental é a falta de coordenação da parte do órgão governamental maior, uma coordenação que integre, inclusive, os trabalhos desenvolvidos pelos vários setores. Mas é evidente que as subperguntas colocadas pelo Deputado têm significado. É incompetência do Governo? Falta de compromisso? É legislar sobre o que não se conhece?

Admitiria que num certo sentido, sim. Por exemplo, na reforma administrativa que ocorreu no início deste atual Governo, ele simplesmente não olhou para baixo, não olhou para a realidade de cada uma dessas instituições. Colocou os funcionários no regime único. Com relação ao regime único, creio que não é prejudicial às atividades desses órgãos governamentais, porque tanto o IPI como o CPA são órgãos que têm atividades genuinamente governamentais. — Que tipo de atividades eles exercem? São atividades de pesquisa, de desenvolvimento e de condução de projeto, vamos dizer assim. Mas a parte fabril, a parte de processamento industrial, que envolve esses programas deve ser feita sempre fora dessas instituições.

É claro que alguns desses processamentos industriais são simulados; são feitos inicialmente nessas instituições até como uma forma de capacitá-las como gerenciadoras das contratações que são feitas fora.

Exemplificando a questão de que a reforma administrativa não olhou para baixo, podemos citar o IPI que perdeu, completamente, a personalidade jurídica. Era um órgão autônomo, que tinha uma certa capacidade de iniciativa e, dentro da reforma, passou a ser uma Subsecretaria da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que o coloca na situação de que, para resolver qualquer problema, está subordinado a um nível administrativo, burocrático, completamente fora da instituição. Evidentemente, pela natureza das atividades que lá são desenvolvidas, considero fundamental que essa instituição tenha personalidade jurídica. Por exemplo, nesse caso aí, a personalidade na apuração pública é conveniente. Dentro desse esquema, também os funcionários são contratados dentro da formulação da lei, dentro do regime jurídico único. Acho que não atrapalha.

Quanto ao boicote internacional, é evidente que em certas áreas atrapalha, e muito. O Brigadeiro Ferola colocou muito bem, exemplificou várias situações em que existe esse boicote. Nas áreas que têm tecnologias sensíveis, que são passíveis de utilização militar, a coisa ocorre com muito mais intensidade. Mas ocorre, também, em equipamentos e tecnologias que têm uso geral como, por exemplo, na questão de supercomputadores, ou sistemas em paralelo etc. Então, isso afeta — e muito. Penso que essa é uma das causas principais dos problemas que estão ocorrendo em relação ao desenvolvimento do lançador — mas, sobre o assunto, o Brigadeiro Ferola certamente discorrerá com mais profundidade.

Na área satelitária, o boicote não é muito grande, ele existe, mas é bem mais reduzido relativamente a essa questão de lançadores.

Com relação à perda de funcionários, implicando uma perda de memória, esse é um problema real. As instituições têm tido essa preocupação de manter memórias, pelo menos escritas, de projetos de engenharia, projetos de desenvol-

vimento dos trabalhos, que são feitos para se manter alguma coisa. Mas, nada como a memória que está dentro da caixa encefálica do indivíduo que desenvolveu o projeto, essa é a coisa fundamental.

Queria um comentário com relação às questões colocadas pelo Deputado Ariosto Holanda sobre a falta de compromisso do Governo em legislar sobre o que não se conhece etc. Permitir-me-ia também dizer o seguinte: isso talvez seja algo que transcenda até o Governo, talvez algo que permeie até a cultura, todos os procedimentos da nossa atividade política.

Nas campanhas políticas há candidatos à presidência com propostas de Governo que são elaboradas em poucas semanas, ou em poucos meses. Essa é uma característica da nossa vida política, quer dizer, não é só problema de Governo, o problema é da sociedade brasileira. Então a questão da vontade nacional é muito mais complexa, mas coloco que devemos nos esforçar para superar esse problema.

Acho que o Congresso Nacional, para discutir política, quais os objetivos para expressar essa vontade nacional de sustentar um determinado programa, tem um papel fundamental.

Insisto que é por aí que tem que se contornar essa questão, que está presente há muito tempo.

A continuidade vem de uma participação efetiva. O Congresso é um aparelhamento do Estado. E o Estado tem que se organizar melhor, mas esse aparelhamento é consequência de uma postura de participação do Congresso Nacional nesse tipo de atividades.

Com relação à pergunta do Deputado Marcelo Barbieri, de por que não foi criada agência especial, tenho aí uma observação. O Governo, não definindo com precisão no mais alto nível — no caso, a Comissão Brasileira de Atividades Especiais e que deveria estabelecer essa estrutura organizativa e com mais precisão —, abre caminho, deixa um espaço livre para que as próprias instituições envolvidas acabem até pretendendo, querendo ser uma agência espacial, ou ter um tipo de atividade para preencher a lacuna.

Existem, na história do INPE, por exemplo, em que o Instituto até quer ocupar esse espaço vazio. Mas, evidentemente, não é pela competição entre as instituições, ou o que elas acham que deva ser, que está solução do problema. Acho que essa é uma omissão na organização do Governo e o próprio Governo, por desconhecimento — até com relação à primeira questão colocada pelo Deputado Ariosto — da área, abre caminho para não ter definição nenhuma. Aí, novamente, o papel do Congresso Nacional, que é fundamental para a organização do setor. Senão, vamos ficar aí em altos e baixos.

Que tipo de independência o domínio de tecnologia espacial nos dá?

O domínio de tecnologia espacial é uma questão de soberania. Por exemplo: durante a Guerra das Malvinas; esse satélite meteorológico, satélite de recursos humanos americano, que transmite imagens, tanto meteorológicas, como da superfície da terra, para nós aqui e para a Argentina, por ser controlado pelos Estados Unidos, foi desativado. Passamos vários meses — e a Argentina muito mais tempo ainda — sem receber essas informações, que eram exatamente estratégicas à operação da Armada Britânica, que atuava na região.

São sistemas pseudamente comerciais. É o sistema Landsat e o sistema meteorológico de satélite geo estacionário.

No caso da Guerra do Iraque, o Landsat, que é um satélite pretensamente comercial, teve interrompida a sua transmissão

de dados sobre a área de conflitos. Então, tem aí uma questão de soberania nacional, uma questão de defesa.

A questão do domínio de tecnologia é muito importante, e o Brigadeiro Ferola colocou isso em relação a esse boicote industrial, nessa área tecnológica, que sofremos. É evidente que temos que tentar comprar, não vamos também inventar a roda, é claro. Temos que estar preparados para, em não podendo comprar, fazer alguma coisa. Não podemos é ficar totalmente à mercê de termos a compra como única alternativa. Então, o desenvolvimento tecnológico tem esse papel, a nível de competição até econômica, comercial.

A quem interessa essa desarticulação do setor? É claro que interessa aos países dominadores, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista militar. Não tenho essa visão conspiratória dos acontecimento — não sei se eles estão manobrando —, mas é evidente que a desarticulação beneficia a eles, havendo ou não conspiração. Do ponto de vista econômico, havendo competição econômica, eles nos querem como simples consumidores, e não como produtores. É uma questão natural, e não há crítica nenhuma a fazer.

Uma pergunta do Deputado Marcelo Barbieri sobre a questão do lançamento de satélites, foi porque existem duas propostas em discussão. Como estou afastado da COBAI deixaria essa pergunta para o Brigadeiro Sérgio Ferola responder, que tem mais informações do que eu.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Tem a palavra o Major Brigadeiro Sérgio Ferola.

O SR. SÉRGIO XAVIER FEROLA — Obrigado, Sr. Presidente. As questões já foram bastante esgotadas pelo Dr. Souza e pelo Dr. Raupp. Gostaria apenas de complementar aquilo que compete a nós, iniciando pelo Deputado Ariosto Holanda.

As provocações que V. Exª disse que ia fazer são mais ou menos por aí. Acredito que exista um grande percentual de participação desses motivos que V. Exª citou.

O problema do Regime Jurídico Único. Acharmos que o regime jurídico único trouxe uma série de vantagens para os servidores, mas talvez não seja solução ideal para a missão, porque o setor de pesquisa e desenvolvimento é muito dinâmico e no momento em que temos um trabalho em determinada área e esse trabalho se esgota, pela natural transferência para o parque industrial — é natural que isso aconteça, quando se tem um projeto. A Embraer nasceu dentro do CTA, a Eletrometal de Campinas, do Dr. José Diniz, nasceu dentro do CTA, financiamento do BNDE, a Tecnasa, em São José dos Campos, nasceu dentro do CTA. Então, no momento em que essas empresas nasceram, capacitaram-se, e aí cessaram as necessidades de prosseguir naquele setor. Isso é importante, e aqui aproveito para guardar um ponto, que é muito falado e que vivemos há muitos anos, que é essa história de transferência de tecnologia. Tecnologia não está no papel, tecnologia está na cabeça. Normalmente, quando criamos uma empresa, a empresa leva toda a equipe, e é assim que deve ser. É assim que tem acontecido normalmente, porque são os homens, que detêm o conhecimento. Temos papéis, documentos.

Eu sempre uso a expressão inglesa, a gente fala muito em tecnologia, em *know-how*, eu sempre falo em *know-why*, ou seja, porque que eu faço. Não é como é que eu faço, mas por que que eu faço, e isso está na mente dos pesquisadores.

Então, no momento em que eu tenho um cientista, um pesquisador estabilizado pelo Regime Jurídico Único e perco

esse homem, ou ele não pode ir e permanece; se eu desarticulo o setor de química, eu continuo com um homem de química, e preciso trabalhar em materiais preciso trabalhar em eletrônica. Então, acredito que seja uma ferramenta realmente complexa.

Por outro lado, quando trabalhávamos segundo o regime da CLT, o esquema da tabela de especialista — que foi mostrada aqui e pela qual estamos lutando, e depois o nosso companheiro aqui do sindicato vai dar a sua opinião. Inclusive, alguns subsídios para uma eventual análise previa e prevê uma análise de salários na região econômica onde se atua. Quer dizer, o salário de um pesquisador de São José dos Campos é diferente do de Manaus, quase que obrigatoriamente. Fazíamos, então, uma análise de mercado e propúnhamos ao Governo Federal uma tabela baseada na realidade local, e o Governo aprovava essa tabela.

Isso aconteceu até o início do Governo do Presidente José Sarney. De lá até aqui, estamos parados em termos de reformulação salarial e estamos proibidos de contratar desde 1987.

Então, eis aí toda aquela evasão que foi falada, agravada com a saída natural por aposentadoria e falecimento. O pesquisador é um homem dinâmico, ele quer ir para os Estados Unidos fazer um doutoramento, ele que se afastar um pouco, ele quer mudar de entidade de pesquisa. Perde-se esse homem naturalmente. E é bom que ele vá, é importante que ele circule, porque ele depois retorna com mais conhecimento.

Se eu preciso contratar um homem com experiência para dirigir um programa espacial, não posso buscar um recém-formado na escola e nem fazer um concurso convencional.

Então, eu uso aí a expressão do senhor é um pouco de “camisa-de-força”. Era preciso estudar melhor essa solução.

Com relação ao problema da desarticulação, o Dr. Marco Antônio Raupp já coloca bem, não vou me adiantar porque o tempo já se esgota.

Com relação ao Deputado Barbieri, se é necessário o lançador e a Índia não tem. O Dr. Raupp “já usou a expressão: é questão de soberania. É através do lançador que a gente adquire a capacidade de barganhar.

Primeiro, quando o Brasil começou a fazer esse trabalho, foi praticamente a Aeronáutica e o INPE, os dois juntos — o Ministério da Aeronáutica, o CTA e o INPE — que, começaram a pensar nesse problema da missão espacial completa brasileira. Nós imaginamos um nicho mercadológico que naquela época não era falado, porque o satélite de telecomunicações, como a Embratel compra, são satélites que pesam na ordem de duas toneladas e são colocados sobre o Equador, a 36 mil metros de altura. São as órbitas já estacionárias. Então, duas toneladas a 36 mil quilômetros de altura.

Estamos falando em, no máximo, mil quilos a mil quilômetros. Era a faixa que queríamos.

Então é a mesma situação da indústria aeronáutica. Enquanto a Boeing fabricava o 747, nós fabricávamos o Bandeirantes. Nós queríamos entrar nesse mercado.

Hoje, o mundo todo se volta para essa área, porque os satélites, por uma evolução da tecnologia eletrônica principalmente, estão diminuindo de tamanho, estão se popularizando, principalmente o satélite de aplicação que o Dr. Raupp já falou, que é uma das áreas a que o INPE se dedica profundamente. Esses satélites são de baixo peso e trabalham em órbita baixa, para fazer o sensoriamento remoto, meteorologia, telecomunicações.

Então, existe uma série de aplicações que utilizam a órbita baixa. Era esse que almejávamos e estamos sendo impedidos de atingir essa meta através dessas técnicas que já foram faladas aqui.

É importante termos um lançador.

Eu lembraria aos Srs. também a importância de termos, nem que seja em laboratório, ou dentro do Governo, a capacidade de fazer alguma coisa, porque isso aumenta o nosso poder de barganha.

Quando começamos a fazer os nossos foguetes, a Avibrás passou a produzir para nós — projeto do CTA — um pequeno foguetinho de treinamento de piloto. Chama-se SBAT — Sistema Brasileiro Ar-Terra, porque o piloto lança contra os salvos, é um armamento de avião.

No dia que a empresa começou a fornecer esses foguetinhos, o mundo inteiro, particularmente o governo americano, nos bloqueou a venda de um composto químico chamado perclorato de amônia. É o oxidante desse combustível que fornece oxigênio.

Então começamos a trabalhar imediatamente. Aí exige, porque é produto estratégico, está em falta, não pode exportar porque depende de controle. Não vem ou, então, elevam o preço astronomicamente. É outra técnica de não vender.

Criamos uma usininha, fizemos uma pesquisa, os nossos pesquisadores fizeram lá um laboratório para produzir alguns gramas desse material.

Aí veio o milagre da comunicação. No dia que atingimos o resultado favorável, abriu-se o mercado internacional. Podíamos comprar perclorato de amônia.

Um outro componente que é um agregante parece um plástico, uma borracha, tínhamos o mesmo problema de comprar. Chama-se polibutadieno, ele é totalmente fabricado pela Petrobrás e, Caxias, no Rio de Janeiro, e exportamos.

Temos total domínio do propelente, não precisamos de mais ninguém. Os materiais começaram a ser bloqueados, nós desenvolvemos todos eles no Brasil com apoio da Eletrometal.

A Eletrometal produz todos os ácidos especiais que o Brasil precisa e exporta. É o polifibra eletrometal. Talvez o Dr. José Diniz fosse até uma pessoa importante a ser ouvida aqui nesta Comissão. Eu tomo essa liberdade de citar o nome do Dr. José Diniz, porque é um empresário de altíssimo gabarito. Ele tem a melhor empresa de materiais do mundo. Isso não é ufanismo brasileiro. Trata-se de uma das melhores empresas do mundo. E ela produz, entre outras coisas, os ácidos mareide, que são usados pela Marinha na ultracentrífuga, que são bloqueados; e produz o ácido 300M, que é o ácido que usamos no nosso foguete.

Como não podíamos fazer grandes trabalhos de materiais, passamos a desenvolver uma tecnologia de tratamento térmico desses materiais.

O engenheiro Valeriano está aqui presente e é doutor no assunto.

Esse tratamento térmico assustou. Então, como é que é feito esse ácido: o lingote é feito em Campinas; a Usiminas lamina esse ácido para nós nas horas vagas; a Confab, em São Paulo, faz a calandragem, faz o tubo e solda, e aí mandávamos para os Estados Unidos fazer o tratamento térmico. Daí ele bloquearam o produto e disseram: “Não vamos mais deixar voltar para o Brasil”.

Foi um trabalho em que o Itamaraty teve que se envolver profundamente, porque foi realmente uma atitude de pirataria, pois era com contrato assinado, reciprocamente aceito.

Pois bem, o que fizemos? Desenvolvemos o tratamento térmico que está acabando de ser inaugurado na Eletrometal em Campinas. Então, também não precisamos mais mandar nossos foguetes para serem feitos lá fora.

Agora a experiência tem nos mostrado isso: no momento que a gente domina a tecnologia, mesmo que seja em escala de laboratório, eu tenho poder de barganha e aí, por milgare abrem-se as portas.

Essa é a realidade do mercado internacional.

Existe a necessidade de lançador. O senhor afirmou que a Índia não tem. A Índia tem muito desenvolvimento no campo espacial, e o exemplo que eu citaria é Israel, que colocou um tijolo num satélite e colocou assim: "Eu sei lançar satélite". Pois muito bem, e tomou a posição internacional: "Eu faço parte dos países que têm capacidade de lançar satélite".

Então, é isso que gostaríamos de um dia poder chegar.

A nossa capacidade atual, o senhor perguntou, não existe. Temos pretensões de, tendo recursos necessários e tentando contornar os bloqueios, lá pelo ano de 1994 poder lançar o nosso satélite. Estamos trabalhando intensamente. O ministro da Aeronáutica pretende que isso seja uma meta do Ministério. E para nós seria muito importante, eu diria, quase que essencial o apoio do nosso Congresso, porque se não, como já foi colocado pelo Dr. Raupp, sem apoio político não vai sair, não tem condições de sair.

Eu tocara em mais dois assuntos que foram já citados pelo Dr. César, que é a queda do Brasília.

Para os senhores verem a nossa responsabilidade internacional, falei da homologação dos aviões.

A falha foi humana, quase que garantidamente. Não foi descoberto nenhum problema técnico. Existiram pontos de dúvida no avião, não de componente brasileiro, mas de componente americano que tinha sofrido um pouco mais de desgaste. Isso foi motivo de uma revisão internacional. Por isso temos um contato permanente com o FVA, que o senhor já falou, é o Federal Viations Agens, que é o órgão homologador americano.

Temos convênios bilaterais assinados, Brasil/Estados Unidos, Brasil/Alemanha, Brasil/França, Brasil/Inglaterra. Poucos países no mundo têm essa capacidade de homologar produto da aeronáutica. Isso é essencial para que o nosso produto tenha receptividade lá fora, da mesma maneira que exigimos que os produtos deles sejam homologados por nós. Nossos engenheiros participam intensamente nas homologações dos aviões que as empresas brasileiras compram. É obrigatória a utilização. Existe uma lei votada pelo Congresso, chamada Código Brasileiro de Aeronáutica. Essa lei diz expressamente que é obrigatório ter o certificado de homologação do produto brasileiro que é exportado, por uma questão de lógica, se ele não é aceito, e do produto estrangeiro que é importado. É obrigado a ser homologado. Esse é um problema bastante delicado.

Uma questão que a Deputada Irma Passoni perguntou sobre a Diretoria.

Agora mudo de emprego. Agora sou Presidente do Conselho de Administração da Embraer.

Recentemente aprovamos o novo estatuto da empresa, os diretores estão consolidados. Não existe nenhuma idéia de modificação.

E o que fizemos nesse estatuto, seguindo inclusive diretrizes do Governo, que o Ministério da Infra-Estrutura, o nosso amigo Coronel Ozires tinha elaborado com os seus assessor-

sores, foi um estatuto bastante rígido que obrigue o Conselho de Administração a acompanhar de perto o que está fazendo a Diretoria Executiva, com representantes dos acionistas privados e dos acionistas majoritários, para impedir isso que o Dr. César falou, da gente ser surpreendido de repente com situações indesejáveis por falta de acompanhamento, do qual nós somos os responsáveis.

Então, esperamos isso, que daqui para a frente melhore muito. O estatuto foi aprovado e já está em pleno funcionamento.

Acho que com isso completo a informação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Tem a palavra o Dr. Eduardo Antônio.

O SR. EDUARDO ANTÔNIO — Com relação às perguntas colocadas, gostaria de responder primeiro à do Deputado Marcelo Barbieri.

Com relação à Medida Provisória nº 296, a posição do sindicato, tenho insistido, desde a época da discussão do projeto de lei, o seguinte. Há dois problemas, um é o reajuste geral dos servidores públicos e o outro é a briga dos servidores do INPE/CTA por isonomia com os outros órgãos de ciência e tecnologia, em particular com o CNPq. Tanto o INPE quanto o CTA pertencem à tabela de especialistas.

A medida provisória faz um reajuste dos tetos dessa tabela de especialistas, mas para níveis inferiores à tabela do CNPq, conforme o Brigadeiro Ferolla apresentou.

Então, o que a gente entende é que essa medida provisória, do jeito que está, nem resolve a questão do reajuste salarial dos servidores públicos nem resolve o nosso problema de isonomia salarial com o CNPq.

Então, o que o sindicato tem defendido é que essa medida provisória seja transformada realmente num reajuste linear para todos os servidores públicos e que depois se analisem os casos dos setores defasados e, nesse caso aí, temos a nossa colocação de isonomia com o CPNq.

Caso a medida provisória vá realmente à votação em que está colocada, aí brigaremos por uma emenda que nos dê pelo menos a isonomia com o CNPq. Mas a nossa posição inicial é no sentido de que essa medida seja rejeitada ou transformada num reajuste linear para os servidores.

Com relação ao regime jurídico único, realmente ele engessou os órgãos. Um órgão, uma instituição de pesquisa, é preciso ter uma constante renovação, inclusive com a entrada até anual de recém-formados, que possam ir aproveitando a experiência do instituto e crescendo dentro dele.

Isso foi cortado a partir de 1987, 1988 e o risco que corremos é o da senilidade desses órgãos, uma vez que não há renovação e apenas saída de pessoal.

Isso sem falar da questão dos estrangeiros que estão impedidos de trabalhar. Alguns estão lá há mais de 15 anos e estão ameaçados de serem mandados embora depois de serem prestado bons serviços à ciência e à tecnologia no Brasil.

Com relação a quem interessa a desarticulação do setor aeroespacial, acredito que deva ter muita gente. Agora, em particular, estamos tratando de um setor que atua no mercado internacional. Tanto a Embraer, com seus aviões, quanto a indústria espacial ela é, em geral, feita por associação de países e dentro do mercado internacional altamente competitivo.

Portanto, é normal vir pressões do exterior. Temos visto isso toda hora na imprensa, que, por exemplo, o programa

sino-brasileiro não agrada nem aos Estados Unidos nem à França, uma vez que vai concorrer com os satélites lançados por esses dois países.

Em particular, gostaria de chamar a atenção para esse ângulo, da importância vital do programa sino-brasileiro, uma vez que pela primeira vez no mundo está sendo feito um programa de cooperação no setor aeroespacial, no setor de alta tecnologia com um país de Terceiro Mundo.

Então, isso tem causado não só pressões dos países mais avançados, mas também previsões de que isto não dará certo, porque, na prática, nós estamos mostrando que não dá. Então, será culpa exclusiva do Brasil, que terá um impacto internacional que bloqueará iniciativa desse tipo. Quando, por exemplo, nós colocamos o problema de bloqueio de tecnologia de lançadores, a China é um dos poucos países do mundo que dispõem da tecnologia de lançador e, na medida em que viabilizamos um acordo com eles na área de satélite, a perspectiva de fazer outros acordos em outras áreas está inviabilizada. Estaremos perdendo crédito internacional com esse tipo de acordo, dificultando, cada vez mais, o acesso a essas tecnologias.

Com relação à questão das causas da descontinuidade, ela é eminentemente política. Nos últimos 20 anos, o setor aeroespacial teve uma base de sustentação política muito centrada no Ministério da Aeronáutica e em forças de um regime político fechado. A partir daí, foram geradas propostas do programa e isso o sustentou em termos de apoio político para garantir os recursos e o seu desenvolvimento. Tivemos uma mudança política no País. Hoje, estamos numa sociedade mais aberta. Então, é necessária a criação de uma base política mais forte, com a participação de mais pessoas, para garantir a execução desses programas. Isso só pode ocorrer na medida em que esses programas sejam debatidos no Congresso Nacional e que o próprio Executivo reestruture a organização da área, criando fóruns como agência espacial ou como organismo de coordenação mais ampla, que possam estabelecer as políticas e controlar esses programas de modo que a sua continuidade seja garantida.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Passaremos, agora, à última rodada. Cada um dos membros da Comissão que se inscreveu para perguntar, disporá, agora, de dois minutos para réplica ou para esclarecimento de algum modo.

Concedo, portanto, a palavra ao nobre Deputado Ariosto Holanda para a hipótese de querer usá-la nesse período.

O SR. ARIOSTO HOLANDA — São algumas curiosidades com respeito ao INPE. Se não me engano, o Sr. Marco Antônio participou da assinatura do convênio com o Governo do Estado do Ceará. Gostaria de saber como é que está aquele programa. Inclusive, sou testemunha do benefício que ele trouxe para o Ceará na área de previsão de chuvas, de identificação dos seus recursos hídricos. Gostaria de saber se aquilo está em andamento ou veio, também, água abaixo.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — V. Ex^a pode responder.

O SR. MARCO ANTÔNIO RAUPP — Evidentemente, não sou mais o responsável pelo programa, mas, por informações que tenho, parece que a cooperação está andando muito bem. Inclusive, o grupo de previsão de tempo que foi organizado em torno dessa estação de recepção e de processamento de dados no Ceará é um exemplo notável de uma iniciativa de um governo estadual em saber usar tecnologia em benefício

de um programa importante. Eu queria registrar, aqui, que foi o Deputado Ariosto Holanda, quando S. Ex^a era Secretário da Indústria e Comércio — se não me engano —, que se estimulou esse programa. Mas as informações que tenho é que tanto o grupo de previsão quanto o de estudos climáticos, que é o nível de estudos que eles desenvolvem, quanto ao funcionamento da estação, estão indo muito bem. Essa é uma informação de caráter genérico — eu não conheço detalhes neste momento, mas acho que não há nenhum problema aí.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Com a palavra o sr. Deputado Marcelo Barbieri.

O SR. MARCELO BARBIERI — Eu gostaria de indagar do Brigadeiro Xavier a respeito da concorrência que está havendo no lançamento do satélite. Gostaria que o senhor me esclarecesse como está indo isto, se o CTA está participando e se, realmente, existe algo de concreto com relação a essa concorrência, e como ela está sendo conduzida?

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Com a palavra o Brigadeiro Xavier.

O SR. SÉRGIO XAVIER FEROLA — Sr. Deputado Marcelo Barbieri, partiu do Ministro da Aeronáutica, recentemente, a iniciativa de considerar válida a aquisição de um lançador. Por quê? Pelos motivos que já expusemos aqui — de bloqueio. Não teria lógica comprometermos o Programa Científico do Inpe, que tem que acontecer neste próximo ano — por ser o Ano Internacional do Meio Ambiente. O satélite do Inpe de coleta de dados é muito dedicado a esse tipo de trabalho, que será discutido no próximo ano. Então, o Ministro Sócrates, preocupado com isto, no ano passado, tomou a iniciativa de propor à Cobae, depois de conversar com o Secretário de Ciência e Tecnologia, a aquisição de um lançador. Aí, começou, então, através da Cobae, um processo de negociação para receber ofertas internacionais. Nós recebemos três ofertas concretas: uma da União Soviética, da Klave-Cosmos, que é a empresa espacial deles, e duas ofertas americanas. A Klave-Cosmos oferecia o lançamento através de Alcântara, o que, na época, foi considerado como a solução ideal, apesar de ser mais cara. Quer dizer, o grupo de trabalho, do qual o Inpe, através do seu Diretor-Geral, e a Cobae participaram, considerou válida essa solução soviética, porém, mais cara — cerca de 30 milhões de dólares. E encontrou grandes dificuldades para a implementação desse sistema em Alcântara devido ao prazo. Como a decisão para o lançamento de Alcântara ficou muito atrasada, eu, particularmente, considero difícil, agora, devido ao problema de prazo. Talvez, o lançamento de uma base estrangeira, ou nos Estados Unidos, ou na União Soviética pudesse vir a ser a solução. Esse assunto encontra-se nas mãos do Presidente da República para decisão. É uma decisão que deverá ser tomada rapidamente, porque, em seguida, terão que ser feitas todas as contratações, modificações no foguete para a colocação do satélite do Inpe, um trabalho do qual nós pretendemos que os nossos engenheiros participem — tanto do CTA quanto do Inpe — para termos alguma vantagem. Queremos não só comprar um lançador mas também ter a vantagem de participar do lançamento, de participar das adaptações e de conhecer os programas de *software* para lançamento em órbita, e uma série de conhecimentos que nós consideramos importantes. O assunto, então, no momento, está nas mãos do Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Com a palavra o Sr. Deputado Ernesto Gradella.

O SR. ERNESTO GRADELLA — Eu gostaria de saber se há algum plano de se desmilitarizar-se um pouco esses Centros de Pesquisas? Parece-me que todos esses projetos foram concebidos através de um período da tal Lei da Segurança Nacional, e todos eles, talvez por causa do que foi levantado pelos diversos palestristas, aqui, hoje, ficaram distantes da sociedade. O Congresso Nacional não participou de nada, nem desses projetos; nada foi colocado a respeito desse assunto. Nós estamos, por assim dizer, em novos tempos. Há algum plano para que a comunidade científica nacional possa participar, efetivamente, desses projetos e nós possamos desmilitarizar o Ministério da Aeronáutica? Seria, talvez, uma forma de facilitar que esses projetos fossem desenvolvidos, senão, cada problema que ocorre acaba virando um problema militar. Temos visto que até na Embraer — qualquer problema que há lá com os seus funcionários está lá a polícia da Aeronáutica intervindo. Alguns problemas que ocorrem parece que caminham para isto. Um negócio é para lançar uma ogiva nuclear e são colocados outros problemas. Há, hoje, alguma proposta de abertura nesse sentido?

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Embora não tenha sido nominado o interlocutor, eu tenho a impressão que, pelas características da pergunta, ela deve ser dirigida ao Brigadeiro.

Com a palavra o Brigadeiro Xavier.

O SR. SÉRGIO XAVIER FEROLA — Nobre Deputado Gradella, no início da minha apresentação, eu falei aos senhores que considerava uma rara oportunidade esta CPI, porque, nós, anteriormente, tivemos uma experiência com a CPI do Programa Nuclear, que foi — eu vou definir — sensacional. Depois de toda aquela história da imprensa, porque, infelizmente, a imprensa, às vezes, por está desinformada, faz o jogo do inimigo — usando uma expressão de rir, faz o jogo do inimigo. Depois de toda aquela confusão que aconteceu, recebemos os Parlamentares em São José dos Campos — Congressistas, Deputados e Senadores — e eu ouvi, da Presidência da Comissão, o seguinte: “Brigadeiro, se precisar de ajuda, nos peça”. Porque não há segredo nenhum. O segredo existente é o tecnológico.

Nós por exemplo, estamos no Programa Nuclear em São José dos Campos, por decisão do Governo — e, aí, V.Exª tem razão, porque começou na época do regime forte e não se popularizou. Agora, estamos tendo, hoje, uma rara oportunidade, de pela primeira vez, eu ouvir, uma discussão aberta, porque não há segredo. O segredo é tecnológico. Então, o que nós estamos fazendo no Programa Nuclear? É previsto, programado, o Governo acompanha e não existe nenhum segredo militar, mas existe segredo tecnológico. Enquanto a Marinha está fazendo enriquecimento com ultracentrífuga, o Governo determinou que a Aeronáutica trabalhasse em separações ópticas a laser. É a mesma coisa em que os Estados Unidos estão investindo milhões de dólares por ano, bem como a França, a Inglaterra e Japão, estão investindo um valor da ordem de 40 milhões de dólares, em separações ópticas por laser, que será a solução — parece-me — do século XXI.

E eu sempre pergunto: nós vamos querer usar a energia nuclear? Não sei. Será que o meu bisneto vai querer usar a energia nuclear? Então, o que nós defendemos é a necessi-

dade de conhecer. Será que eu sei fazer ou vou depender de encontrar a “caixa-preta”, vagalume que os outros queiram me vender, quando ela, lá, for obsoleta. Só para dar um exemplo para o senhor, do tório — em que já houve um problema civil na Universidade de Belo Horizonte, há muitos anos atrás — o Brasil hoje, se considerarmos todo o seu potencial hidroelétrico, utilizado ou não, nós temos calculado 7 mil anos de energia equivalente ao tório. Como é que eu vou usar o tório? Ninguém lá fora usa, porque só quem tem o tório é o Brasil e a Índia. É importante, então, que nós conheçamos a utilização do tório. Ele exige reatores rápidos. Para se utilizar o reator rápido, eu tenho que aprender a fazer reator. É o programa que o Governo vem fazendo.

Para se enriquecer esse material, eu tenho que ter os meus meios, porque os outros não enriquecem. É o pior: quando eu tenho que mandar o meu urânio para lá, a preço vil, para, depois, pagá-lo a preço astronômico — o urânio enriquecido — eu utilizo a carga nuclear no meu reator, como eu estou utilizando em Angra dos Reis, e fico com um resíduo de combustível que não sei o que fazer com ele. Se eu quiser reprocessá-lo, eu pagarei uma fortuna. Então, está escrito no bloqueio: “É proibido enriquecer urânio e é proibido reproprocessar urânio — porque o Brasil não tem credibilidade lá fora para fazer isto. Então, é o que digo: então, temos que fazer.

No Programa Espacial é a mesma coisa. Louvo essa oportunidade que o Congresso nos deu de abrir a discussão, torná-la pública. Tem de ser pública, não há segredo, porque o segredo que existe é tecnológico. Nós temos conquistas no INPE, no CTA, na Embraer. Na Embraer, por exemplo, para o Senhor ter uma idéia, o nosso túnel de aerodinâmica — eu já citei aqui na palestra — para o Brasília — eu era o Diretor do Instituto de Aeronáutica Espacial — passou dois anos fechado, secreto para a Embraer, porque estava saindo um avião que ia competir no mundo e que, hoje, domina 30% do mercado internacional de aviões com mísseis. O segredo que há, então, é tecnológico. Como nós não abrimos esse segredo para o espião que existe aos montes nós acompanhamos de perto, existem aos montes — e para a imprensa, que, às vezes, notícia, dá informações que fornece ao espião o dado de que ele precisa, passam a fazer campanhas dizendo que nós estamos fazendo armamento nuclear, fazendo mísseis. Então, é preciso que o Congresso ouça e veja para que ele possa dizer, como a Srª Deputada Anna Maria Rattes falou para mim: “Peça ajuda, se precisar”. Para nós foi uma satisfação muito grande, porque foi aberta, inclusive à imprensa, e eles viram instalações moderníssimas, pagas pelo Governo, a fundo perdido — é uma dificuldade que estamos tendo aqui, porque estamos falando ao pessoal. Então, o momento é agora; é a participação maior dos nossos Congressistas em discutir, claramente, o problema. E não pode haver segredo; não existe segredo. Se o assunto for secreto porque precisa ser secreto por questões tecnológicas e de segurança, existem todas as ferramentas para manter o sigilo necessário. Esta é a nossa opinião.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — Com a palavra a Relatora, nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. RELATORA (Irma Passoni) — Só há uma última questão que eu gostaria que o Brigadeiro Férola comentasse um pouco e que seria a seguinte: Onde — como fica a competitividade e o livre mercado diante de uma pressão internacional tão violenta? O Senhor já experimentou lá e

nós experimentamos aqui numa simples Lei de Informática. Então, como fica a competitividade e como fica esse livre mercado diante desse quadro?

O SR. BRIGADEIRO SÉRGIO XAVIER FÉROLA — Nobre Deputada, eu tenho uma opinião muito forte em relação a isto pelo seguinte: eu não acredito em liberalismo, simplesmente porque nunca vi nenhum país liberalista no mundo. Eu gostaria de conhecer um país liberal. Gostaria que alguém me mostrasse um país totalmente liberal. Então, se estamos falando em liberdade de livre iniciativa, liberdade de mercado para a fábrica de goiabada, para a fábrica de sapatos, para a fábrica de suco de laranja, tudo bem. Agora, ninguém fala nisso para a tecnologia de ponta — campo aeronáutico, campo espacial, campo de armamentos, energia nuclear. Então, nós precisamos dosar um pouco. A filosofia liberal é válida. Vamos diminuir o Governo no máximo que pudermos, mas não vamos acabar com o Governo, porque é ele quem incentiva — aliás, estou até com um documento guardado na pasta, aqui, de uma palestra de um sociólogo francês que dizia exatamente isso, que a política liberal leva à recessão. É preciso que tenhamos muito cuidado, porque em países do nível de desenvolvimento do nosso, que está tentando levantar a cabeça, a pressão internacional quer é baixar a cabeça. Então, nós precisamos ter um pouco de cuidado, porque ao Governo compete, através do Poder Executivo e do Poder Legislativo, dar as ferramentas necessárias para desenvolver aqueles setores que são estratégico, como aqui, nesta palestra, já foi bastante falado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Covas) — A Presidência não teve o privilégio de ver as suas duas humildes perguntas respondidas, mas, de qualquer maneira, isto é por conta, de que todos estão cansados. Esta reunião iniciou-se às 13 horas e 45 minutos — são 18 horas — e nós reconhecemos que os depoentes tiveram um tremendo trabalho para oferecer aqui um enorme contingente de subsídios e que tenho certeza de que a Comissão reconhece que ofereceram. Não sei se nós esgotamos o assunto. Caberá à Comissão dizer se, em algum instante, nós voltaremos ao tema. Certamente, a Comissão tem como incumbência um espectro muito amplo de horizontes — ela tem que examinar todos os outros. Certamente, na fase de visita, ela estará presente nesses locais — pelo menos quero crer que sim, não cabe a mim decidir, mas quero crer que sim. Eu, pessoalmente, quando fui candidato à Presidência, visitei as duas — tanto a Embraer como o INPE — e tive a oportunidade de, visualmente, constatar algumas das coisas que vi traduzidas na linguagem sempre muito acessível e sempre muito pertinente de todos que aqui expuseram.

De modo que eu queria deixar consignado — sei que o faço em nome de toda a Comissão — os nossos agradecimentos a cada um dos que aqui participaram, pela maneira lúcida, clara e, sobretudo, corajosa com que afirmaram os conceitos em que acreditam.

Eu quero agradecer ao Dr. José de Sousa Santos, Diretor Financeiro da Embraer, ao Dr. Marco Antônio Raupp, ex-Diretor-Geral do INPE, ao Major-Brigadeiro Sérgio Xavier Férola, Diretor do Centro Técnico Aeroespacial, CTA, e é membro do Conselho de Administração da Embraer, e ao Dr.

Antônio Prado Tude que, sendo Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos, que aqui falou, também, em nome da minha categoria profissional dos engenheiros do Estado de São Paulo.

Quero lembrar à Comissão que nós teremos, na próxima segunda-feira, a partir das 13 horas e 30 minutos, a reunião seguinte, na qual os temas tratados serão “O Impacto da Liberalização na Política de Informática” e, na terça-feira, também, às 13 horas e 30 minutos, “A Ciência e a Tecnologia no Complexo Automobilístico”.

Mais uma vez, eu gostaria de agradecer a todos que aqui vieram, aos depoentes, em particular, e deixar consignado — creio que em nome da Comissão, mas, sobretudo, em meu nome — os parabéns pelo enorme contingente de subsídios que ofereceram a esta Comissão.

Por hoje, está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 595, de 1991-CN, destinada a “apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro da Habitação”.

1ª Reunião (instalação) realizada

em 17 de setembro de 1991

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e noventa e um, na sala nº 4, da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores César Dias, Nabor Júnior, Henrique Almeida, João Rocha, Valmir Campelo, Marluce Pinto, Magno Bacelar, Amazonino Mendes, João França, Francisco Rollemberg e os Senhores Deputados César Bandeira, Paulo Mandarino, Maria Luíza Fontenelle, João Henrique, Luiz Carlos Santos, Lúcia Braga, Paulo Ramos, Munhoz da Rocha, Rodrigues Palma, Nilmário Miranda e Fernando Diniz, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “apurar a verdadeira situação do Sistema Financeiro da Habitação”. Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Senador Nabor Júnior, declara abertos os trabalhos e informa que procederá à eleição do Presidente e Vice-Presidente, convidando o Sr. Deputado Paulo Ramos para escrutinador. Após a votação, o Sr. Presidente comunica que foram eleitos por unanimidade com vinte e um votos o Senhor Senador Henrique Almeida para Presidente e a Senhora Deputada Maria Luíza Fontenelle para Vice-Presidente, convidando-os, em seguida, para ocuparem seus lugares à Mesa. Assumindo a Presidência, o Senhor Senador Henrique Almeida designa o Senhor Deputado Luiz Carlos Santos como relator e comunica que o prazo de funcionamento da comissão prescreverá em vinte e três de setembro do ano em curso, assim sendo, solicitará a prorrogação por noventa dias. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, convocando nova reunião para o próximo dia vinte e quatro de setembro, às quatorze horas, e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, irá a publicação.

PÁGINA ORIGINAL EM BRANCO

JK

O ESTADISTA DO DESENVOLVIMENTO

MEMORIAL JK

**SENADO FEDERAL
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS**

**Lançamento
Cr\$ 2.000,00**

**À venda na Subsecretaria de Edi-
ções Técnicas - Senado Federal,
Anexo I, 22º andar - Praça dos Três
Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF
- Telefones 311-3578 e 311-3579.**

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 5.770,57

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 5.770,57

J. avulso Cr\$ 117,93

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência — PS-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Brasília — DF

CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações — Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número, com 340 páginas, contém as seguintes matérias:

Medidas provisórias — *Rual Machado Horta*
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 — *Gaspar Vianna*
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional — *Arnoldo Wald*
A autonomia universitária e seus limites jurídicos — *Giuseppi da Costa*
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 — *Palhares Moreira Reis*
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas — *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*
Controle parlamentar da administração — *Odete Medauar*
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais — *Adhemar Ferreira Maciel*
O recurso especial e o Superior Tribunal de Justiça — *Sálvio de Figueiredo Teixeira*
Tribunal de Contas e Poder Judiciário — *Jarbas Maranhão*
Jurisdição e competência. nota sobre o sentido histórico-político da destinação — *Nelson Saldanha*
A atuação dos procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes — *Vitor Fernandes Gonçalves*

Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste — *Mário Roberto Villanova Nogueira*
Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços — *José Carlos Costa Netto*
Bem de família — *Zeno Veloso*
Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro — *Jorge Barrientos Parra*
"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo — *Yamil e Sousa Dutra*
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação — *Edivaldo M. Boaventura*
A biblioteca legislativa e seus objetivos — *Eduardo José Wense Dias*
Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores — *Dr. Daniel E. Moeremans*
La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español — *Antonio M^º Lorca Navarrete*

À venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas —
Senado Federal, Anexo I, 22º andar —
Praças dos Três Poderes,
CEP 70160 — Brasília, DF —
Telefones: 311-3578 e 311-3579

Assinatura para 1991
(n^ºs 109 a 112):

Cr\$ 4.500,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal — CGA 470775.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS